



RELATÓRIO E CONTAS 2016

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

CONTAS CONSOLIDADAS



SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

Av. da Liberdade, nº 242

1250 - 149 Lisboa/ Portugal

Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa

NIPC: 500 940 231 • Autorização ASF nº 1197 • LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS

04

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADO

06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

16

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

20

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

22

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

24

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

26

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

94

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

102

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

111



01

ÓRGÃOS SOCIAIS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS



ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL⁽¹⁾

Sofia Leite Borges (Presidente)
Diogo Mafra Martins (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO⁽¹⁾

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães (Presidente)
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco Carvalho

CONSELHO FISCAL⁽¹⁾

Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)
Manuel Maria de Paula Reis Boto
Pedro Manuel Aleixo Dias
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS⁽²⁾

KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC Efetivo)
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC Suplente)

(1) Eleitos em Assembleia-Geral realizada em 20 de julho de 2016, para o triénio 2016-2018 (ata n.º 54)

(2) Eleitos em Assembleia-Geral realizada em 9 de dezembro de 2016, para o ano em curso - 2016 (ata n.º 57)



02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas da Seguradoras Unidas, S.A. (adiante designada por “Grupo Seguradoras Unidas” ou “Grupo” respeitantes ao exercício de 2016.

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2016 a atividade económica global foi marcada pela aceleração da produção industrial mundial para 2,6% em termos homólogos, consequência da melhoria registada nas economias mais avançadas.

O crescimento mais forte dos EUA e do Japão, foi compensado por um crescimento moderado da União Europeia, tendo a inflação homóloga aumentado para 1,8% no conjunto da OCDE e diminuído para a generalidade das economias emergentes.

Ao longo do ano de 2016, as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o seu movimento descendente na zona euro, renovando níveis historicamente baixos. Os índices acionistas internacionais evoluíram favoravelmente, com destaque para o mercado dos EUA (*Dow Jones* +13,4%).

1.1.1 Situação Económica Internacional

No 4.º trimestre de 2016, a produção industrial mundial acelerou 2,6% em termos homólogos (1,6% no 3.º trimestre) devido sobretudo à melhoria verificada nas economias mais avançadas. O comércio mundial de mercadorias também esteve mais dinâmico neste período sobretudo em resultado do reforço do crescimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente os países asiáticos.

O PIB da zona da OCDE aumentou 1,7% em termos homólogos no 4.º trimestre de 2016 influenciado por um crescimento mais forte dos EUA e do Japão tendo sido contrabalançado por um crescimento mais moderado da União Europeia. No 4.º trimestre de 2016, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 1,8% e 1,7% em termos homólogos.

O mercado de trabalho da UE registou uma melhoria gradual ao longo de 2016, salientando-se uma descida da taxa de desemprego que se situou em 8,2% em dezembro de 2016 (9,0% em dezembro de 2015).

Em dezembro de 2016, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,1% devido sobretudo à recuperação dos preços de energia verificada ao longo do ano de 2016.

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu prolongar a compra de ativos até final do ano de 2017 mas simultaneamente diminuir o montante de compras mensais a partir de abril (de 80 para 60 mil milhões de euros). O BCE decidiu também deixar cair o limite para as *yields* inferiores à sua taxa de depósito (-0,40%) e reduzir a maturidade residual mínima dos títulos elegíveis de 2 para 1 ano, contribuindo para alargar os ativos elegíveis.

Nos EUA, acentuou-se o movimento de subida das taxas de juro de curto prazo coincidindo com a decisão da Reserva Federal de aumentar as taxas de juro federais para o intervalo entre 0,50% e 0,75% (entre 0,25% e 0,50%, decidido em dezembro de 2015).

Neste contexto de políticas monetárias divergentes entre o BCE e a Reserva Federal dos EUA, o euro depreciou-se face ao dólar tendo a respetiva taxa de câmbio atingido 1,05 no dia 30 de dezembro de 2016 (aproximando-se dos valores mais baixos dos últimos 14 anos) e representando uma depreciação de 3,6% face ao final do ano de 2015 (1,09).

A taxa de juro a 10 anos na Alemanha terminou 2016 no nível de 0,21% face a 0,63% em dezembro 2015 e a taxa de Portugal a 10 anos subiu de 2,52% em 2015 para 3,76% no final de 2016.

(%)

Mercado Dívida	2 Y		
	2016	2015	VAR 16/15 (p.p.)
Div. Alemanha	-0,77	-0,35	-0,42
Div. França	-0,66	-0,31	-0,35
Div. Inglaterra	0,08	0,65	-0,57
Div. Itália	-0,18	-0,03	-0,15
Div. Espanha	-0,28	0,01	-0,29
Div. Portugal	0,04	0,11	-0,07

(%)

Mercado Dívida	10 Y		
	2016	2015	VAR 16/15 (p.p.)
Div. Alemanha	0,21	0,63	-0,42
Div. França	0,69	0,99	-0,30
Div. Inglaterra	1,24	1,96	-0,72
Div. Itália	1,82	1,60	0,22
Div. Espanha	1,38	1,77	-0,39
Div. Portugal	3,76	2,52	1,24

Os mercados acionistas mundiais registaram na generalidade uma performance positiva, salientando-se os casos do mercado dos EUA terminando o ano com ganhos significativos (*Dow Jones* com +13,4%), enquanto o *Eurostoxx 50* registou uma valorização de +0,7% em 2016. Em Portugal o *PSI20* registou uma performance negativa de -11,9% em 2016.

Índices Acionistas	2016	2015	VAR 16/15 (%)
DOW Jones	19 763	17 425	13,4%
Nasdaq	5 383	5 007	7,5%
S&P 500	2 239	2 044	9,5%
Eurostoxx 50	3 291	3 268	0,7%
PSI 20	4 679	5 313	-11,9%
FTSE MIB	7 143	6 242	14,4%
DAX 30	11 481	10 743	6,9%
CAC 40	4 862	4 637	4,9%
IBEX 35	9 352	9 544	-2,0%
BOVESPA	60 227	43 350	38,9%
NIKKEI 225	19 114	19 034	0,4%
Hang Seng 45	22 001	21 914	0,4%

1.1.2 Situação Económica Nacional

A estimativa das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2016 aponta para um crescimento homólogo real de 1,9% do PIB o que representa uma aceleração face ao trimestre precedente. No total do ano, o crescimento do PIB em termos reais, fixou-se em 1,4%.

Em 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1 556 milhões de euros, o que representa um aumento de 1 432 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz em grande medida, a melhoria dos saldos da balança de bens e de serviços.

No último trimestre de 2016 a taxa de desemprego fixou-se em 10,5%, valor idêntico ao registado no 3.º trimestre, mas inferior em 1,7 p.p. ao registado no ano anterior. Em termos anuais a taxa média de desemprego foi de 11,1%, menos 1,3 p.p. do que em 2015.

Em 2016, a variação homóloga do IPC fixou-se em 0,6%, 0,1 p.p. acima do valor registado em 2015. O IHPC registou um crescimento de 0,4 p.p. acima do registado na zona euro.

Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional recentemente divulgados apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 0,9% no ano de 2016. Neste mesmo período, as importações aumentaram 1,2%, o que levou a um agravamento de 2,7% do défice da balança comercial, no valor de 281 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 82,4%, menos 0,2 p.p. que em igual período de 2015.

1.1.3 Mercado Segurador

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2016 registou uma diminuição de 14,1% face a 2015, situando-se em 10 872 milhões de euros (-1 792 milhões de euros). A quebra nos prémios do ramo Vida esteve na origem deste decréscimo da produção, mantendo a tendência verificada no ano anterior.

O segmento Vida foi afetado por uma conjuntura que aliou a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e a adoção de um novo regime de solvência que penaliza os riscos inerentes às garantias financeiras, contribuindo para uma nova quebra nas contribuições para produtos de poupança.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 6 676 milhões de euros, -23,0% face ao ano anterior (-1 993 milhões de euros). Apenas os prémios dos Seguros Tradicionais cresceram relativamente a 2015 (+1,3%). Os Produtos de Capitalização diminuíram 31,1% (-1 792 milhões de euros)

e as contribuições para PPR's, que alcançaram 1 717 milhões de euros, tiveram uma quebra de 9,5% (-180 milhões de euros) face ao ano anterior.

Quanto ao segmento Não-Vida, continuou a crescer a um ritmo assinalável (5,0%), a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. O volume de prémios Não-Vida atingiu 4 196 milhões de euros (+201 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho que cresceu 12,2%, dando um novo impulso à recuperação iniciada em 2014. O aumento da massa salarial, expectável com o relançamento da atividade económica, assim como as correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio técnico do ramo, estão na origem deste aumento do volume de prémios.

Os ramos Saúde (+9,6%) e Automóvel (+3,9%) consolidaram a tendência de crescimento que já apresentavam, progredindo em 2016 a um ritmo mais elevado do que em anos anteriores. O ramo de Incêndio e outros Danos (+1,6%), com destaque para os ramos Multirriscos (+2,5%), também apresentou taxas de crescimento positivas embora mais moderadas. Em sentido inverso, destaque para a quebra da produção nos ramos de Transportes (-4,2%).

O peso da atividade seguradora no PIB evoluiu desfavoravelmente, baixando de 7,0% em 2015 para 6,0% em 2016. O segmento Vida representa 3,7% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (4,8% e 2,2% em 2015, respetivamente).

De acordo com os últimos dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Resultado Líquido das empresas de seguros (sob supervisão da ASF) foi positivo em 2016, atingindo 89 milhões de euros, porém substancialmente inferior ao registado em 2015 (344 milhões de euros).

1.2 FACTOS RELEVANTES EM 2016

A economia portuguesa em 2016 manteve a trajetória positiva que já vinha evidenciando desde final de 2013, fixando-se o crescimento do PIB, em termos reais, em 1,4%.

Para esta variação contribuiu o aumento da procura interna, registando-se um crescimento mais significativo do consumo privado e a recuperação do investimento. As exportações registaram igualmente um crescimento face ao período homólogo, mantendo um contributo positivo para o crescimento. A taxa de desemprego foi de 11,1%, diminuindo 1,3 p.p. face a 2015.

Este enquadramento económico positivo permitiu consolidar a tendência de crescimento já verificada no ano anterior pelo setor segurador Não-Vida, com uma variação de 5,0%. Em Vida, pelo contrário, a variação voltou a ser negativa (-23,0% face a 2015) devido à forte contração dos Produtos Financeiros (-25,7%), particularmente no canal bancário. Contudo, em Vida Risco o mercado apresentou um ligeiro crescimento de 0,9%.

Para o Grupo, 2016 foi um ano importante, destacando-se a aquisição a 100% da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de Agosto de 2016 e a operação de fusão por incorporação das sociedades Açoreana Seguros, S.A. (Açoreana), Seguros Logo, S.A. (LOGO), e T-Vida - Companhia de Seguros, S.A. (T-Vida), na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Tranquilidade), mediante a transferência global do património das sociedades a incorporar para a sociedade incorporante, cujo registo definitivo foi efetuado em 30 de dezembro de 2016.

A Tranquilidade, previamente à operação de fusão, detinha a totalidade dos capitais sociais das sociedades que vieram a ser incorporadas,

sendo que, com o registo definitivo da fusão na Conservatória do Registo Comercial, as sociedades incorporadas foram extintas, transmitindo-se a universalidade dos respetivos ativos, passivos, direitos e obrigações para a Tranquilidade, incluindo, os contratos de seguro e resseguro em vigor, pelo que as carteiras de seguros detidas pela Açoreana (ramos Vida e Não Vida), pela T-Vida (ramo Vida) e pela Logo (ramo Não Vida) foram automática e integralmente transferidas para a Tranquilidade.

Na mesma data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., alterou a sua denominação social para Seguradoras Unidas, S.A., alterando o seu objeto social para o exercício da atividade de seguro e resseguro de todos os ramos e operações, salvo no que respeita ao seguro de crédito com garantia do estado.

No mercado nacional, em 2016, o Grupo alcançou 15,4% de quota de mercado Não Vida ocupando desta forma o 2.º lugar na *ranking* das seguradoras Não Vida. No mercado Vida a quota de mercado alcançou os 1,2%.

Na vertente comercial, o ano foi marcado por uma dinâmica crescente e pela consolidação das parcerias comerciais entre o Grupo e os seus canais de distribuição profissionais:

- Os Parceiros Multimarca e Exclusivos cresceram 11% e 6%, respetivamente, o que representou uma performance superior à do mercado sobretudo nos Multimarca, reforçando o reconhecimento da proposta de valor global da marca Tranquilidade e do seu serviço por parte deste importante canal. Este crescimento foi transversal aos diferentes ramos de produção Não Vida, revelando resultados nomeadamente do investimento na produção de Multiriscos e Saúde;
- Os Corretores cresceram 9% em 2016, voltando a demonstrar uma dinâmica evolutiva positiva em Negócios e Empresas, e renovada confiança na marca;
- As Redes de Retalho Alternativas cresceram 24% face a 2015, continuando a reforçar o seu importante papel na área do retalho da Tranquilidade.

Em 2016, a base de Clientes Não-Vida e Vida considerando o universo das Companhias, superava os 1 400 000 Clientes.

Durante o ano foi feita uma aposta na promoção de produtos estratégicos, que resultou num incremento da dinâmica de venda de Multiriscos, Saúde e Vida Risco.

No ramo Automóvel, num ano de forte crescimento, o Grupo inovou com a introdução de novas ferramentas comerciais, como a simplificação do simulador automóvel e recolha automática de experiência de sinistralidade na Segurnet que visam simplificar o trabalho dos seus agentes. Adicionalmente, continuou a investir em ações de marketing com vista a acionar o crescimento acelerado da carteira dos seus Parceiros Multimarca, consolidando assim a carteira destes no Grupo.

No ramo Vida o Grupo mantém a aposta estratégica nos produtos de Vida Risco reforçando a sua capacidade de distribuição junto dos parceiros de negócio.

O canal direto apresentou um crescimento de produção de 13% face ao ano anterior, transversal aos seus produtos, nomeadamente Automóvel (+13%), Casa (+17%) e Saúde (+6%).

A nível operacional, por forma a dar continuamente melhor resposta ao nível da oferta e da qualidade de serviço prestado a Clientes e Parceiros, a Companhia lançou um conjunto de novas iniciativas:

1. Lançamento de novos produtos em Particulares e também em Empresas:
 - Em Automóvel foi lançado o novo produto Bike, para utilizadores de bicicletas e foi introduzido o automatismo na recolha de dados de experiência de sinistralidade via Segurnet;
 - Em Saúde, revisão da oferta tornando-a mais simplificada (de 5 para 3 opções) e melhoria nos processos de aceitação e alargamento do âmbito de várias coberturas tais como, fisioterapia e oncologia;
 - Em MR Habitação, oferta ajustada para clientes com crédito habitação;
 - Em Vida Risco, lançamento de uma solução virada para os jovens adultos, que os protege de forma eficaz contra o risco de Invalidez;
 - Inovação absoluta com a criação do AP GO, que protege os jogadores do Pokémon;
 - Parceria com a Caramigo, empresa de Car sharing entre particulares, para garantir os danos próprios dos veículos alugados.
2. Forte entrada numa estratégia de marketing e comercial digital, colaborativa com os Parceiros.
3. Introdução de melhorias e novas funcionalidades nas ferramentas disponibilizadas nos postos de trabalho dos Parceiros;
 - Alargamento da capacidade de simulação e subscrição em Automóvel e Acidentes de Trabalho;
 - Renovação de todos os *outputs* dos produtos Habitação e Saúde, tornando-os mais transparentes e simples para o Cliente.

O contínuo investimento e a aposta transversal a toda a organização na melhoria da qualidade de serviço a Clientes e Parceiros, permitiu manter elevados níveis de serviço e satisfação:

- Os Clientes continuam a reconhecer a qualidade na gestão de sinistros: em Automóvel e Acidentes de Trabalho a satisfação média situa-se acima de 8 (numa escala de 10) e a intenção de recomendação entre 85% e 90%, enquanto em Habitação a satisfação média atinge 7 e a recomendação sobe para 76%.

A estratégia de melhoria contínua e consistente dos níveis de Serviço da Companhia a Parceiros e Clientes e uma postura de proximidade no mercado permitiu-nos ser, uma vez mais, distinguidos por instituições independentes, tendo recebido os prémios:

- “Escolha dos Profissionais do setor segurador”, que renovámos pelo 3.º ano consecutivo;
- “Best Buy Award”, que reconhece a Tranquilidade como a Companhia com melhor relação Preço/Qualidade;
- SuperBrand 2016, eleita pelos consumidores;
- Melhor Grande Seguradora Não Vida, pela revista Exame.

A evolução dos mercados financeiros em 2016 foi semelhante à dos últimos anos sendo caracterizada por ambientes económico e político de grande volatilidade e por taxas de juro em níveis historicamente baixos.

Neste contexto, a estratégia de investimentos adotada teve entre os seus principais vetores, a gestão da *duration* dos ativos e passivos e minimização do risco de taxa de juro da carteira de investimentos, seguindo indicações à regulamentação da atividade seguradora designada de Solvência II.

As decisões de investimento executadas em 2016, promoveram o investimento em obrigações de taxa fixa com níveis de senioridade superior e *rating* médio de *investment grade*. A implementação destas decisões combinada com o movimento de descida das taxas de juro registadas na Europa permitiu obter ganhos generalizados na carteira de investimentos.

O saldo técnico Não Vida foi negativo em 25,1 milhões de euros (2015: positivo em 39,7 milhões de euros), o que representou um decréscimo de 163,2%. Para esta variação contribuiu a evolução negativa da taxa de sinistralidade que subiu de 63,8% em 2015 para 72,7% em 2016, devido essencialmente ao aumento de custos no ramo Acidentes de Trabalho.

O Saldo técnico Vida foi negativo em -0,7 milhões de euros (2015: positivo em 4,0 milhões de euros), justificado em grande parte pelo reforço de provisões técnicas decorrente do LAT ("Liability Adequacy Test").

1.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

(milhares de euros)

	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Balanzo			
Investimentos ^(a)	1 597 053	895 515	78,3%
Ativo líquido	2 278 474	1 280 179	78,0%
Capital próprio	176 764	130 238	35,7%
Provisão p/ prémios não adquiridos (SD+RA)	156 139	91 169	71,3%
Provisão matemática do ramo vida	654 581	271 628	141,0%
Provisão para sinistros (SD+RA)	895 028	447 005	100,2%
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	838 936	407 747	105,7%
Provisões técnicas (SD+RA)	1 767 965	838 449	110,9%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	539 142	402 716	33,9%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	478 217	340 679	40,4%
Custos com sinistros e benefícios pagos de seguro direto	434 334	469 206	-7,4%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	411 395	252 602	62,9%
Custos operacionais	128 035	121 653	5,2%
Rendimentos	28 057	15 833	77,2%
Resultado líquido	-4 401	29 415	-115,0%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos/ N° de empregados	409,1	113,0	262,1%
Taxa de sinistralidade de seguro direto (Não-Vida)	72,7%	63,8%	8,9 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	86,0%	74,1%	11,9 p.p.
Resultado líquido/ Prémios brutos emitidos	-0,8%	7,3%	-8,1 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro (Não-Vida)	108,6%	101,8%	+6,8 p.p.

^(a) Inclui: Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber e Terrenos e edifícios. Exclui derivados com justo valor negativo.

Em 5 de agosto de 2016 o Grupo adquiriu a 100% a Açoreana, pelo que as variações apresentadas, quer nas variáveis de balanço, quer nas variáveis de ganhos e perdas, refletem este efeito.

1.4 A ATIVIDADE DO GRUPO SEGURADORAS UNIDAS EM 2016

1.4.1 Total de Produção

A produção de seguro direto atingiu 538 446 milhares de euros em 2016, o que significa uma variação de +34,1% em relação ao ano anterior. O mercado segurador Não-Vida apresentou, para o mesmo período, um decréscimo de 14,1%. O ramo vida, com uma produção de 52 956 milhares de euros, apresentou uma variação positiva de 43,9% relativamente a 2015. O conjunto dos ramos Não Vida, com um volume de prémios de 485 490 milhares de euros, apresentou um crescimento de 33,1% em relação ao ano anterior.

O Grupo apresentou um crescimento significativo no volume de prémios de seguro direto de 136 963 milhares de euros, para o qual contribuiu o crescimento da generalidade dos ramos com exceção dos do ramo Transportes, em Não-Vida.

Em Acidentes e Doença, a produção do Grupo foi superior à do ano anterior tendo apresentado uma variação de +29,0%. O ramo Incêndio e Outros Danos cresceu 25,1% e o ramo Automóvel apresentou um acréscimo na produção de 43,8%.

(milhares de euros)

Total de Produção de Seguro Direto	2016	%	2015	%	VAR 16/15 (%)
Total Vida	52 956	9,8	36 794	9,2	43,9%
Contratos de seguros	52 956	9,8	36 794	9,2	43,9%
Total Não Vida	485 490	90,2	364 689	90,8	33,1%
Acidentes e doença	149 979	27,9	116 286	29,0	29,0%
Incêndio e outros danos	83 138	15,4	66 472	16,6	25,1%
Automóvel	212 128	39,4	147 481	36,7	43,8%
Transportes	5 862	1,1	6 078	1,5	-3,6%
Responsabilidade civil	12 111	2,2	10 152	2,5	19,3%
Diversos	22 272	4,1	18 219	4,5	22,2%
Total	538 446	100,0	401 483	100,0	34,1%

1.4.2 Custos com Sinistros de Seguro Direto

O total de custos com sinistros e de benefícios pagos de seguro direto em 2016 ascendeu a 434 334 milhares de euros, o que representa uma variação de 59,3% em relação a 2015.

Em Não-Vida verificou-se um aumento dos custos com sinistros de 56,7% em relação ao ano anterior. A variação dos custos com sinistros em Acidentes e Doença (+80,0%) resulta principalmente do acréscimo nos custos com sinistros de Acidentes de Trabalho por aumento das provisões matemáticas devido à alteração de pressupostos nomeadamente mortalidade e taxa de desconto.

Os ramos Automóvel e Incêndio e Outros Danos registaram igualmente aumentos significativos nos custos com sinistros de 48,1% e 47,4%, respetivamente.

No ramo Responsabilidade Civil, os custos com sinistros diminuiram significativamente em relação ao ano anterior (-65,6%), uma vez que em 2015 os custos com sinistros se encontravam influenciados pela ocorrência de sinistros graves, em particular no ramo Responsabilidade Civil Exploração.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros e Benefícios Pagos de Seguro Direto	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Total Vida	72 776	41 787	74,2%
Contratos de seguros	72 776	41 787	74,2%
Total Não Vida	361 558	230 790	56,7%
Acidentes e doença	159 363	88 535	80,0%
Incêndio e outros danos	40 995	27 805	47,4%
Automóvel	153 472	103 624	48,1%
Transportes	1 949	400	387,3%
Responsabilidade civil	3 299	9 591	-65,6%
Diversos	2 480	835	197,0%
Total	434 334	272 577	59,3%

A taxa de sinistralidade Não-Vida em 2016 (custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos) situou-se em 72,7% o que representa um aumento de 8,9 p.p. em relação ao ano anterior, destacando-se:

- A subida da taxa em Acidentes e Doença para 102,0% (77,4% em 2015), em Incêndio e outros Danos para 47,5% (41,6% em 2015) e em Automóvel para 72,1% (71,3% em 2015);
- A descida da taxa sinistralidade em Responsabilidade Civil para 24,6% (92,6% em 2015).

(%)

Custos com Sinistros/ Prémios Brutos Adquiridos*	2016	2015
Acidentes e doença	102,0	77,4
Incêndio e outros danos	47,5	41,6
Automóvel	72,1	71,3
Transportes	31,4	6,0
Responsabilidade civil	24,6	92,6
Diversos	11,1	4,7
Total	72,7	63,8

*Custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

1.4.3 Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2016 ascenderam a 1 767 965 milhares de euros. A variação face ao ano anterior resulta sobretudo do efeito da aquisição a 100% da Açoreana Seguros ocorrida em agosto de 2016.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas (SD+RA)	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Provisão matemática vida	654 581	271 628	141,0%
Provisão para prémios não adquiridos	156 139	91 169	71,3%
Provisão para sinistros	895 028	447 005	100,2%
Vida	46 474	15 717	195,7%
Acidentes de trabalho	533 289	225 892	136,1%
Outros ramos	315 265	205 396	53,5%
Outras provisões técnicas	62 217	28 647	117,2%
Total	1 767 965	838 449	110,9%

1.4.4 Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido em 2016 ascendeu a 36 838 milhares de euros negativo sendo mais favorável para os resseguradores face a 2015 (+32,5%). Esta evolução deve-se ao maior volume de prémios cedidos aos resseguradores.

(milhares de euros)

Resseguro Cedido	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Prémios	70 503	56 747	24,2%
Comissões	-12 488	-9 892	26,2%
Sinistros e variação das provisões técnicas	-21 177	-19 053	11,1%
Resultado	36 838	27 802	32,5%

1.4.5 Custos Operacionais

Os custos operacionais ascenderam a 128 035 milhares de euros em 2016, +5,2% em relação ao ano anterior. De notar que em 2016 o Grupo adquiriu 100% da Açoreana Seguros, justificando em grande parte as variações nos custos operacionais. Em termos de custos recorrentes, verificou-se um aumento nos custos operacionais em 2 507 milhares de euros (+2,2% face a 2015), conforme detalhe de fatores extraordinários referido de seguida, para cada tipo de custo.

Os Custos com Pessoal, no valor de 52 697 milhares de euros, diminuíram 13,6% face a 2015, i.e. -8 327 milhares de euros. O valor de 2016 considera um proveito de 3 271 milhares de euros correspondente ao *cut-off* das responsabilidades com o Fundo de Pensões dos Administradores compensado por um custo adicional de +6 205 milhares de euros referente a rescisões por mútuo acordo com colaboradores.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 46,1% face a 2015, +18 276 milhares de euros, devido sobretudo à contabilização em 2016 de um custo adicional e não recorrente de 8 903 milhares de euros relativo à operação de fusão por integração na Seguradoras Unidas das sociedades Açoreana, LOGO e T- Vida e a vários projetos estratégicos. Se tivermos em consideração que em 2015 existiram 1 212 milhares de euros de custos não recorrentes relativos fundamentalmente a custos de consultadoria com projetos estratégicos, projetos relacionados com solvência II e *compliance*, o aumento em termos proforma, foi de 10 585 milhares de euros (+27,5%).

As Amortizações diminuíram em 2016 6 260 milhares de euros (-35,8%) devido sobretudo à contabilização, em 2015, de amortizações extraordinárias de ativos intangíveis no valor de 6 140 milhares de euros.

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Custos com pessoal	52 697	61 024	-13,6%
Fornecimentos e serviços externos	57 952	39 676	46,1%
Impostos e taxas	4 574	2 738	67,1%
Amortizações	11 220	17 480	-35,8%
Outros*	1 592	734	116,9%
Total	128 035	121 653	5,2%

* Inclui provisões para riscos e encargos, juros suportados, comissões e outros custos com investimentos.

1.4.6 Investimentos

A evolução dos mercados financeiros em 2016 foi semelhante à dos últimos anos sendo caracterizada por grande volatilidade e por taxas de juro em níveis historicamente baixos.

O ambiente económico apresentou a volatilidade decorrente dos acontecimentos políticos que marcaram o ano, nomeadamente o *Brexit* no 2º trimestre e as eleições presidenciais nos EUA no 4º trimestre do ano. Após as eleições presidenciais, assistiu-se a um otimismo generalizado sobre as perspetivas de crescimento económico.

Neste contexto, e devido à incerteza sobre a evolução dos mercados financeiros, as entidades do Grupo Seguradoras Unidas, S.A., mantiveram uma estratégia de investimentos conservadora e focalizada sobretudo em ativos de rendimento fixo.

A estratégia de investimentos adotada teve entre os seus principais vetores, a gestão da *duration* dos ativos e passivos e minimização do risco de taxa de juro da carteira de investimentos, seguindo indicações à regulamentação da atividade seguradora designada de Solvência II.

As decisões de investimento executadas em 2016, promoveram o investimento em obrigações de taxa fixa com níveis de senioridade superior e *rating* médio de *investment grade*. A implementação destas decisões combinada com o movimento de descida das taxas de juro registadas na Europa permitiu obter ganhos generalizados na carteira de investimentos.

Com o objetivo de dispersão de risco a outros emittentes fora da zona Euro, embora sempre com cobertura do risco cambial, e de forma a atribuir maior flexibilidade e rapidez na execução de transações, o investimento direto em ativos financeiros foi substituído por investimento em Exchange Traded Funds. Simultaneamente, promoveu-se uma redução gradual da exposição a emittentes do Sul da Europa por contrapartida do aumento da exposição a emittentes da zona “core” europeia.

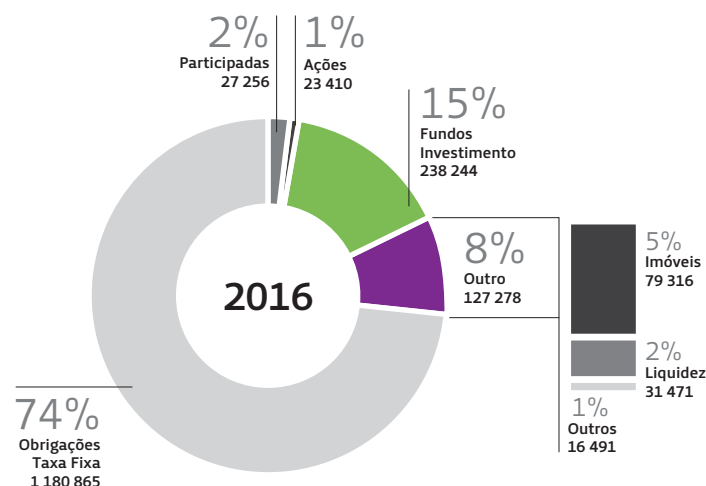
A exposição a obrigações de dívida subordinada, cujo valor apresenta uma forte correlação com o comportamento dos mercados acionistas e sendo uma classe com maiores cargas de capital em Solvência II, foi sendo reduzida ao longo do ano. Já na componente acionista, as entidades fusionadas na Seguradoras Unidas mantiveram aproximadamente a mesma exposição que transitou do ano anterior.

O investimento em dívida soberana, realizado essencialmente através de investimento direto, foi incrementado ao longo do ano representando esta classe mais de 50% da classe de obrigações no final do ano. A estratégia implementada privilegiou a exposição a obrigações de dívida soberana de países “core” da Europa.

A maturidade e a *duration* ponderada do portfólio de obrigações (investimento direto) aumentaram gradualmente ao longo do ano tendo-se situado em 8,9 anos e 7,5 anos, respetivamente no final do ano.

Carteira de Investimentos

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)

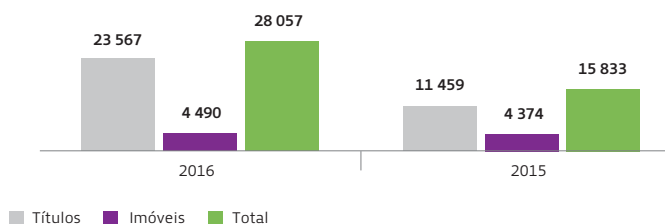


No final do ano, a carteira de investimentos Consolidada do Grupo Seguradoras Unidas situou-se em 1 597 053 milhares de euros. O investimento em obrigações de taxa fixa representou a maior fatia do investimento, com 74% do total da carteira de investimentos. Destaca-se ainda, a exposição a fundos de investimento no valor de 238 244 milhares de euros, reportando-se essencialmente a títulos de rendimento fixo.

A carteira de obrigações (investimento direto) apresentou um *rating* médio de *investment grade* (A) e uma exposição a dívida soberana de 691 996 milhares de euros, dos quais 28% de exposição a dívida pública da Alemanha, 22% a dívida pública da França e 13% a dívida pública da Espanha.

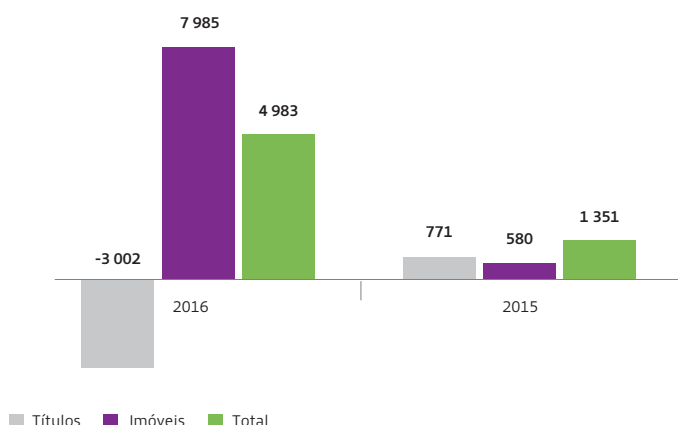
Juros, Rendas e Dividendos

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



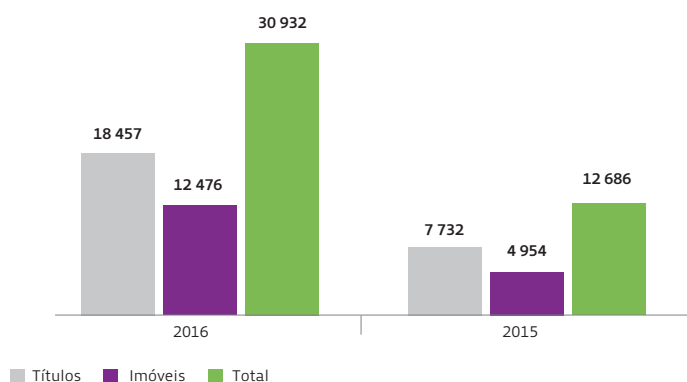
Valias Registadas em Ganhos e Perdas

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



Resultados Atividade Financeira

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



Nota: Inclui imparidades em títulos, em 2016, de 2 108 milhares de euros e em 2015 de 4 498 milhares de euros.

No ano de 2016, o resultado da atividade financeira Consolidada do Grupo Seguradoras Unidas, S.A., foi positivo em 30 932 milhares de euros o que representa um aumento de 18 246 milhares de euros, face ao ano anterior. No entanto, o resultado de 2015 foi influenciado por efeitos não recorrentes, nomeadamente pela venda da participada Advancecare (que gerou um ganho de 33 778 milhares de euros).

1.4.7 Capital Próprio e Margem de Solvência

O resultado líquido do Grupo em 2016 foi negativo em -4,4 milhões de euros, que compara com o lucro de 29,4 milhões de euros em 2015. No entanto, importa destacar que para este resultado de 2016 contribuíram, positiva e negativamente, diversos efeitos extraordinários e de caráter não recorrente, nomeadamente:

- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais incorridos, no valor de 24,5 milhões de euros, em resultado da autorização da administração fiscal após alteração do controlo da Companhia;
- Reconhecimento de um proveito decorrente de perdão fiscal de juros ao abrigo do PERES (Plano Especial Redução de Endividamento ao Estado) no valor de 2,7 milhões de euros;
- Reconhecimento de uma mais-valia de 5,3 milhões de euros (líquida de imposto), resultante da venda do Edifício da Rua Garrett;
- Reconhecimento de um custo de 13,5 milhões de euros (líquido de imposto), decorrente da alteração de pressupostos, nomeadamente mortalidade e taxa de desconto das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho (diminuição de 4,00% para 2,75%);
- Finalmente, reconhecimento de imparidade do *Value in Force* da T-Vida no valor de 15,5 milhões de euros (líquido de imposto).

Desta forma, deve ser destacado que o resultado líquido de 2016 ajustado por estes efeitos não recorrentes mais relevantes, seria de -7,9 milhões de euros.

O Capital Próprio atribuível ao Grupo aumentou 35,7% para um valor final de 176,8 milhões de euros, devido essencialmente aos seguintes fatores:

- Aumento de capital e prestações acessórias (38,5 milhões de euros);
- Ajustamentos positivos de justo valor dos ativos financeiros (8,9 milhões de euros, líquido de imposto);
- Resultado consolidado do exercício (-4,4 milhões de euros).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2016	2015	VAR 16/15 (%)
Capital social	84 000	12 600	566,7%
Outros instrumentos de capital	27 097	60 000	-54,8%
Reservas de reavaliação e impostos	907	-9 363	-109,7%
Outras reservas	43 430	38 334	13,3%
Resultados transitados	25 731	-748	-3 540,0%
Resultado líquido	-4 401	29 415	-115,0%
Total	176 764	130 238	35,7%
Interesses que não controlam	8 971	8 373	7,1%
Total Capital Próprio e Interesses Que Não Controlam	185 735	138 611	34,0%

O Grupo monitoriza a solvência de acordo com o novo Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência consolidada serão divulgados publicamente até ao dia 1 de julho de 2017 através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

De referir que, durante o ano de 2016, no âmbito do regime transitório previsto na nova legislação, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) aprovou a utilização das medidas transitórias aplicáveis às provisões técnicas, ajustamento de volatilidade e fundos complementares.

1.4.8 Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Gestão de Risco e Sistema de Controlo Interno

Na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que regulamenta as condições de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, o novo regime de Solvência II entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016.

No decurso do ano de 2016, e no âmbito integrado do Grupo, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual e Grupo;
- Continuação da implementação do projeto para substituição das ferramentas/ *Datawarehouse* que permitam responder aos requisitos de Pilar I e III. Este projeto, entretanto, foi revisto de modo a considerar o processo de fusão que inclui a Açoreana;
- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Revisão e respetiva formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;
- Sistematização de toda a legislação referente ao Solvência II na Intranet do Grupo;
- Projeções de capitais económicos e perfil de risco no âmbito da operação de aquisição da Açoreana e de integração das companhias Tranquilidade, Açoreana, T-Vida e LOGO;
- Aprovação das medidas transitórias das provisões técnicas, ajustamento de volatilidade e fundos complementares;
- Desenvolvimento de estudos para aplicação de cargas de capital ao *pricing* de Não-Vida e revisão de processos, informação e documentação para efeitos do respetivo reporte;
- Reporte do ORSA individual e Grupo;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash flows*;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;

- Atualização do Plano de Continuidade de Negócio, com a realização de exercícios operacionais, que se baseiam na deslocação de colaboradores para o *Business Continuity Site*, equipado com infraestruturas de suporte que permitem o desenvolvimento dos processos de negócio críticos da Companhia;
- Desenvolvimento de programas de formação específicos e de informação.

Ainda no âmbito do reporte de informação respeitante ao ano de 2016, até ao dia 1 de julho de 2017 será divulgado publicamente o primeiro Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Programa de Compliance

Foi igualmente desenvolvido um programa de *compliance* que demonstra o compromisso do Grupo com os mais elevados padrões éticos.

Foi aprovado um novo Código de Conduta, baseado nos valores da honestidade, do respeito, da responsabilidade e da excelência. Nele encontram-se definidas as traves mestras sobre as quais assenta o relacionamento entre colaboradores e destes com os vários públicos com quem interagem - clientes, parceiros de negócio, fornecedores e sociedade em geral.

Foram igualmente definidas e aprovadas novas políticas e procedimentos que pretendem promover o respeito pelas Sanções comerciais e económicas, a prevenção e o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, bem como a prevenção de práticas de suborno e corrupção.

O programa de *compliance* é ainda sujeito a acompanhamento e monitorização regular de modo a assegurar que são mantidas e respeitadas as medidas apropriadas previstas nas políticas definidas pela empresa.

Alinhada a este compromisso ético, foi ainda criada uma Linha de Ética, um canal criado exclusivamente para a participação de questões relacionadas com a administração, o sistema de governação ou a organização contabilística da empresa.

1.5 GOODWILL

Em 05 de agosto de 2016 o Grupo adquiriu a Açoreana que, em 30 de dezembro de 2016, foi fusionada com a Tranquilidade, T-Vida e Logo na agora denominada Seguradoras Unidas, S.A.

Em conformidade com a “IFRS 3 Concentrações em atividades empresariais” e decorrente da diferença positiva entre o custo de aquisição da operação e a alocação do justo valor atribuível aos ativos e passivos na data de aquisição foi gerado um *goodwill* no montante de 65 981 milhares de euros. O valor do *goodwill* apurado deveu-se essencialmente ao registo pelo justo valor das provisões matemáticas de acidentes de trabalho e vida financeiros, através do desconto dos *cash-flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (“EIOPA”) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de Solvência II.

1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido consolidado do exercício de 2016, no montante negativo de -4 401 milhares de euros será transferido para resultados transitados.

1.7 OBJETIVOS PARA 2017

O cenário económico em 2017 deverá manter-se positivo, em consequência da contínua evolução favorável da procura interna, sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento empresarial. No que se refere à procura externa deverá assistir-se a uma aceleração das exportações superior à evolução das importações. A evolução da atividade deverá ser acompanhada de uma evolução positiva do mercado de trabalho, perspetivando-se a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego. A inflação deverá aumentar, mantendo-se em níveis próximos dos projetados para a média da zona euro.

Neste contexto, o setor segurador deverá continuar a sua trajetória de recuperação de prémios, em particular no segmento Não-Vida, quer pelo fator de correção de preços, quer pelo aumento da penetração em ramos não obrigatórios, nomeadamente no Saúde.

Adicionalmente, o contexto de baixas taxas de juro continuará a gerar pressão para a necessidade de reequilíbrio técnico em ramos como o Acidentes de Trabalho, Saúde Grupo e Automóvel, sendo de esperar um ambiente competitivo mais racional e não baseado meramente em redução de tarifas.

As regras regulatórias mais exigentes, nomeadamente o regime de Solvência II e a nova Diretiva de Distribuição, abrem espaço à consolidação do mercado e trazem acionistas mais exigentes, que tornam as Seguradoras cada vez mais profissionais e inovadoras, de forma a responderem aos atuais desafios.

Em 2016, tal como referido anteriormente, o Grupo adquiriu 100% da Açoreana tendo concluído a operação de fusão por incorporação das sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Seguradoras Unidas. Esta nova realidade permitirá ao Grupo reavaliar o seu posicionamento face à envolvente externa, afirmando-se como um Grupo de grande dimensão no mercado segurador português.

O ano 2017 será consequentemente um ano chave para o Grupo consolidar as suas bases e perseguir oportunidades de crescimento, potenciando o efeito de sinergias, das vantagens competitivas e dos pontos fortes de cada uma das sociedades que integraram o Grupo.

Destacam-se, neste contexto, os seguintes desafios estratégicos para 2017:

1. Prosseguir com o projeto de **Integração**;
2. Continuar com o projeto de transformação, de acordo com o estabelecido no Plano Estratégico designado de “**Ambição 2020**”, nomeadamente através das seguintes iniciativas:
 - Desenvolvimento de uma Rede de Distribuição mais eficaz, designadamente pelo incremento do número de produtores regulares em todos os ramos;
 - Aposta no crescimento seletivo nos ramos e segmentos de maior rentabilidade, nomeadamente Saúde, Vida-Risco e nas Pequenas e Médias Empresas;
 - Promoção da excelência técnica, mediante a aplicação de modelos de *pricing* robustos e a capacidade de resposta na gestão de sinistros;
 - Simplificação da operativa, nomeadamente através da crescente digitalização dos seus processos, tornando-os mais eficientes e mais ágeis;

- Aposta contínua no desenvolvimento dos colaboradores, fomentando uma cultura comum após o processo de integração das diversas Companhias.

Será na execução destes dois Projetos Estratégicos, **Integração e Ambição 2020**, que o Grupo continuará o seu trajeto de crescimento e de aumento de rentabilidade rumo aos objetivos definidos para 2020.

1.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a aquisição em 5 de agosto de 2016 de 100% da Açoreana foi concretizada, em 30 de dezembro de 2016, a operação de fusão por integração das sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Tranquilidade, e a alteração da sua denominação social para Seguradoras Unidas, S.A., alterando, igualmente, o seu objeto social para o exercício da atividade de seguro e resseguro de todos os ramos e operações, salvo no que respeita ao seguro de crédito com garantia do estado.

Neste ano extremamente desafiante o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para a mitigação dos impactos negativos na Sociedade e desenvolvimento da mesma.

O Grupo reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que o Grupo conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 5 de julho de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
(Presidente do Conselho de Administração)

Alexander Wallace Humphreys
(Vogal)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal)

Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
(Vogal)

Jan Adriaan de Pooter
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)

Pedro Luís Francisco de Carvalho
(Vogal)



03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanço Consolidado (Ativo) de 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2016			31 de Dezembro de 2015
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	87 910	15	87 895	39 149
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	4	27 256		27 256	22 810
Ativos financeiros detidos para negociação	7	483		483	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7	101 784		101 784	77 721
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	7	1 342 509	1 774	1 340 735	658 676
Empréstimos e Contas a Receber		62 479	15 000	47 479	23 544
Depósitos junto de empresas cedentes	7	2		2	2
Outros depósitos	7	31 471		31 471	18 665
Empréstimos concedidos	7	22 358	15 000	7 358	4 426
Contas a receber					
Outros	7	8 648		8 648	451
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios		79 709	393	79 316	112 764
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	35 818	393	35 425	36 058
Terrenos e edifícios de rendimento	9	43 891		43 891	76 706
Outros ativos tangíveis	10	50 318	45 783	4 535	5 435
Inventários	10	51		51	66
Goodwill	12	65 981		65 981	651
Outros ativos intangíveis	12	143 247	122 021	21 226	37 772
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		81 474		81 474	56 818
Provisão para prémios não adquiridos	5	24 374		24 374	16 347
Provisão matemática do ramo vida	5	1 004		1 004	666
Provisão para sinistros	5	56 092		56 092	39 258
Provisão para participação nos resultados	5	4		4	547
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		104 703	18 087	86 616	80 268
Contas a receber por operações de seguro direto	13	64 886	9 020	55 866	44 255
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	14 395	1 384	13 011	13 007
Contas a receber por outras operações	13	25 422	7 683	17 739	23 006
Ativos por Impostos		93 960		93 960	15 095
Ativos por impostos correntes	24	2 064		2 064	5 135
Ativos por impostos diferidos	24	91 896		91 896	9 960
Acréscimos e diferimentos	13	4 229		4 229	3 059
Outros elementos do ativo	13	131 448		131 448	146 351
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	11	104 006		104 006	
Total Ativo		2 481 547	203 073	2 278 474	1 280 179

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Balço Consolidado (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
Passivo			
Provisões Técnicas		1 767 965	838 449
Provisão para prémios não adquiridos	5	156 139	91 169
Provisão matemática do ramo vida	5	654 581	271 628
Provisão para Sinistros		895 028	447 005
De vida	5	46 474	15 717
De acidentes de trabalho	5	533 289	225 892
De outros ramos	5	315 265	205 396
Provisão para participação nos resultados	5	20 812	4 252
Provisão para compromissos de taxa	5	9 236	1 133
Provisão para estabilização de carteira	5	127	
Provisão para desvios de sinistralidade	5	14 529	8 363
Provisão para riscos em curso	5	17 513	14 899
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6	151 610	177 647
Outros Passivos Financeiros		33 827	4 173
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados	6	8 540	
Depósitos recebidos de resseguradores	6	11 722	650
Outros	6 e 7	13 565	3 523
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	4 491	11 343
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		68 671	60 398
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	28 764	17 421
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	23 335	17 765
Contas a pagar por outras operações	13	16 572	25 212
Passivos por Impostos		20 020	17 465
Passivos por impostos correntes	24	20 020	17 465
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	44 403	26 113
Outras provisões	13	1 752	5 980
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		2 092 739	1 141 568
Capital Próprio			
Capital	25	84 000	12 600
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	27 097	60 000
Reservas de Reavaliação		3 451	-10 032
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	7 108	-4 981
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio	26	-3 657	-5 051
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	-2 544	669
Outras reservas	26	43 430	38 334
Resultados transitados		25 731	-748
Resultado exercício		-4 401	29 415
Total Capital Próprio Atribuível aos Acionistas da Empresa Mãe		176 764	130 238
Interesses que não controlam	4	8 971	8 373
Total Capital Próprio e Interesses Que Não Controlam		185 735	138 611
Total Passivo, Interesses Que Não Controlam e Capital Próprio		2 278 474	1 280 179

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Pedro Luís Francisco de Carvalho

Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2016			31 de Dezembro de 2015	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		49 397	428 820		478 217	340 679
Prémios brutos emitidos	14	52 956	486 186		539 142	402 716
Prémios de resseguro cedido	14	-3 248	-67 255		-70 503	-56 747
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5 e 14	-282	11 671		11 389	-1 928
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	5 e 14	-29	-1 782		-1 811	-3 362
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	430			430	443
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	5	70 585	340 810		411 395	252 602
Montantes pagos	5	57 735	305 821		363 556	248 189
Montantes brutos	5	59 228	323 051		382 279	274 554
Parte dos resseguradores	5	-1 493	-17 230		-18 723	-26 365
Provisão para sinistros (variação)	5	12 850	34 989		47 839	4 413
Montante bruto	5	13 548	37 910		51 458	189
Parte dos resseguradores	5	-698	-2 921		-3 619	4 224
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	5	12 375	-7 369		5 006	-3 237
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro	5	-34 305			-34 305	-11 642
Montante bruto	5	-34 202			-34 202	-11 622
Parte dos resseguradores	5	-103			-103	-20
Participação nos resultados, líquida de resseguro	5	-738	-3		-741	1 108
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	12 114	131 724		143 838	111 868
Custos de aquisição		9 325	99 319		108 644	83 011
Custos de aquisição diferidos (variação)	5	-151	1 560		1 409	-122
Gastos administrativos		4 413	41 860		46 273	38 871
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1 473	-11 015		-12 488	-9 892
Rendimentos	16	10 773	12 546	4 738	28 057	15 833
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		8 876	7 289	2 101	18 266	11 179
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		1 897	5 257	2 637	9 791	4 654
Gastos Financeiros	16	1 428	2 518	710	4 656	2 327
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		28			28	
Outros		1 400	2 518	710	4 628	2 327
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas		-2 904	-3 533	1 291	-5 146	44 573
De ativos disponíveis para venda	17 e 18	1 203	-3 603	961	-1 439	10 982
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a deter até à maturidade	17					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	6 e 17	-4 107			-4 107	-1 020
De outros	17		70	330	400	34 611
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas		3 210	-659	-1 001	1 550	18
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	17 e 18					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6, 17 e 18	3 210	-659	-1 001	1 550	18
Diferenças de câmbio	19	-30	95	-914	-849	-4 651
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18		12 776	-3 543	9 233	579
Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)		-139	-4 467	-15 773	-20 379	-7 980
De ativos disponíveis para venda	7	-139	-4 467	2 498	-2 108	-4 498
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	7					-200
De investimentos a deter até à maturidade						
De outros	12 e 13			-18 271	-18 271	-3 282
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	3	-2 957		-2 954	-2 830
Outras provisões (variação)	20			3 294	3 294	-3 701
Outros rendimentos/ gastos	20			800	800	-3 920
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas						
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	4 e 16			5 458	5 458	5 527
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	18			-1 249	-1 249	
Resultado Líquido Antes de Impostos		-719	-25 059	-7 609	-33 387	31 544
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24			-3 526	-3 526	-2 643
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24			32 782	32 782	1 119
Resultado Líquido do Exercício		-719	-25 059	21 647	-4 131	30 020
Atribuível aos interesses que não controlam	4			270	270	605
Atribuível aos acionistas da empresa mãe		-719	-25 059	21 377	-4 401	29 415
Resultado por Ação (Em Euros)	27				-0,02	0,70



04

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(milhares de euros)

	2016	2015
Resultado Líquido do Exercício	-4 131	30 020
Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	10 270	-16 691
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda, associadas e empreendimentos conjuntos	12 089	-16 631
Variação dos impostos correntes e diferidos	-3 213	3 705
Variação da reserva cambial	1 394	-3 765
Itens que Não Irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados	2 050	-1 593
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	2 050	-1 593
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Total do Outro Rendimento Integral	12 320	-18 284
Total do Rendimento Integral do Exercício	8 189	11 736
Atribuível aos interesses minoritários	270	605
Atribuível aos acionistas da empresa mãe	7 919	11 131

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

Demonstração de Variação nos Capitais Próprios Consolidados nos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas da Empresa-Mãe	Total de Capital Próprio Atribuível aos Acionistas da Empresa-Mãe	Interesses que Não Controlam	Total de Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	160 000	-	10 364	-3 036	49 345	-13 167	-9 491	-147 508	46 507	12 829	59 336
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-147 508	147 508	-	-	-
Aumentos/ reduções de capital	12 600	60 000	-	-	-	-	-	-	72 600	-	72 600
Redução capital/ cobertura de prejuízos	-160 000	-	-	-	-13 093	17 586	155 507	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	274	274
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-	-	-	-	-	-1 593	-	-	-1 593	-	-1 593
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	-	-	-16 631	3 705	-	-	-	-	-12 926	-	-12 926
Variação da reserva cambial	-	-	-3 765	-	-	-	-	-	-3 765	-	-3 765
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	29 415	29 415	605	30 020
Alterações perímetro/ método de consolidação	-	-	-	-	-	-744	744	-	-	-5 335	-5 335
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	12 600	60 000	-10 032	669	36 252	2 082	-748	29 415	130 238	8 373	138 611
Transferência para reservas	-	-	-	-	2 936	-	26 479	-29 415	-	-	-
Aumentos/ reduções de capital	71 400	-32 903	-	-	-	-	-	-	38 497	-	38 497
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	246	246
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-	-	-	-	-	2 050	-	-	2 050	-	2 050
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	-	-	11 639	-3 213	-	-	-	-	8 426	-	8 426
Variação da reserva cambial	-	-	1 394	-	-	-	-	-	1 394	-	1 394
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-4 401	-4 401	270	-4 131
Alterações perímetro/ método de consolidação	-	-	450	-	-	110	-	-	560	82	642
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	84 000	27 097	3 451	-2 544	39 188	4 242	25 731	-4 401	176 764	8 971	185 735



06

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(milhares de euros)

	2016	2015
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	-69 355	-136 029
Resultado líquido do exercício	-4 401	29 415
Depreciações e amortizações do exercício	11 153	17 480
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	20 379	7 981
Benefícios pós emprego	-2 324	1 052
Variação de outras provisões	-4 228	3 983
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-8 704	28 370
Variação de outros ativos e passivos por impostos	-27 239	-8 206
Variação de outros ativos e passivos	-47 300	-1 534
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	8 274	-546
Variação das provisões técnicas de seguro direto	20 827	-11 911
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-24 657	10 347
Variação de passivos por contratos de investimento	-26 037	-236 698
Variação de outros elementos do ativo	14 902	24 238
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	79 688	52 215
Variação de investimentos	-17 227	46 199
Aquisição subsidiária Açoreana Seguros, S.A.	-7 124	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-3 963	-6 863
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	1 386	1 845
Aquisição e beneficiações de imóveis	-5 725	-374
Alienações de terrenos e edifícios	112 341	11 408
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	38 413	68 144
Subscrição de capital/ prestações acessórias	38 497	72 600
Interesses que não controlam	-84	-4 456
Variação Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	48 746	-15 670
Caixa e equivalentes no início do exercício	39 149	54 819
Caixa e equivalentes no fim do exercício	87 895	39 149



07

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A empresa mãe do Grupo, a Seguradoras Unidas, S.A. (doravante designado “Grupo”) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100%, a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (constituída em julho de 2006), a Seguros LOGO, S.A. (constituída em dezembro de 2007) e a Açoreana Seguros, S.A. (adquirida em 5 de agosto de 2016 - Nota 32).

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 30 de dezembro de 2016, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das quatro entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data. Nesta mesma data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. alterou a sua designação para Seguradoras Unidas, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão do Grupo decidiu manter ativas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da empresa mãe do Grupo foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à. r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A empresa mãe do Grupo tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não-Vida (com exceção do seguro de crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

Presentemente, o Grupo opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em zonas comerciais e delegações, que são suportadas por um total de 615 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 71 lojas próprias e por 544 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana, dos quais 211 são Exclusivos de uma das marcas.

Através da sua marca LOGO tem como objetivo explorar o segmento de canais diretos (telefone e internet), atuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários.

NOTA 2 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo explora todos os ramos de seguros Vida e Não-Vida, para os quais foi autorizada pela ASF e as suas políticas e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/ benefício para o Grupo, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando

para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e segmentada pelas linhas de negócio Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2016	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização Com Participação de Resultados	Capitalização Sem Participação de Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	52 956	36 131	16 819	6
Comissões de contratos de investimento	430	-	-	430
Prémios brutos adquiridos	52 674	35 849	16 819	6
Resultado dos investimentos	9 482	7 058	3 059	-635
Custos com sinistros brutos	72 776	22 805	49 972	-
Variação da provisão matemática	-34 202	-119	-34 083	-
Outras provisões técnicas	12 375	1 794	10 580	-
Participação nos resultados	-738	-1 015	277	-
Custos de exploração brutos	13 587	12 195	1 140	252
Saldo de resseguro	490	490	-	-
Outros valores da conta de ganhos e perdas	3	3	-	-
Resultado técnico	-719	7 740	-8 008	-451
Rubricas de Balanço				
Provisões técnicas	734 570	143 526	573 941	17 102
Passivos financeiros de contratos de investimento	151 610	-	-	151 610

(milhares de euros)

2015	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização Com Participação de Resultados	Capitalização Sem Participação de Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	36 794	27 830	8 958	6
Comissões de contratos de investimento	443	-	-	443
Prémios brutos adquiridos	36 290	27 326	8 958	6
Resultado dos investimentos	9 649	2 818	7 017	-186
Custos com sinistros brutos	41 787	16 358	25 429	-
Variação da provisão matemática	-11 622	591	-12 213	-
Variação da provisão para compromissos de taxa	-961	-770	-191	-
Participação nos resultados	2 152	1 364	788	-
Custos de exploração brutos	10 612	7 503	1 820	1 288
Saldo de resseguro	-409	-409	-	-
Outros valores da conta de ganhos e perdas	3	3	-	-
Resultado técnico	4 008	4 692	341	-1 025
Rubricas de Balanço				
Provisões técnicas	295 301	93 743	201 515	43
Passivos financeiros de contratos de investimento	177 647	-	-	177 647

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e segmentada pelas linhas de negócio Não Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2016	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prêmios brutos emitidos	486 186	98 769	83 299	212 500	91 618
Prêmios de resseguro cedido	-67 255	743	-35 183	-5 147	-27 668
Prêmios brutos adquiridos	497 857	105 032	86 895	213 182	92 748
Resultado dos investimentos	14 239	8 712	2 559	5 716	-2 748
Custos com sinistros brutos	360 961	123 468	41 022	152 706	43 765
Custos de exploração brutos	142 739	27 005	27 499	61 142	27 093
Resultado técnico	-25 059	-56 358	6 141	1 902	23 256
Rubricas de Balanço					
Provisões técnicas	1 033 395	551 195	79 180	303 228	99 792

(milhares de euros)

2015	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prêmios brutos emitidos	365 922	64 557	66 596	148 440	86 329
Prêmios de resseguro cedido	-54 171	-457	-26 756	-1 516	-25 442
Prêmios brutos adquiridos	364 498	64 884	66 800	148 393	84 421
Resultado dos investimentos	46 478	5 340	10 153	31 219	9 783
Custos com sinistros brutos	232 956	51 900	27 820	105 701	47 535
Custos de exploração brutos	111 148	16 431	23 961	48 009	22 747
Resultado técnico	39 712	-1 024	16 288	17 403	7 045
Rubricas de Balanço					
Provisões técnicas	543 148	231 971	58 755	189 564	62 858

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, da conta técnica Não-Vida por zona geográfica, é como segue:

(milhares de euros)

2016	Total	Portugal	Moçambique	Angola
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prêmios brutos emitidos	486 186	471 239	1 561	13 386
Prêmios de resseguro cedido	-67 255	-63 157	-662	-3 436
Prêmios brutos adquiridos	497 857	482 547	1 510	13 800
Resultado dos investimentos	14 239	12 743	775	721
Custos com sinistros brutos	360 961	352 778	698	7 485
Custos de exploração brutos	142 739	139 498	800	2 441
Resultado técnico	-25 059	-28 774	680	3 035
Rubricas de Balanço				
Provisões técnicas	1 033 395	1 023 244	846	9 305

(milhares de euros)

2015	Total	Portugal	Espanha	Moçambique	Angola
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prêmios brutos emitidos	365 922	339 797	606	2 321	23 198
Prêmios de resseguro cedido	-54 171	-51 541	-52	-97	-2 481
Prêmios brutos adquiridos	364 498	340 265	629	2 141	21 463
Resultado dos investimentos	46 478	45 508	-17	507	480
Custos com sinistros brutos	232 956	223 178	254	573	8 951
Custos de exploração brutos	111 148	105 710	841	938	3 659
Resultado técnico	39 712	29 035	-483	1 403	9 757
Rubricas de Balanço					
Provisões técnicas	543 148	531 387	535	828	10 398

A conta técnica de Vida de 31 de dezembro de 2016 e 2015 é essencialmente decorrente das operações em Portugal, tendo em atenção que os valores respeitantes às operações africanas são de pouca expressão.

Ao longo de 2016 o Grupo encerrou a sua sucursal em Espanha, sendo de realçar que os respetivos valores são imateriais em termos de relato individualizado.

NOTA 3 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2016, o Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 34. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 34.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, sendo que os montantes arredondados apresentados podem não somar à unidade em todos os casos.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Nos termos das normas contábilísticas aplicáveis e da legislação em vigor, o Grupo prepara demonstrações financeiras consolidadas, e por sua vez consolida na AP VIII Calm Eagle Holdings SCA, com sede no Luxemburgo, na Avenue J.F. Kennedy L-1855, 44.

As demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de julho de 2017. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respectiva Assembleia Geral.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOTADOS

Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações são reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações;

- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, o Grupo procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 o Grupo não pôde ter ativos classificados nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o

justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	13 a 72
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	4 a 8
Instalações interiores	5 a 20
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é

efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Loações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Loações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, o Grupo aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de benefício pós-reforma

Algumas entidades do Grupo assumem a responsabilidade de conceder aos seus empregados benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez emergentes do regime geral da segurança social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes sejam aplicáveis.

A convenção coletiva de trabalho que originariamente se aplicava às relações laborais vigentes em algumas entidades do Grupo era o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 29 de agosto 2008, no qual se previa que os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma

prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

Algumas entidades do Grupo, em sintonia com as demais empresas de seguros em idênticas circunstâncias, declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

As responsabilidades do Grupo relativas às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Este contrato coletivo de trabalho foi sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

O Acordo Coletivo de Trabalho foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, o que determinou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados de entidades do Grupo não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano de contribuição definido;
- (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos no Grupo.

Relativamente à alteração do plano complementar de pensões, cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangidos pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, o Grupo, de acordo com o IAS 19, procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido, nos referidos casos limitados em que a mesma ainda perdura, é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de *rating* elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado

dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

O Grupo reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/ custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/ custo líquido com o plano de pensões é reconhecido em custos com pessoal. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do trabalhador atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições do Grupo para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, que abrangem a generalidade dos empregados, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados de algumas entidades do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2016, e ressalvados os empregados abrangidos por plano de benefício definido, algumas entidades do Grupo têm dois planos de contribuição definida, consoante a origem inicial da entidade patronal (Tranquilidade ou Açoreana, anterior a fusão) contributivo para os empregados no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os empregados que observem as condições definidas no novo Acordo Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador, além das demais condições previstas na Cláusula 42^a do referido Acordo Coletivo de Trabalho, complete um ou mais múltiplos de 5 anos no Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Este benefício aplica-se a todos os empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

Benefícios de saúde

Adicionalmente algumas entidades do Grupo concederam um benefício de assistência médica aos empregados no ativo e aos pré-reformados

até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, incluindo remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2015 corresponde a 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 euros e inferior a 35 000 000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As restantes entidades do Grupo são sujeitas a impostos locais nos países/ territórios onde estas estão estabelecidas.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/ pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade do Grupo.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por segmentos operacionais

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2, conforme também requisitos de divulgação definidos pela ASF (ramos de negócio e geografia). O Grupo não adotou a IFRS 8, uma vez que não é uma entidade cotada.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos resultados consolidados.

Imparidade para investimentos em associadas

O Grupo avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelas empresas do Grupo com sede em Portugal durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da empresa mãe do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade do goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço que se encontra reconhecido no ativo do respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e conseqüentemente nos resultados do Grupo.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

A determinação das responsabilidades das companhias de seguros do Grupo por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma

estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (vi) provisão matemática de contratos vida e (vii) provisão para estabilização de carteira.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados.

O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

O Grupo regista provisões para sinistros do ramo Não Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o

momento em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

NOTA 4 - CONSOLIDAÇÃO

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Seguradoras Unidas, S.A. e das suas subsidiárias (“Grupo” ou “Grupo Seguradoras Unidas”), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases/ etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do *goodwill*, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde que o Grupo adquira a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Goodwill

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos. O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são imputados diretamente a resultados. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”.

As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Aquisição e diluição de interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Transcrição de demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em Euros, que é a moeda funcional da empresa mãe do Grupo, das subsidiárias e das associadas com sede em Portugal.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas. Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Perímetro de consolidação

A informação financeira resumida das subsidiárias e associadas que figuram no perímetro de consolidação, retirada das suas contas estatutárias em 31 de dezembro de 2016 e 2015, exceto quando expressamente indicado, é como segue:

(milhares de euros)

Nome da Empresa/ Sede	Classificação	Método Contabilização	Participação (%)			Dados Financeiros							
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido	
						2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Seguradoras Unidas, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Empresa Mãe	-	-	-	-	2 210 768	741 695	2 051 870	606 164	158 898	135 531	29 851	29 364
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, (Moçambique)	Subsidiária	Consolidação Integral	99,996	100,00	100,00	3 166	2 952	2 573	2 475	593	477	403	210
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo (Moçambique)	Subsidiária	Consolidação Integral	99,997	100,00	100,00	2 030	2 036	1 313	1 405	717	631	517	127
Advancecare Health International Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Consolidação Integral	100,00	100,00	100,00	4 922	1 741	544	546	4 378	1 195	3 427	392
ADV Angola - Planos e Sistemas de Saúde, Lda Rua Centro de Convenções S8 Masuika Plaza - Bloco 5ªA Distrito Urbano da Samba, Município de Belas, Luanda (Angola)	Subsidiária	Consolidação Integral	100,00	100,00	100,00	13 901	11 056	9 777	10 065	4 124	991	1 880	763
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM Rua Marechal Brós Tito, nº 35 15ºD Luanda (Angola)	Subsidiária	Consolidação Integral	49,00	49,00	49,00	33 552	34 200	29 057	29 804	4 495	4 396	1 963	717
CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes, S.A. Rua de Ceuta Nº 39 4050-191 Porto (Portugal)	Subsidiária	Consolidação Integral	70,00	70,00	70,00	1 264	n.a.	421	n.a.	843	n.a.	266	n.a.
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, S.A. Avenida 5 de Outubro, 293 B e C 1600-035 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Consolidação Integral	60,00	60,00	60,00	1 810	n.a.	627	n.a.	1 183	n.a.	203	n.a.
GNB, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Equivalência Patrimonial	25,00	25,00	25,00	114 705	108 185	80 262	78 229	34 443	29 956	9 461	5 885
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3º e 4º 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Equivalência Patrimonial	47,00	47,00	47,00	77 034	72 243	37 096	39 409	39 938	32 834	6 581	8 630

Os dados financeiros relativos à Europ Assistance, S.A. dizem respeito às contas consolidadas elaboradas por esta entidade.

Durante o exercício de 2015, o Grupo alienou a participação de 51% do capital social da AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. que detinha pelo valor de 37 400 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas a mais-valia de 33 778 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda durante o exercício de 2015, o Grupo converteu em capital o suprimento concedido à Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. no montante de 1 000 milhares de euros, tendo posteriormente alienado a participação que detinha pelo valor de 445 milhares de euros. Como resultado desta operação, o Grupo registou na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas uma mais-valia de 833 milhares de euros (Nota 17).

Por outro lado, o Grupo alterou no exercício de 2015 o enquadramento dentro do perímetro da consolidação relativamente à participação na Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. (TCAS), passando a utilizar sobre a mesma a metodologia de consolidação integral, tendo em atenção o nível de controlo de gestão verificado.

Durante o exercício de 2016, o Grupo alienou a participação de 55,42% do capital social da Espírito Santo Contact Center, S.A. que detinha pelo valor de 997 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas a mais-valia de 330 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda durante o exercício de 2016, o Grupo adquiriu a participação de 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A., pelo valor de 7 124 milhares de euros, tendo igualmente procedido à realização de aumentos de capital no valor de 34 300 milhares de euros, tendo posteriormente, e tal como referido na Nota 1, ocorrido um processo de fusão.

Decorrente desta aquisição surgiram através do ativo da Açoreana Seguros, S.A. duas novas participações em subsidiárias e associadas, a CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes e a GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, com participações de 70% e 60%, respetivamente.

No início do quarto trimestre de 2016, com o intuito de aceder a novas classes de ativos, o Grupo procedeu à constituição, pelo montante de 2 euros, de um organismo de investimento coletivo, designado por Tranquilidade *Diversified Income* ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), que é detido na sua totalidade pelo Grupo. Este organismo não detém património, tratando-se apenas de uma entidade legal sob a forma de fundo que detém subfundos transacionáveis como sejam fundos individuais de investimento. O Grupo procedeu, através do organismo de investimento coletivo ao investimento de 90 milhões de euros nos dois subfundos de investimento mobiliário aberto referidos no quadro, no valor de 25 e 65 milhões de euros, respetivamente.

Adicionalmente, e no âmbito da aplicação do IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, o perímetro de consolidação do Grupo inclui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes entidades de finalidade especial:

	Sede	Atividade	% Interesse Económico	
			2016	2015
CORPUS CHRISTI	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	100,00%	100,00%
IMOPRIME	Portugal	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	84,89%	84,89%
AAME TRQ CORP LOANS/ HIGH YIELD BONDS FUND	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	-
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	Irlanda	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	100,00%	-

No exercício de 2015, o Fundes - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado foi alienado no âmbito da operação de liquidação da apólice Unit Link ao qual se encontrava afeto. Tal operação não gerou impacto na conta de ganhos e perdas do Grupo.

Ainda no exercício de 2015, o Global Long Term Opportunity Fund, um subfundo do Eurofin Capital SICAV – SIF S.C.A. foi liquidado, tendo o grupo recebido em contrapartida os ativos detidos pelo fundo. Esta operação originou uma mais-valia de 1 834 milhares de euros, registada na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Investimentos em associadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Custo de Aquisição		% Detida		Valor de Balanço		Resultado da Associada Atribuível ao Grupo	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
GNB Seguros	3 759	3 759	25,00%	25,00%	8 611	7 489	2 365	1 471
Europ Assistance, S.A.	5 632	5 632	47,00%	47,00%	18 645	15 321	3 093	4 056
	9 391	9 391			27 256	22 810	5 458	5 527

O movimento verificado nesta rubrica nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	22 810	26 254
Resultado das associadas atribuíveis ao grupo	5 458	5 527
Outras variações de capitais atribuíveis ao grupo	2 145	-4 902
Dividendos	-3 157	-4 069
Saldo em 31 de Dezembro	27 256	22 810

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os interesses que não controlam, podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	%		Grupo		% Minoritária		Interesses que Não Controlam (Balanço)		Interesses que Não Controlam (Resultados)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Espírito Santo Contact Center, S.A.	-	56,30%	-	43,70%	-	1 244	(915)	141		
Imoprime - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	84,89%	84,89%	15,11%	15,11%	5 523	5 333	190	98		
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A	49,00%	49,00%	51,00%	51,00%	2 722	1 796	1 002	366		
CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes, S.A.	70,00%	-	30,00%	-	253	-	7	-		
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, S.A.	60,00%	-	40,00%	-	473	-	(14)	-		
					8 971	8 373	270	605		

O movimento nos interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	8 373	12 829
Alteração de perímetro de consolidação e outras variações	328	-5 061
Resultado líquido do exercício	270	605
Saldo em 31 de Dezembro	8 971	8 373

NOTA 5 - NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO, CONTRATOS DE INVESTIMENTO E DE ATIVOS DE RESSEGURO

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Políticas contábilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, é considerado como um contrato de investimento mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contábilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (Unit Linked) emitidos pelo Grupo, sem participação nos resultados com componente discricionária do Grupo, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos Unit Linked detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo Unit Linked. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos Unit Linked representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contábilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não-Vida de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

O Grupo calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos do ramo Não-Vida são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. Os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico estão limitados a 20% da respetiva provisão para prémios não adquiridos.

Provisão matemática vida

As provisões matemáticas vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

Produtos Carteira Tranquilidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica	Produtos Carteira Açoreana	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)			Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%	Até dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%	De janeiro 1999 a julho 2003	GKM 80	3%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%	De agosto 2003 a setembro 2011	GKM 80	3% e variável
Após março de 2003	GKM 80	2,75%	Após 3 de outubro de 2011 (**)	GKM 80	1% a 3%
Após 1 de janeiro de 2004 (**)	GKM 80	0,058% e 1,5%			
Seguros em Caso de Vida (*)			Seguros em Caso de Vida (*)		
Rendas – até junho de 2002	TV 73/77	4%	Rendas – até dezembro de 1997	PF 6064	6%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%	Após 1 de dezembro de 1997	GKF 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%	Após 1 de janeiro de 2007	GKF 95 e GKF 80	2% e 3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3%, 2,25% e 1,15%	Após 1 de outubro de 2016	GRF 95	1,5%
Outros seguros em caso de vida	TV 73/77	4%			
Seguros em Caso de Morte (*)			Seguros em Caso de Morte (*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%	Até abril de 2013	GKM 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%	Após 1 de abril de 2013	GKM 95	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%			
Após 1 de outubro de 2013	PASEM 2010	0%			
Seguros Mistos (*)			Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%	Até fevereiro de 2001	PM 6064	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%	Após 1 de março de 2001	GKM 80	3% e 4%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2016.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respectivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão matemática não-vida

As provisões matemáticas Não-Vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se 95% da tábua de mortalidade TD 88/90 para homens (2015: 100% da TD 88/90) e 95% da tábua de mortalidade TV 88/90 para mulheres (2015: 100% da TV 88/90), com uma taxa de juro de 2,75% (2015: 4,0%) e encargos de gestão de 1,5% (2015: 2,0%, na marca Tranquilidade e 1,5% na marca Açoreana), e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 (2015: TD 88/90) com uma taxa de juro de 5,25% (2015: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2015: 0%).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos,

incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Para o cálculo das responsabilidades associadas a sinistros ocorridos e não participados (IBNR), para os ramos de maior expressão, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo, quanto aos ramos que não registam dimensão suficiente aplica-se um taxa genérica ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2016 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente. Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2016 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as do ramo de Acidentes de Trabalho que são calculadas com técnicas de vida ou similares, procedendo assim o Grupo à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros, descontados a taxas de juro que correspondem à rentabilidade esperada dos ativos afetos a estas responsabilidades. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados.

Esta provisão é calculada de acordo com as bases técnicas dos produtos e tendo em consideração, quando aplicável, os rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir de vida (*shadow accounting*)

A provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo Vida reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de vida com participação nos resultados.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade exceçãoalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pelo Grupo.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	2016		2015			
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Vida						
Tradicionais	3 345	-	3 345	2 577	-	2 577
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
Não Vida						
Acidentes e doença	26 744	4 371	22 373	17 338	2 728	14 610
Incêndio e outros danos	40 217	7 900	32 317	25 175	4 940	20 234
Automóvel	99 624	18 825	80 799	55 067	10 916	44 150
Marítimo, aéreo e transportes	2 020	357	1 662	1 556	292	1 263
Responsabilidade civil geral	4 633	909	3 724	3 289	650	2 639
Crédito e caução	76	8	68	22	4	18
Proteção jurídica	93	13	80	5	1	4
Assistência	13 526	2 519	11 007	6 339	1 259	5 080
Diversos	954	190	764	742	149	593
Total	191 232	35 092	156 139	112 109	20 939	91 169

Em 2016, a provisão para prémios não adquiridos líquida inclui valores de alteração de perímetro de consolidação no montante de 74 950 milhares de euros.

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	2016		2015			
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Vida						
Tradicionais	282	151	131	504	-6	510
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
Não Vida						
Acidentes e doença	-5 639	-1 099	-4 540	2 074	256	1 818
Incêndio e outros danos	-3 597	-518	-3 079	-107	-65	-42
Automóvel	-682	257	-939	1 150	-25	1 175
Marítimo, aéreo e transportes	-366	-54	-312	-565	-77	-488
Responsabilidade civil geral	-1 282	-216	-1 066	138	-41	179
Crédito e caução	-11	5	-16	-5	-1	-4
Proteção jurídica	-94	-2	-92	-	-	-
Assistência	-54	56	-110	454	94	360
Diversos	54	11	43	-73	-13	-60
Aquisição carteira AMA	-	-	-	-1 642	-	-1 642
Total	-11 389	-1 409	-9 980	1 928	122	1 806

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Vida				
Tradicionais	-	111	-29	158
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-
Não Vida				
Acidentes e doença	1 180	804	405	-819
Incêndio e outros danos	10 949	7 392	-2 085	-303
Automóvel	23	25	-68	-1 631
Marítimo, aéreo e transportes	969	743	-189	-318
Responsabilidade civil geral	489	466	-40	-2
Crédito e caução	25	5	2	-
Proteção jurídica	25	-	2	-
Assistência	9 953	6 158	198	-308
Diversos	761	643	-7	-139
Total	24 374	16 347	-1 811	-3 362

Em 2016, os valores de balanço incluem valores de alteração de perímetro de consolidação no montante de 10 098 milhares de euros.

A provisão matemática do ramo Vida refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2016 e 2015, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	271 628	278 831
Variação do ano	-34 202	-11 622
Incorporação de participação nos resultados	261	91
Alterações no perímetro de consolidação	393 970	-
Outros movimentos	22 924	4 328
Saldo em 31 de Dezembro	654 581	271 628

Os valores de Outros movimentos em 2016 e 2015 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Tradicionais	1 004	666	103	20
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	1 004	666	103	20

Em 2016, os valores de balanço incluem valores de alteração de perímetro de consolidação no montante de 235 milhares de euros.

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Vida				
Tradicionais	18 956	6 197	2 895	2 254
Capitalização com part. resultados	27 518	9 520	10 653	3 409
Não Vida				
Acidentes de trabalho	533 289	225 892	39 007	3 321
Acidentes pessoais e doença	16 196	10 526	136	36
Incêndio e outros danos	42 202	29 944	1 479	-9 215
Automóvel	219 567	136 102	-1 518	-371
Marítimo, aéreo e transportes	3 745	3 394	-494	-2 550
Responsabilidade civil geral	30 041	23 269	-1 742	4 368
Crédito e caução	236	22	-3	-
Proteção jurídica	13	18	-6	9
Assistência	10	10	2	-4
Diversos	3 255	2 111	1 049	-1 068
Total	895 028	447 005	51 458	189

Em 2016, os valores de balanço incluem valores de alteração de perímetro de consolidação no montante de 403 098 milhares de euros.

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 408 892 milhares de euros (2015: 165 146 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2016 e 2015 foi nulo, e uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 22 009 milhares de euros (2015: 10 520 milhares de euros).

O Grupo procedeu à alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e do respetivo teste de adequação com referência a 31 de dezembro de 2016. Neste contexto, (i) a taxa de desconto utilizada no cálculo destas provisões foi alterada para 2,75% (4,0%: 2015), (ii) a tábua de mortalidade TD 88/90 foi substituída por 95% da tábua de mortalidade TD 88/90, para a população masculina, e a tábua de mortalidade TV 88/90 foi substituída por 95% da tábua de mortalidade TV 88/90, para a população feminina, e (iii) a taxa de despesas, na marca Tranquilidade, foi alterada de 2,0% para 1,5%.

O efeito da alteração dos pressupostos atuariais resultou num acréscimo das responsabilidades com acidentes de trabalho registadas pelo Grupo em 31 de dezembro de 2016 e numa diminuição dos resultados do exercício no montante de 17,3 milhões de euros (13,5 milhões de euros após considerado o respetivo efeito fiscal), referentes à carteira Tranquilidade. Relativamente ao efeito do mesmo tema na carteira Açoreana o impacto correspondente ascende ao montante de 25,9 milhões de euros (20 milhões de euros após considerado o respetivo efeito fiscal), encontrando-se este efeito incluído na mensuração das provisões técnicas ao justo valor de acordo com os requisitos da IFRS 3 – Concentrações em atividades empresariais.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A., em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 41 065 milhares de euros (2015: 27 185 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 16 618 milhares de euros (2015: 12 069 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2015 (1)	Sinistros* Pagos em 2016 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2016 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Vida **				
Produtos de risco	4 162	1 062	3 671	571
Restantes produtos tradicionais	520	-	192	-328
Não Vida				
Acidentes e doença	236 418	38 578	214 313	16 473
Incêndio e outros danos	29 944	12 766	15 415	-1 763
Automóvel				
- Responsabilidade civil	111 696	34 416	75 516	-1 764
- Outras coberturas	24 406	10 308	10 548	-3 550
Marítimo, aéreo e transportes	3 394	1 144	1 621	-629
Responsabilidade civil geral	23 269	3 201	19 056	-1 012
Crédito e caução	22	-33	13	-42
Proteção jurídica	18	26	8	16
Assistência	10	-	6	-4
Diversos	2 111	1 248	428	-435
Total	435 970	102 716	340 787	7 533

* Sinistros ocorridos no ano de 2015 e anteriores.

** Não inclui produtos financeiros.

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos no ramo Acidentes de Trabalho devem-se principalmente ao aumento das provisões matemáticas devido à redução da taxa de juro e alteração de pressupostos de tábua de mortalidade e de taxa de desconto utilizados no seu cálculo. De referir ainda o facto de o mapa não considerar os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas.

Nos grupos de ramos Incêndio e Outros Danos e Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a uma maior celeridade na regularização dos sinistros permitindo uma redução dos custos com sinistros e a reavaliação das provisões necessárias para os anos anteriores.

No ramo Vida os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua adequação às responsabilidades efetivas.

Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Vida				
Tradicionais	2 961	568	698	440
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-
Não Vida				
Acidentes de trabalho	5 666	5 428	-98	-195
Acidentes pessoais e doença	782	515	193	342
Incêndio e outros danos	20 620	14 486	1 998	-5 774
Automóvel	13 329	7 515	495	-1 909
Marítimo, aéreo e transportes	1 068	1 174	-214	-861
Responsabilidade civil geral	8 273	7 917	-757	4 370
Crédito e caução	393	4	9	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	9	8	4	-3
Diversos	2 991	1 643	1 291	-634
Total	56 092	39 258	3 619	-4 224

Em 2016, os valores de balanço incluem valores de alteração de perímetro de consolidação no montante de 13 544 milhares de euros.

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 2 014 milhares de euros (2015: 2 120 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2016 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	19 630	545	2 890	23 065
Capitalização com part. resultados	38 356	697	10 658	49 711
Não Vida				
Acidentes e doença	114 420	5 910	39 033	159 363
Incêndio e outros danos	37 215	2 317	1 463	40 995
Automóvel				
- Responsabilidade civil	90 790	7 235	-2 539	95 487
- Outras coberturas	52 305	2 997	2 684	57 985
Marítimo, aéreo e transportes	2 266	176	-493	1 949
Responsabilidade civil geral	4 493	560	-1 754	3 299
Crédito e caução	-39	1	-3	-40
Proteção jurídica	26	4	-5	25
Assistência	-	-	2	2
Diversos	1 427	17	1 050	2 493
Total	360 889	20 459	52 986	434 334
Resseguro aceite	931	-	-1 528	-597
Total Geral	361 820	20 459	51 458	433 737

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2015 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicionais	13 723	385	2 254	16 362
Capitalização com part. resultados	22 016	-	3 409	25 425
Não Vida				
Acidentes e doença	81 874	3 290	3 371	88 535
Incêndio e outros danos	35 513	1 467	-9 175	27 805
Automóvel				
- Responsabilidade civil	61 738	4 427	-1 050	65 115
- Outras coberturas	34 666	1 845	1 998	38 509
Marítimo, aéreo e transportes	2 900	143	-2 643	400
Responsabilidade civil geral	4 814	411	4 366	9 591
Crédito e caução	133	1	-	134
Proteção jurídica	14	4	9	27
Assistência	-	-	-4	-4
Diversos	1 738	7	-1 067	678
Total	259 129	11 980	1 468	272 577
Resseguro aceite	3 445	-	-1 279	2 166
Total Geral	262 574	11 980	189	274 743

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Vida	20 812	4 249	-738	2 152
Não vida				
Acidentes e doença	-	3	-3	-1 044
Total	20 812	4 252	-741	1 108

A provisão para participação nos resultados de Vida e Não-Vida refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2016 e 2015:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	4 252	8 205
Aterações do perímetro de consolidação	17 992	-
Dotação do ano	4 211	1 108
Pagamentos	-7 213	-1 481
Incorporação em provisão matemática	-	-91
Variação participação a atribuir (<i>shadow accounting</i>)	1 570	-3 491
Saldo em 31 de Dezembro	20 812	4 252

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efetuado, apólice a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco de apólices de grupo, os valores são calculados de acordo com a Conta de Participação nos Resultados definida em cada apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Tradicionalis	4	547	-543	-254
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	4	547	-543	-254

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo apresentou a seguinte evolução em 2016 e 2015:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	547	801
Dotações do ano	-543	775
Recebimentos	-	-1 029
Saldo em 31 de Dezembro	4	547

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Tradicionalis	8 870	998	7 872	-701
Capitalização com participação nos resultados	366	135	231	-191
Total	9 236	1 133	8 103	-892

A provisão para estabilização de carteira refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Tradicionalis	127	-	127	-
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	127	-	127	-

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	12 288	7 708	871	664
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	1 305	-	-	-
Crédito e caução	842	568	48	-1
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	94	87	6	6
Total	14 529	8 363	925	669

Em 2016, os valores de balanço incluem valores de alteração de perímetro de consolidação no montante de 5 241 milhares de euros.

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Acidentes e doença	13 872	3 909	-951	-1 751
Incêndio e outros danos	71	818	-747	-2 522
Automóvel	2 864	9 377	-6 514	1 317
Marítimo, aéreo e transportes	63	106	-35	33
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-38
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	530	584	-55	7
Diversos	113	105	8	9
Total	17 513	14 899	-8 294	-2 945

Em 2016, os valores de balanço incluem valores de alteração de perímetro de consolidação no montante de 10 913 milhares de euros.

De acordo com a Norma Regulamentar 10/2016-R de 15 de setembro, os custos com carácter extraordinário incluindo os custos com pessoal relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

Ao abrigo desta Norma, o cálculo da provisão para riscos em curso foi alvo de um procedimento extraordinário, solicitado por algumas empresas de seguros do Grupo, e devidamente aprovado pela ASF, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de operações de concentração de empresas.

De referir que desde a sua aquisição pela Apollo Global Management, o Grupo foi interveniente em diversos processos de concentração de empresas tendo durante o exercício de 2016 adquirido 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A. O acréscimo de custos daí resultante, iria provocar um aumento no valor da provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Assim, o Grupo considerou que o montante de 10 540 milhares de euros, relativo a custos com assessoria de projetos, custos incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo e o impacto do *curtailment* ao nível dos planos de benefícios, em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que o Grupo optou por não considerar os referidos montantes para efeitos de cálculo desta provisão.

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

Com a introdução do regime de Solvência II, o Grupo desenvolveu a sua estrutura e os seus procedimentos no sentido de se dotar das ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de Gestão de Risco.

O Grupo mantém o seu Comité de Gestão de Risco Global, que tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pelo Grupo com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*.

Após a introdução do Comité de Gestão de Risco Global, foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pelo Departamento de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que o Grupo se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Paralelamente à definição e divulgação de políticas associadas às várias atividades de negócio (Investimentos, Subscrição, Resseguro, etc.), o Grupo desenvolveu uma Política de Gestão de Risco que visa estabelecer limites e tolerâncias do Grupo e definir um conjunto de ações prioritárias e urgentes a implementar em caso de quebras de capital.

Relativamente ao risco específico de seguros, o mesmo corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Vida, o risco pode ser subdividido em riscos biométricos (Longevidade, Mortalidade, Invalidez), Risco de Despesas, Risco de Revisão, Risco de Lapses e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas, Risco de Lapses e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida classificados como “Health” em Solvência II – Acidentes Pessoais, Saúde e Acidentes de Trabalho – o risco é tratado da seguinte forma:

- Pensões de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia são considerados riscos de saúde avaliados com técnicas semelhantes às dos seguros de vida e, como tal, o seu risco subdivide-se de forma análoga ao dos produtos Vida.
- Sinistros gerais de AT e sinistros de AP e Saúde são tratados como Não-Vida e os seus riscos subdividem-se de forma análoga.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da comparação entre i) os montantes pagos dos ramos Não-Vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo as provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e ii) a estimativa final do custo, é como segue:

(milhares de euros)

Montantes Pagos Líquidos de Reembolsos (Valores Acumulados)										
	Ano de Ocorrência									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Anos decorridos										
0	172 931	206 721	203 512	237 626	236 495	226 700	240 781	229 333	219 856	221 562
1	264 532	306 169	317 476	358 391	341 803	328 281	340 519	329 132	313 660	
2	284 455	329 944	347 970	383 391	363 125	351 829	362 834	352 612		
3	295 608	342 503	362 827	395 329	374 118	365 156	375 874			
4	299 935	348 998	369 912	403 580	379 458	370 723				
5	304 578	353 282	375 089	410 214	383 758					
6	307 798	359 158	377 835	414 548						
7	311 532	361 693	381 203							
8	313 476	363 619								
9	314 504									

(milhares de euros)

Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos										
	Ano de Ocorrência									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Anos decorridos										
0	364 978	407 898	398 229	434 023	397 411	393 793	398 437	384 823	364 180	366 782
1	345 572	391 712	397 715	431 281	402 057	387 096	392 668	392 917	364 804	
2	343 767	396 434	404 384	438 271	403 487	388 828	400 612	400 628		
3	337 658	385 509	396 449	428 598	401 755	390 357	405 148			
4	329 963	379 282	391 028	426 586	400 511	390 413				
5	326 125	375 951	389 925	425 883	401 815					
6	323 871	373 325	389 074	428 858						
7	323 832	372 912	389 968							
8	322 896	372 875								
9	323 035									

O Grupo pratica uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus tomadores, segurados, outros beneficiários de seguros, acionistas e trabalhadores.

Para a sua persecução, o Grupo contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadros seguintes:

Ramos Não-Vida	Tipo de Resseguro
Assistência	Proporcional
Cauções	Proporcional
Cauções (fidelidade)	Proporcional
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-sub-layer)	Não Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-agregada)	Não Proporcional
Saúde (doenças graves)	Proporcional
Saúde (despesas médicas)	Não Proporcional
Saúde (despesas médicas específicas)	Não Proporcional
Responsabilidade civil geral	Não Proporcional
Responsabilidade civil ambiental	Proporcional
Responsabilidade civil profissionais de saúde	Proporcional
Responsabilidade civil administradores (artº 396)	Proporcional
Responsabilidade civil d&o	Proporcional
Marítimo (carga)	Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (proteção retenção)	Não Proporcional
Automóvel (responsabilidade civil)	Não Proporcional
Automóvel (danos próprios)	Não Proporcional
Acidentes pessoais	Não Proporcional
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Proporcional
Acidentes de trabalho	Não Proporcional

Ramos Vida	Tipo de Resseguro
Vida crédito habitação	Proporcional
Vida grupo	Proporcional
Vida individual	Proporcional
Vida VTCC2.0	Proporcional
Vida profissionais de saúde	Proporcional
Vida + cool	Proporcional
Vida catástrofes	Não Proporcional
Vida proteção de cúmulos	Não Proporcional
Assistência	Proporcional
Saúde	Proporcional
Vida proteção aos prémios	Proporcional
Vida grupo contributivo	Proporcional
Vida grupo não contributivo	Proporcional
Vida gestão de tesouraria Banif	Proporcional
Capitalização/ PPR	Proporcional

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
	2016	2015
Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-29 731	-17 099
Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-21 188	-15 425
Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de acidentes de trabalho	-6 891	-2 548
Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo vida	-2 883	-2 371

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

De referir, que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade de vida, não são tidos em consideração os prémios futuros.

NATUREZA E EXTENSÃO DO RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO, RISCO DE LIQUIDEZ E RISCO OPERACIONAL

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira do Grupo e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de mismatching entre ativos e passivos, para o qual o Grupo dispõe de uma política de ALM implementada.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pelo Grupo, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor no Grupo é proposta pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro e a análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2016	2015
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-3 316	-2 888

(milhares de euros)

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pelo Grupo, bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2016	2015
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-23 127	-8 267

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2016	2015
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-24 632	-13 461

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações.

Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho e das provisões matemáticas do ramo Vida.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para o Grupo:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2016	2015
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos ativos	95 853	41 550
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos ativos	-83 178	-35 576

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2016	2015
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-51 672	-1 017
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	25 025	794

Esta análise não inclui o efeito da Açoreana Seguros, S.A. dado que as provisões técnicas foram reconhecidas ao justo valor no momento da aquisição (Nota 32).

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*.

(milhares de euros)

Rating	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
AAA	22%	254 397	4%	25 181
AA	20%	235 255	5%	35 609
A	10%	117 332	28%	182 870
BBB	33%	385 669	42%	272 667
BB	11%	125 002	13%	81 676
B	2%	19 916	2%	11 328
CCC	0%	527	0%	-
Unrated	4%	42 767	7%	42 614
Total	100%	1 180 865	100%	651 945

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
Recursos básicos	1%	17 330	2%	16 178
Comunicações	3%	42 334	2%	14 561
Bens consumíveis (cíclico)	2%	34 169	4%	31 107
Bens consumíveis (não-cíclico)	4%	50 899	6%	46 951
Energia	3%	45 703	3%	20 349
Financeiro	15%	206 340	43%	337 817
Fundos	12%	175 251	3%	19 607
Dívida pública	50%	712 136	24%	188 395
Industrial	3%	45 088	4%	31 189
Medicina	0%	1 918	0%	1 000
Tecnologia	0%	5 174	1%	11 394
Serviços públicos/ coletivos	5%	69 084	7%	55 793
Outros	0%	6 713	0%	2 971
Total	100%	1 412 139	100%	777 312

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, o Grupo elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/ excedentes de capital.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados dos ativos e passivos alvo deste tipo de risco, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)

2016	< 1	1-3	3-12	1-5	> 5	Sem	Total
	Mês	Meses	Meses	Anos	Anos	Maturidade	
Ativos financeiros	83 358	90 115	49 980	343 346	923 572	306 069	1 796 440
Passivos financeiros e provisão matemática	17 357	55 260	94 870	309 103	426 410	5 689	908 689
Líquido	66 001	34 855	-44 890	34 243	497 162	300 380	887 751

(milhares de euros)

2015	< 1	1-3	3-12	1-5	> 5	Sem	Total
	Mês	Meses	Meses	Anos	Anos	Maturidade	
Ativos financeiros	24 107	55 524	42 067	262 319	468 457	173 235	1 025 709
Passivos financeiros e provisão matemática	5 166	35 016	33 614	173 676	242 795	23 579	513 846
Líquido	18 941	20 508	8 453	88 643	225 662	149 656	511 863

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os ratings e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

A distribuição dos saldos de depósitos é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	0%	-	0%	-
A	27%	31 893	0%	21
BBB	3%	4 095	0%	61
BB	14%	16 403	0%	256
B	4%	4 166	0%	66
CCC	18%	21 678	43%	24 719
Unrated	34%	39 822	56%	32 592
Total	100%	118 057	100%	57 715

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, sem dedução de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	40%	5 806	29%	3 613
A	53%	7 639	54%	6 592
BBB	0%	-	0%	-
BB	0%	-	0%	-
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	7%	950	17%	2 107
Total	100%	14 395	100%	12 312

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária do Grupo, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes no Grupo face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Atualização constante de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

SOLVÊNCIA

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

O Grupo monitoriza a solvência de acordo com o novo regime em vigor. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência consolidada serão divulgados publicamente até ao dia 1 de julho de 2017, através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

De referir que durante o ano de 2016, no âmbito do regime transitório previsto na nova legislação, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) aprovou a utilização da medida transitória aplicável às provisões técnicas. Adicionalmente, foram também aprovados pela ASF o ajustamento de volatilidade e fundos complementares.

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pelo Grupo, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento do Grupo é de natureza prudencial, utilizando métodos atuariais reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

RÁCIOS DE ATIVIDADE

Os principais rácios de atividade de Não-Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2016	2015
Rácio de sinistralidade ^{a)}	71,6%	63,8%
Rácio de aquisição ^{b)}	20,7%	20,8%
Rácio administrativo ^{c)}	8,1%	9,6%
Rácio Combinado	100,4%	94,2%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos)/ prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ prémios brutos emitidos.

Os principais rácios de atividade de Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	240,7%	114,6%
Benefícios pagos/ depósitos recebidos (IAS 39)	1797,3%	423,1%
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	11,3%	15,5%
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	5,4%	8,5%

MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Contas a receber	9 864	2 662
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-2 059	-1 659
Total Líquido	7 805	1 003

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Salvados	51	63
Outras existências	0	3
Inventários	51	66

NOTA 6 – PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

(milhares de euros)					
	Financeiros Sem Participação nos Resultados	Unit Links	PPR Unit Links	OCA's Unit Link	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2015	156 843	9 459	36 458	211 585	414 345
Alterações no perímetro da consolidação	-	-	-	3	3
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	7 192	731	241	-	8 164
Montantes pagos	-26 427	-1 967	-4 077	-164 158	-196 629
Juros técnicos	5 041	205	-1 724	-47 430	-43 908
Outros movimentos	-4 328	-	-	-	-4 328
Saldos a 31 de Dezembro de 2015	138 321	8 428	30 898	-	177 647
Alterações no perímetro da consolidação	314	124	43	1 032	1 514
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	796	167	201	-	1 164
Montantes pagos	-5 776	-1 734	-3 674	-984	-12 169
Juros técnicos	103	93	150	251	597
Outros movimentos	-17 398	-	254	-	-17 144
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	116 360	7 078	27 872	300	151 610

Os valores de Outros movimentos em 2016 e 2015 referem-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão para participação nos resultados discricionária.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2016			2015		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	6 434	-2 923	3 510	56 110	-6 923	49 187
Capitalização	4 118	-1 050	3 068	52 489	-5 034	47 455
PPR	2 316	-1 873	443	3 621	-1 889	1 732
Valorizados ao Custo Amortizado	-	-4 107	-4 107	9	-5 288	-5 279
Capitalização	-	-3 233	-3 233	9	-2 996	-2 987
PPR	-	-874	-874	-	-2 292	-2 292
Total	6 434	-7 031	-597	56 119	-12 211	43 908

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

O valor dos passivos financeiros de contratos Unit Linked, no valor total de 35 250 milhares de euros (2015: 39 326 milhares de euros) corresponde ao nível 2 do método de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13, dado serem instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	11 722	650
Derivados	1 040	228
Empréstimos bancários	0	2 107
Passivos subordinados	8 540	0
Outros	12 525	1 188
Valor de Balanço	33 827	4 173

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os valores de Outros registados em 2016 e 2015 dizem respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira otimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados, e ainda a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor e a instrumentos financeiros derivados com valor negativo.

Os passivos financeiros subordinados apresentam a seguinte composição e detalhe:

(milhares de euros)			
	2016		
	Montante	Taxa	Maturidade
Empréstimo obrigacionista	8 540	1,283%	17/12/17

NOTA 7 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras consolidadas através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 340 735	658 676
Investimentos em filiais e associadas	27 256	22 810
Depósitos a prazo	31 471	18 665
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	101 784	77 721
Ativos financeiros detidos para negociação	483	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	1 501 729	777 872
Outros ativos financeiros	16 008	4 879
Total Ativos Financeiros	1 517 737	782 751

No Anexo 1 estão considerados em 2016, 1 040 milhares de euros de instrumentos financeiros derivados com valor negativo que no balanço são apresentados na rubrica Outros passivos financeiros do Passivo (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de depósitos a prazo inclui um montante de 16 029 milhares de euros (2015: 15 534 milhares de euros) relativo a depósitos constituídos pela TCAS junto de bancos angolanos, denominados essencialmente em Kwanzas Angolanos, os quais se vencem num prazo inferior a um ano.

Os investimentos em associadas são analisados na Nota 4, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 7.

ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que o Grupo, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	21 677	223
De outros emissores	76 757	74 265
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3 350	3 233
Valor de Balanço	101 784	77 721
Valor de aquisição	101 131	77 261

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 13 132 milhares de euros (2015: zero). Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda títulos de rendimento fixo híbridos ligados a financiamentos TIER1/2 de capital no montante de 7 252 milhares de euros (2015: 44 759 milhares de euros).

Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pelo Grupo para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	691 009	188 396
De outros emissores	391 422	389 852
Ações	23 410	45 455
Outros títulos de rendimento variável	234 894	34 973
Valor de Balanço	1 340 735	658 676

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	186 261	3 140	-1 005	-	188 396
De outros emissores	393 604	5 406	-9 158	-	389 852
Ações	49 896	-	587	-5 028	45 455
Outros títulos de rendimento variável	32 605	-	3 093	-725	34 973
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	662 366	8 546	-6 483	-5 753	658 676
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	682 919	8 809	-719	-	691 009
De outros emissores	382 818	7 724	880	-	391 422
Ações	22 405	-	2 534	-1 529	23 410
Outros títulos de rendimento variável	230 770	-	4 369	-245	234 894
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	1 318 912	16 533	7 064	-1 774	1 340 735

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Outros títulos de rendimento variável incluem 23 554 milhares de euros e 15 366 milhares de euros, respetivamente, relativos a participações detidas pelo Grupo em fundos de investimento imobiliário.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	5 753	1 936
Dotações do exercício	2 108	4 498
Anulações do exercício por venda de ativos	-6 087	-2 650
Reversões do exercício	-	-
Alterações de perímetro de consolidação	-	1 969
Saldo em 31 de Dezembro	1 774	5 753

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-2 108	-4 498
Total	-2 108	-4 498

ATIVOS/ PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O saldo desta tipologia de ativos e passivos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados - contratos de <i>forward</i> e <i>swap</i>	-557	45 467	-228	722 870
Total	-557	45 467	-228	722 870

Os investimentos realizados pelo Grupo são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, o Grupo efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. As variações do justo valor destes instrumentos derivados são registados diretamente na demonstração de ganhos e perdas, uma vez que o Grupo não utiliza contabilidade de cobertura por não se encontrarem cumpridos os requisitos definidos para o efeito pela Norma IAS 39.

Dado que estes contratos apresentam em 2015 um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, na rubrica Outros passivos financeiros - Outros.

Em 2016, os contratos com justo valor positivo, no valor de 483 milhares de euros estão apresentados em Ativos financeiros detidos para negociação e os contratos com justo valor negativo, no valor de 1.040 milhares de euros estão apresentados no Passivo, na rubrica Outros passivos financeiros - Outros.

INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem ativos classificados nesta categoria. No entanto, importa realçar que durante 2014 o Grupo procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 ("tainting"). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 o Grupo não pôde ter ativos classificados nesta categoria.

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos o Grupo detém ainda outros ativos, conforme segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Empréstimos concedidos	7 358	4 426
Depósitos junto de empresas cedentes	2	2
Outros	8 648	451
Total de Outros Ativos Financeiros	16 008	4 879

Em 2016 e 2015, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

A decomposição dos Outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Outros ativos financeiros			
Suprimentos	3 125	-	3 125
Empréstimos	16 301	-15 000	1 301
Outros	453	-	453
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	19 879	-15 000	4 879
Outros ativos financeiros			
Suprimentos	3 125	-	3 125
Empréstimos	19 233	-15 000	4 233
Outros	8 650	-	8 650
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	31 008	-15 000	16 008

As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A..

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	15 000	15 000
Dotações do exercício	-	-
Anulações do exercício por desconhecimento	-	-
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	15 000	15 000

O detalhe dos empréstimos concedidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é conforme segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Suprimentos	3 125	3 125
Empréstimos a colaboradores	2 483	1 301
Outros empréstimos	1 750	-
Total de Empréstimos Concedidos	7 358	4 426

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor dos suprimentos corresponde aos suprimentos concedidos ao Imocrescente - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	87 895	87 895	39 149	39 149
Empréstimos e contas a receber	47 479	47 479	23 544	23 544
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	86 616	86 616	80 268	80 268
Outros elementos do ativo	131 448	131 448	146 351	146 351
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	353 438	353 438	289 312	289 312
Passivos financeiros de contratos de investimento	145 981	151 610	132 051	138 321
Outros passivos financeiros	32 787	32 787	3 945	3 945
Outros credores por operações de seguros e outras operações	68 671	68 671	60 398	60 398
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	247 439	253 068	196 394	202 664

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1 310 675	574	29 486	1 340 735
Títulos e unidades de participação	207 892	-	27 002	234 894
Ações e outros títulos de rendimento variável	20 926	-	2 484	23 410
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	690 435	574	-	691 009
De outros emissores	391 422	-	-	391 422
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	42 777	56 255	2 752	101 784
Títulos e unidades de participação	3 077	-	273	3 350
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	21 677	-	-	21 677
De outros emissores	18 023	56 255	2 479	76 757
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	-	483	-	483
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	483	-	483
Total Ativos Financeiros	1 353 452	57 312	32 238	1 443 002
Derivados	-	-1 040	-	-1 040
Total Passivos Financeiros	-	-1 040	-	-1 040

(milhares de euros)

	2015			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	581 732	7 572	69 372	658 676
Títulos e unidades de participação	12 094	-	22 879	34 973
Ações e outros títulos de rendimento variável	19 192	-	26 263	45 455
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	188 396	-	-	188 396
De outros emissores	362 050	7 572	20 230	389 852
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	77 721	-	-	77 721
Títulos e unidades de participação	3 233	-	-	3 233
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	223	-	-	223
De outros emissores	74 265	-	-	74 265
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	-	-
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	659 453	7 572	69 372	736 397
Derivados	-	-228	-	-228
Total Passivos Financeiros	-	-228	-	-228

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	31 Dez 2015	Valias Potenciais	Compras	Vendas	Reembolsos	Imparidades	Valias Realizadas	Ajustamentos de Perímetro	31 Dez 2016
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	69 372	129	4 268	-53 070	-	-2 399	858	10 328	29 486
Títulos e unidades de participação	22 879	214	4 268	-6 510	-	-2 399	-98	8 648	27 002
Ações e outros títulos de rendimento variável	26 263	-85	-	-26 330	-	-	956	1 680	2 484
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo									
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	20 230	-	-	-20 230	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	-	-	-	-	-	-	-	2 752	2 752
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-	-	-	-	273	273
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo									
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	2 479	2 479

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem 20 715 milhares de euros relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados e 6 183 milhares de euros relativos a fundos de *private equity*, cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado, em 2016 e 2015, como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício	Impacto na Reserva de Justo Valor
		2016	2016
Fundo de investimento	Subida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-	2 072
	Descida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-	-2 072
	Subida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	618
	Descida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	-618

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado do Exercício	Impacto na Reserva de Justo Valor
		2015	2015
Fundo de investimento	Subida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-	1 183
	Descida de 10% nos valores de fundos de investimento imobiliário fechados	-	-1 183
	Subida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	751
	Descida de 10% nos valores de fundos <i>private equity</i>	-	-751

Não é incluída avaliação de impactos para os casos de fundos autónomos representativos de passivos de contratos de investimento em que o risco é do tomador de seguro.

NOTA 8 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Caixa	1 309	98
Depósitos em instituições de crédito	86 586	39 051
Total	87 895	39 149

No final de 2016, o Banco de Moçambique extinguiu a entidade bancária Nosso Banco, retirando-lhe o direito de exercer a atividade no país. As duas seguradoras do Grupo, a Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. e a Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. tinham depósitos à ordem nesta instituição, em montantes que ascendiam aos 15 mil euros. Os depositantes deverão ser reembolsados através do Fundo de Garantia de Depósitos, mas até essa devolução não acontecer, foi registada uma imparidade em 2016 pela totalidade dos montantes.

NOTA 9 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pelo Grupo são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se

que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo do IFRS 5, os mesmos são avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional do Grupo e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2016	2015
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	76 706	258 272
Alterações no perímetro da consolidação	40 327	-162 474
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	92	188
Transferências	-72 344	-10 824
Abates/ vendas	-6 472	-10 137
Variações justo valor	5 582	1 681
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	43 891	76 706

No exercício de 2015 e 2016, as alterações no perímetro de consolidação correspondem, respetivamente, à alienação do Fundes – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado e à aquisição da Açoreana Seguros, S.A, conforme referido na Nota 4.

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pelo Grupo têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo portanto imóveis com o objetivo exclusivo de valorização.

O valor referido em 2016 de Transferências corresponde, essencialmente, a ativos imobiliários sobre os quais, em dezembro desse ano, o Grupo celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016, ou ainda a outros ativos que o Grupo manifesta uma intenção de venda. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	20 339	76 605
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	23 552	101
Total	43 891	76 706

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Rendimentos de Rendas	4 490	4 374
Custos Operacionais	250	232
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	123	114
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	127	118

Modelo do custo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Valor Bruto	35 818	46 079
Amortizações e imparidades acumuladas	-393	-10 021
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	35 425	36 058

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
Ativos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2016	2015
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	36 058	24 423
Alterações no perímetro da consolidação	33 178	2 452
Adições por aquisição	543	-
Adições por beneficiações	21	186
Transferências	-32 911	10 824
Abates/ vendas	-123	-1 271
Amortizações do exercício	-850	-556
Diferenças de câmbio	-491	-
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	35 425	36 058

O valor referido em 2016 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais, em dezembro desse ano, o Grupo celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016, ou ainda a outros ativos que o Grupo manifesta uma intenção de venda. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

O valor final de balanço em 2016 corresponde também ao justo valor dos respetivos ativos tendo em atenção a metodologia de valorização utilizada no processo de aquisição da Açoreana Seguros, S.A..

NOTA 10 - OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, o Grupo possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Equipamento	50 318	56 502
Equipamento administrativo	5 704	6 256
Máquinas e ferramentas	2 033	1 849
Equipamento informático	34 607	39 818
Instalações interiores	2 685	2 326
Despesas edifícios arrendados	3 853	2 962
Material transporte	578	836
Outras imobilizações corpóreas	857	2 455
Imobilizado em Curso	-	13
Amortizações Acumuladas	-45 783	-51 080
Imparidades	-	-
	4 535	5 435

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

(milhares de euros)			
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2015	6 151	265	6 416
Adições	2 583	94	2 677
Transferências	-	-176	-176
Amortizações do exercício	-2 331	-	-2 331
Abates/ vendas	-858	-170	-1 028
Alterações no perímetro de consolidação	-123	-	-123
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	5 422	13	5 435
Alterações no perímetro de consolidação	1 240	14	1 254
Adições	831	-	831
Transferências	-	-14	-14
Amortizações do exercício	-1 697	-	-1 697
Abates/ vendas	-1 261	-13	-1 274
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	4 535	0	4 535

De referir ainda a existência de outros ativos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2016, 49 milhares de euros (2015: 66 milhares de euros).

NOTA 11 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O saldo do ativo de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas		
Edifícios - Rendimento	71 113	-
Edifícios - Uso próprio	32 893	-
Total	104 006	-

Os valores de 2016 dizem respeito a ativos imobiliários que foram transferidos das rubricas de Imóveis de rendimentos e Imóveis de Uso Próprio, e sobre os quais, em dezembro desse ano, o Grupo celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016, ou ainda a outros ativos que o Grupo manifesta uma intenção de venda.

Os imóveis de rendimento que foram transferidos para esta rubrica, ao abrigo do IFRS 5, foram avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

O justo valor dos imóveis de uso próprio contidos nesta rubrica é de 42 817 milhares de euros.

NOTA 12 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. Com exceção do *Goodwill*, todas as vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas (amortização linear), 3 anos para o *software* (amortização linear) e com duração própria até à maturidade da respetiva carteira adquirida e amortização não linear, no caso do *Value in force* (VIF).

Em 31 de dezembro de 2016, o *Goodwill* registado corresponde apenas à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos, no valor de 65 981 milhares de euros, referente à aquisição em 5 de agosto de 2016 da Açoreana Seguros, S.A. (Nota 32).

De referir que relativamente ao *Goodwill* registado e originado pela aquisição em 2004 da Companhia de Seguros ESIA, no valor de 25 785 milhares de euros e sobre o qual já sido registada uma imparidade total no exercício de 2014, foi objeto de *write-off* em 2016, tendo em atenção que a imparidade já não pode ser revertida e que a realidade subjacente está totalmente integrado no Grupo sem possibilidade de desagregação.

Em 31 de dezembro de 2016, o VIF corresponde aos valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, no valor de:

- 50 000 milhares de euros, referente à aquisição em 2006 da carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A. (com amortização acumulada de 23 551 milhares de euros);
- 1 244 milhares de euros, referente à aquisição em 2014 da carteira de apólices vida da sucursal em Portugal da A.M.A. - Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros a Prima Fija (com amortização acumulada de 622 milhares de euros);
- 5 592 milhares de euros, referente à aquisição em 2016 da carteira de apólices vida da Açoreana Seguros, S.A. (com amortização acumulada de 2 574 milhares de euros).

Estes ativos são amortizados pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido e previsto nas políticas contabilísticas, o Grupo efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF da carteira adquirida em 2006 à GNB - Companhia de Seguros de Vida, tendo concluindo pela existência de uma perda por imparidade no valor de 20 627 milhares de euros.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Goodwill	65 981	26 436
Outros Intangíveis	143 247	132 673
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	71 385	64 662
Software	12 263	13 915
Intangíveis em curso	2 763	1 565
Value in force	56 836	52 531
Amortizações Acumuladas	-101 394	-94 901
Imparidades	-20 627	-25 785
	87 207	38 423

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como se segue:

	(milhares de euros)						
	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Value in Force	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2015	2 096	49 310	8 483	3 325	6 278	31 224	51 406
Adições	-	4 186	1 082	73	2 700	331	4 186
Amortizações do exercício	-	-14 593	-10 912	-1 040	-	-2 641	-14 593
Imparidades	-200	-	-	-	-	-	-200
Transferências	-1 245	1 245	7 062	467	-7 062	778	-
Abates/ vendas	-	-817	-49	-601	-	-167	-817
Alterações perímetro de consolidação	-	-1 559	-18	-1 191	-350	-	-1 559
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	651	37 772	5 648	1 033	1 566	29 525	38 423
Adições	65 981	9 669	-97	712	3 462	5 592	75 650
Amortizações do exercício	-	-8 606	-2 109	-1 539	-	-4 958	-8 606
Imparidades	-	-20 627	-	-	-	-20 627	-20 627
Transferências	-	-	1 991	1 819	-3 810	-	-
Abates/ vendas	-	-112	-	-6	-106	-	-112
Alterações perímetro de consolidação	-651	3 130	10	1 539	1 651	-70	2 479
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	65 981	21 226	5 443	3 558	2 763	9 462	87 207

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado com segue:

	(milhares de euros)					
	2017	2018	2019	2020	Após	Total
Amortização estimada	1 179	1 401	1 239	1 453	4 190	9 462

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	8 606	14 593
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-
Montantes pagos - montantes brutos	738	1 983
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-
Custos de aquisição	1 852	6 852
Gastos administrativos	6 015	5 700
Gastos financeiros	-	-
Outros	1	58

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativo Bruto	64 886	53 252
Tomadores de seguro		
- Recibos por cobrar	46 472	41 689
- Reembolsos de sinistros	12 554	6 254
Mediadores de seguro	445	353
Cosseguradoras	5 415	4 957
Ajustamentos	-9 020	-8 997
Recibos por cobrar	-3 820	-6 520
Créditos de cobrança duvidosa	-5 200	-2 477
Ativo Líquido	55 866	44 255

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 9 828 milhares de euros (2015: 2 542 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativo Bruto	14 395	13 244
Resseguradores	14 395	12 312
Ressegurados	-	932
Ajustamentos	-1 384	-237
Créditos de cobrança duvidosa	-1 384	-237
Ativo Líquido	13 011	13 007

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativo Bruto	25 422	24 527
Entidades relacionadas	282	457
Operações imobiliárias	-	-
IFAP	22	1 351
FAT	1 228	971
Gestão por conta IDS e representadas	3 214	3 001
Cauções	1 190	651
Rendas e outros valores à cobrança	5 880	779
Pessoal	396	679
Adiantamentos a fornecedores	330	351
Clientes	5 593	11 895
Outros valores a receber	7 288	4 392
Ajustamentos	-7 683	-1 521
Créditos de cobrança duvidosa	-7 683	-1 521
Ativo Líquido	17 739	23 006

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Clientes” inclui o montante de 4 220 milhares de euros (2015: 5 139 milhares de euros) relativo a valores a receber de clientes da ADV Angola - Planos e Sistemas de Saúde, Lda., com sede em Angola, entidade esta integralmente detida pela subsidiária Advancecare Health International.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	6 520	4 402
Dotações do exercício	44	2 121
Utilizações do exercício	-1 964	-3
Alterações de perímetro de consolidação	-780	-
Saldo em 31 de Dezembro	3 820	6 520
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	4 235	2 936
Dotações do exercício	139	1 366
Utilizações do exercício	-575	-
Alterações de perímetro de consolidação	10 468	-67
Saldo em 31 de Dezembro	14 267	4 235

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Acréscimos de Rendimentos	1 800	454
- Prestações de serviços	904	120
- Rendimentos financeiros de resseguro cedido	-	334
- Outros acréscimos	896	-
Gastos Diferidos	2 429	2 605
- Seguros	52	45
- Rendas	17	55
- Gastos de aquisição	2 084	1 321
- Outros gastos diferidos	276	1 047
- Outsourcing	-	137
Total	4 229	3 059

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo diz respeito essencialmente a contratos de investimento comercializados pelo Grupo, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida e é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	146 351	170 588
Depósitos recebidos	717	7 446
Benefícios pagos	-19 587	-34 295
Juro técnico do exercício	3 967	2 612
Saldo em 31 de Dezembro	131 448	146 351

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	5 225	4 527
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	4 151	2 726
- Contas correntes	3 394	3 438
Cosseguradoras	11 963	6 730
Prémios recebidos antecipadamente	4 031	-
Total	28 764	17 421

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Resseguradores	23 319	17 114
Ressegurados	16	651
Total	23 335	17 765

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Entidades relacionadas	266	5 842
Fornecedores de bens em leasing	-	23
Outros fornecedores de bens e serviços	6 908	2 533
IFAP	2 569	2 009
Pensões AT	2 743	1 769
Comissões e outros encargos a pagar	46	-
Outros valores a pagar	4 040	13 036
Total	16 572	25 212

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Rendimentos Diferidos	3 590	1
- Rendas	215	1
- Serviços faturados	3 374	-
Acréscimo de Custos	40 813	26 112
- Custos com pessoal (subsídios, encargos e bónus)	9 654	9 508
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	7 712	4 865
- Fornecimentos e serviços externos	19 907	9 081
- Serviços prestados empresas relacionadas	-	21
- Outros	3 540	2 637
Total	44 403	26 113

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Impostos	1 677	2 204
Outros ajustamentos	0	3 701
Outros riscos	75	75
Total	1 752	5 980

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	5 980	1 997
Dotações do exercício	407	3 985
Utilizações do exercício	-5 905	-2
Alteração de perímetro de consolidação	1 270	-
Saldo em 31 de Dezembro	1 752	5 980

Em 2016 o Grupo aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES) o que lhe permitiu ser perdoados os juros dos casos acima referidos, tendo portanto registado o proveito dos juros que estavam aqui prudentemente registados, no final de 2015, no valor de cerca 2.2 milhões de euros.

Para além deste proveito existiram outros valores de juros referentes ao próprio exercício de 2016 que em conjunto com algumas diferenças face ao apuramento final do valor perdoado, resultaram num efeito total bruto positivo de cerca de 2,7 milhões de euros.

Em 2015, a dotação do exercício inclui também a constituição de provisões no montante de 3 701 milhares de euros, destinadas a acautelar, essencialmente, eventuais responsabilidades decorrentes das operações em África, sendo que as mesmas foram integralmente revertidas em 2016.

Estes movimentos são incluídos em Outras provisões (variação) da demonstração de ganhos e perdas.

NOTA 14 - PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vida						
Tradicional	36 131	27 830	282	504	35 849	27 326
Capitalização com part. resultados	16 825	8 964	-	-	16 825	8 964
Não Vida						
Acidentes e doença	150 043	116 349	-5 639	2 064	155 682	114 286
Incêndio e outros danos	83 299	66 596	-3 597	-204	86 896	66 800
Automóvel	212 500	148 440	-682	47	213 182	148 393
Marítimo, aéreo e transportes	5 915	6 149	-366	-565	6 281	6 714
Responsabilidade civil geral	12 131	10 170	-1 282	-217	13 413	10 387
Crédito e caução	59	29	-11	-6	70	35
Proteção jurídica	1 771	11	-94	-1	1 865	12
Assistência	17 365	15 596	-54	379	17 419	15 217
Diversos	3 103	2 582	54	-73	3 049	2 655
Total	539 142	402 716	-11 389	1 928	550 531	400 789

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vida						
Tradicional	3 248	2 576	-29	158	3 277	2 418
Capitalização com part. resultados	-	-	-	-	-	-
Não Vida						
Acidentes e doença	3 210	4 791	405	-661	2 805	5 452
Incêndio e outros danos	35 183	26 756	-2 085	-178	37 268	26 934
Automóvel	5 146	1 516	-68	-1 628	5 214	3 144
Marítimo, aéreo e transportes	3 241	3 191	-189	-620	3 430	3 811
Responsabilidade civil geral	1 574	1 436	-40	-17	1 614	1 453
Crédito e caução	16	11	2	-	14	11
Proteção jurídica	95	-	2	-	93	-
Assistência	15 830	14 100	198	-280	15 632	14 380
Diversos	2 960	2 371	-7	-137	2 968	2 508
Total	70 503	56 747	-1 811	-3 362	72 314	60 111

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro direto e resseguro aceite Não-Vida de 2016, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	149 979	156 300	159 363	40 349	-2 694
Incêndio e outros danos	83 138	86 242	40 995	27 406	-13 670
Automóvel					
- Responsabilidade civil	134 941	136 435	95 487	35 872	-4 171
- Outras coberturas	77 187	76 371	57 985	24 388	-1 242
Marítimo, aéreo e transportes	5 862	6 201	1 949	1 706	-2 032
Responsabilidade civil geral	12 111	13 389	3 299	4 584	-2 044
Crédito e caução	62	73	-40	12	9
Proteção jurídica	1 771	1 865	25	402	-93
Assistência	17 365	17 418	2	3 784	-14 262
Diversos	3 073	3 023	2 493	693	17
Total	485 490	497 317	361 558	139 196	-40 182
Resseguro aceite	697	540	-597	970	2 311
Total Geral	486 186	497 857	360 961	140 166	-37 871

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	52 956	36 794
Relativos a contratos individuais	36 917	26 880
Relativos a contratos de grupo	16 039	9 914
	52 956	36 794
Periódicos	41 193	29 270
Não periódicos	11 763	7 524
	52 956	36 794
De contratos sem participação nos resultados	28 696	22 403
De contratos com participação nos resultados	24 260	14 391
	52 956	36 794
Saldo de resseguro	490	-409

NOTA 15 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 – RENDIMENTOS/ RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo das rubricas de Rendimentos e de Ganhos e Perdas em Associadas, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Juros	19 836	11 451
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 359	8 454
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 713	272
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Depósitos, empréstimos e outros ativos	2 764	2 725
Rendas	4 490	4 374
Terrenos e edifícios	4 490	4 374
Dividendos	3 731	8
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 731	8
Resultados de Associadas	5 458	5 527
Total	33 515	21 360

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
de emissores públicos	5 157	1 727
de outros emissores	11 914	7 021
Ações	6 454	5 527
Outros títulos de rendimento variável	2 840	8
Imóveis	4 490	4 374
Depósitos	2 388	2 365
Empréstimos e outros ativos	271	338
Total	33 515	21 360

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Custos imputados à função investimentos	3 719	1 809
Custos diretos de funcionamento	937	420
Total	4 656	2 229

NOTA 17 - GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)						
	2016			2015		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor	9 346	-10 385	-1 040	54 938	-5 087	49 851
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 097	-9 536	-1 439	16 069	-5 087	10 982
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 249	-849	400	34 610	-	34 611
Ativos financeiros geridos por terceiros	-	-	-	4 259	-	4 259
Financeiros - ao Justo Valor	-355	-1 673	-2 028	197	-143 263	-143 066
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-355	-1 673	-2 028	197	-143 263	-143 066
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Não Financeiros	7 177	-	7 177	33	-172	-139
Terrenos e edifícios - rendimento	7 177	-	7 177	33	-172	-139
Total	16 168	-12 058	4 109	55 168	-148 522	-93 354

No exercício de 2015, os ganhos em Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à mais-valia gerada com a alienação à Calm Eagle Portugal Sociedade Unipessoal, Lda. da participação que o Grupo detinha na AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. (Nota 7).

Ainda em 2015, as perdas em Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à menos-valia realizada na venda à AdvanceCare da participação detida pelo Grupo na Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. (Nota 7).

Durante o exercício de 2016, as perdas em Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à menos-valia realizada na venda na Espírito Santo Contact Center, S.A. (Nota 7).

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento não Unit Linked comercializados pelo Grupo.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de -4 107 milhares de euros (2015: -5 279 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 6.

NOTA 18 - GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	2016			2015		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Ao Justo Valor	3 546	-3 480	66	95 868	-1 972	93 896
Ativos detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	3 546	-3 480	66	95 868	-327	95 541
Ativos financeiros geridos por terceiros	-	-	-	-	-1 645	-1 645
Não Financeiros	13 686	-12 878	808	4 469	-3 750	719
Terrenos e edifícios - rendimento	13 686	-11 629	2 057	4 469	-3 750	719
Terrenos e edifícios - rendimento - não correntes detidos para venda	-	-1 249	-1 249	-	-	-
Total	17 232	-16 358	874	100 337	-5 722	94 615

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento Unit Linked comercializados pelo Grupo.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de -494 milhares de euros (2015: 48 949 milhares de euros), conforme ilustrado na Nota 6.

NOTA 19 - GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)					
	2016			2015		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 544	-2 224	320	2 549	-1 945	604
Ativos financeiros detidos para negociação	427	-813	-386	264	-439	-175
Outros	2 345	-3 128	-783	607	-5 687	-5 080
Total	5 317	-6 165	-849	3 420	-8 071	-4 651

NOTA 20 – OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Outros Rendimentos Técnicos	7 387	1 611
Comissões de gestão de cosseguro	141	234
Taxas de gestão de sinistros	9	6
Gestão por conta de sinistros	7 236	1 371
Outros Gastos Técnicos	10 341	4 441
Comissões de gestão de cosseguro	585	785
Gestão por conta de sinistros	9 755	3 656
Valor do Ganhos e Perdas	-2 954	-2 830

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Outros Rendimentos Não Técnicos	52 081	52 646
Restituição de impostos	211	17
Outros ganhos	22 320	4 192
Juros e outros ganhos financeiros	369	60
Serviços prestados	29 121	48 313
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	59	64
Outros Gastos Não Técnicos	51 281	56 566
Donativos	113	19
Mecenato	74	78
Ofertas a clientes	171	251
Multas	15	19
Quotizações	16	11
Rescisões contratuais	-	1 000
Serviços prestados	20 291	46 602
Outros gastos	30 345	7 923
Serviços bancários e juros de mora	256	663
Valor dos Ganhos e Perdas	800	-3 920

Os rendimentos por serviços prestados dizem respeito maioritariamente aos proveitos operacionais das entidades do Grupo não seguradoras, enquanto que os gastos por serviços prestados referem-se na sua maioria aos custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos dessas entidades.

No exercício de 2016, os Outros gastos incluem cerca de 5,5 milhões de euros de custos de impostos liquidados no âmbito do processo de fusão e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sobre os quais foi entregue um requerimento de isenção, que em caso de deferimento por parte da Autoridade Tributária resultará num proveito equivalente. Inclui igualmente o custo com contribuições para segurança social de anos transatos de cerca de 0,6 milhões de euros, cuja liquidação se encontra reclamada judicialmente.

Ainda em 2016, os Outros ganhos incluem essencialmente cerca de 2,5 milhões de euros de proveito, em virtude do Grupo ter aderido ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES) o que lhe permitiu serem perdoados 2,2 milhões de euros de juros e 0,3 milhões de euros de outros custos associados. Os Outros ganhos incluem ainda cerca de 0,9 milhões de euros referentes ao excesso de estimativas de imposto sobre o rendimento efetuadas em anos transatos.

O saldo da rubrica de Outras provisões (variação), é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Outros ajustamentos	3 294	-3 701
Valor do Ganhos e Perdas	3 294	-3 701

O valor de Outras provisões de 2015 é explicado pela constituição de provisões destinadas a acautelar, essencialmente, eventuais responsabilidades decorrentes das operações em África, sendo que as mesmas foram integralmente revertidas em 2016.

NOTA 21 - GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais do Grupo, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

(milhares de euros)
(%)

2016	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Outros Custos Não Imputados		Total	
Custos com pessoal	11 734	22%	23 922	45%	16 042	30%	630	1%	369	1%	52 697	100%
Fornecimentos e serviços externos	6 705	12%	18 925	33%	17 055	29%	525	1%	14 741	25%	57 952	100%
Impostos	864	19%	11	0%	3 546	78%	153	3%	-	0%	4 573	100%
Amortizações	1 292	12%	2 785	25%	6 503	58%	309	3%	264	2%	11 154	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-135	-8%	-219	-14%	-156	-10%	2 102	132%	-	0%	1 592	100%
Total	20 459	16%	45 424	35%	42 991	34%	3 719	3%	15 374	12%	127 968	100%

(milhares de euros)
(%)

2015	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Outros Custos Não Imputados		Total	
Custos com pessoal	6 537	11%	16 378	27%	16 588	27%	315	1%	21 207	35%	61 024	100%
Fornecimentos e serviços externos	2 510	6%	12 262	31%	11 404	29%	391	1%	13 109	33%	39 676	100%
Impostos	-	0%	13	0%	2 717	99%	8	0%	-	0%	2 738	100%
Amortizações	2 932	17%	7 149	41%	6 232	36%	361	2%	806	5%	17 480	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	1	0%	-	0%	733	100%	-	0%	734	100%
Total	11 979	10%	35 803	29%	36 941	30%	1 809	1%	35 122	29%	121 653	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Eletricidade e água	701	702
Combustíveis	407	285
Material de escritório, impressos e outros	186	237
Artigos para oferta	630	518
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	404	883
Manutenção de equipamento informático	2 676	2 086
Rendas	4 139	3 353
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	1 104	1 066
Despesas de deslocação e representação	1 118	1 351
Comunicações telefónicas e redes	938	1 162
Correios	2 006	1 717
Seguros	191	168
Avenças e honorários	231	222
Publicidade e marketing	5 330	5 702
Limpeza, higiene e conforto	566	485
Vigilância e segurança	272	308
Outsourcing, consultorias e trabalhos especializados	21 721	14 707
Serviços e desenvolvimentos informáticos	2 792	2 444
Quotizações APS	404	236
Cobrança de prémios	798	703
Formação de mediadores	177	163
Trabalho temporário	53	122
Prestação de serviços operacionais	-	118
Outros serviços e fornecimentos diversos	11 110	938
Total	57 952	39 676

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Iva suportado	5	22
Taxa para as Autoridades de Seguros	1 219	926
Taxa para o FAT	1 750	841
Imposto municipal sobre imóveis	103	50
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	1 182	787
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	65	63
Outros impostos, taxas e licenças	250	49
Total	4 573	2 738

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	2 109	10 912
Software	1 539	1 040
Outros ativos intangíveis	-	311
Equipamento informático	749	764
Imóveis de uso próprio	850	556
Equipamento administrativo e máquinas	312	806
Instalações interiores	91	138
Locação financeira	1	33
Outro equipamento	545	590
Intangível - <i>value in force</i>	4 958	2 218
Outros intangíveis	-	112
Total	11 154	17 480

O Grupo efetuou em 2015 uma revisão criteriosa da sua política de capitalização de custos informáticos registados em ativos intangíveis, tendo chegado à conclusão, pela análise individual de cada projeto, que se tornava imperativo proceder a uma amortização extraordinária destes ativos, quer pela redefinição da sua vida útil à luz do seu contributo para os proveitos futuros, quer pela reavaliação da sua materialidade.

Esta revisão resultou no apuramento de um montante de 6 140 milhares de euros de amortização extraordinária e não recorrente, o que justifica a subida significativa das amortizações de Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e de *Software*.

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Juros de depósitos de resseguradores	-520	2
Juros de locação financeira	-	2
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	2 112	730
Total	1 592	734

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	53 982	38 325
Custos imputados empresas seguradoras	45 424	35 803
Outros custos de aquisição	9 238	8 883
Custos de aquisição diferidos (variação)	1 409	-122
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	3 282	1 930
Custos imputados empresas seguradoras	42 991	36 941
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-12 488	-9 892
Total	143 838	111 868

NOTA 22 - GASTOS COM PESSOAL

O número médio de trabalhadores ao serviço do Grupo segregado por categoria profissional é analisado como segue:

	2016	2015
Diretores	49	31
Gestores	156	92
Coordenadores	299	169
Técnicos	252	2 919
Especialistas	506	311
Especialistas operacional	22	22
Auxiliares	34	19
Coordenador operacional	-	2
Total	1 318	3 565

A expressiva redução de trabalhadores justifica-se pela venda da participação na Espírito Santo Contact Center, S.A..

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Remunerações - órgãos sociais	1 856	1 801
Remunerações - pessoal	36 018	45 782
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	342	232
Encargos sobre remunerações - pessoal	7 900	8 112
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	-2 856	1 320
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	37	-
Benefícios de cessação de emprego	6 205	-
Seguros obrigatórios	1 754	2 106
Gastos de ação social	1 013	939
Formação	178	232
Outros gastos com pessoal	251	500
Total	52 697	61 024

Os custos com pessoal incluem em 2016 um custo com planos individuais de reforma de 806 milhares de euros, dos quais 367 milhares de euros dizem respeito aos órgãos sociais.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas que cessou funções, no âmbito dos serviços de Revisão Legal de Contas do exercício de 2015, perfizeram o montante de 275 milhares de euros.

Os honorários faturados e a faturar pela KPMG e Associados, SROC, S.A., o Revisor Oficial de Contas da empresa mãe do Grupo, relativos ao exercício de 2016 ascendem a 454 milhares de euros, dos quais 364 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas, 70 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade e 20 milhares de euros relativos a outros serviços.

NOTA 23 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, algumas entidades do Grupo assumem a responsabilidade de atribuir aos seus empregados, benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes são aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, originariamente aplicável, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social.

Como referido na Nota 3, essas entidades do Grupo declararam o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Existem também planos que abrangem um conjunto de benefícios de saúde para os empregados no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Como também mencionado na Nota 3, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Este contrato coletivo de trabalho foi, entretanto, sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE n.º 4 de 29 de janeiro de 2016, o qual foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, e que ampliou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados daquelas empresas do Grupo não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano individual de reforma de contribuição definida;
- (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos naquelas entidades do Grupo.

Relativamente à alteração do plano de pensões aplicável aos empregados cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangido pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, o Grupo não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Adicionalmente, o Grupo efetuou o “curtailment” ao plano de pensões de benefício definido dos Administradores que tinha até 31 de dezembro de 2015. No decurso de 2016 foi acordado entre o Associado (Tranquilidade) e os participantes e beneficiários com direitos adquiridos a renúncia ao plano em vigor. Estes participantes acordaram a transferência do valor de responsabilidades financiadas no fundo de pensões, à data da renúncia, para uma adesão a um fundo de pensões aberto de contribuição definida. Para os reformados com pensões em pagamento a responsabilidade é coberta através da compra de rendas vitalícias, assegurando os pagamentos futuros.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde no Grupo é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2016.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2016 e 2015, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os empregados são as seguintes:

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2016, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os colaboradores, do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, são as seguintes:

	2016
Pressupostos Financeiros	
Taxas de evolução salarial	0,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%
Taxa de desconto	1,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação	
Tábua de mortalidade	
Homens	GKF 95
Mulheres	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefício definido era o seguinte:

	2016	2015
Ativos	92	2
Reformados	319	185
Total	411	187

	2016	2015
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,25%	0,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,50%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,25%	0,50%
Taxa de desconto	0,75%	1,5% e 2,5% (*)
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades por serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro	-54 003	-770	-54 773	-43 359	-706	-44 065
Saldo do fundo em 31 de dezembro	51 048	-	51 048	32 722	-	32 722
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	-2 955	-770	-3 725	-10 637	-706	-11 343

Em 2016, a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, para além do valor de 3 725 milhares de euros inclui também as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 766 milhares de euros, totalizando desta forma 4 491 milhares de euros.

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A, entidade fusionada em 30 de dezembro de 2016.

O número de empregados coberto por essas apólices ascende a 303 (2015: 327), e o valor total da responsabilidade ascende a 6 356 milhares de euros (2015: 9 606 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e

- b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades com pensões em pagamento do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões das entidades do Grupo.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano. O fundo de pensões das entidades do Grupo apresenta uma duração média de cerca de 5 anos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade) e 10 anos (Fundo de Pensões Açoreana Seguros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	43 359	706	44 065	41 876	778	42 654
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	-338	-	-338
Custo do serviço corrente	186	27	213	383	27	410
Custo dos juros	557	-	557	939	-	939
Custo com ativos admitidos em 2015	-	-	-	689	-	689
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-962	-77	-1 039	3 879	1	3 880
Pensões pagas pelo fundo	-3 162	-	-3 162	-3 839	-	-3 839
Benefícios pagos pelo Grupo	-	-79	-79	-	-89	-89
<i>Curtailment</i>	-3 271	-	-3 271	-	-	-
Alteração de perímetro	17 296	193	17 489	-230	-11	-241
Responsabilidades em 31 de Dezembro	54 003	770	54 773	43 359	706	44 065

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	32 722	-	32 722	34 110	-	34 110
Rendimento real do fundo						
Rendimento de juros	436	-	436	718	-	718
Ganhos e perdas atuariais	3 129	-	3 129	2 287	-	2 287
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	-	-	-	179	-	179
Pensões pagas pelo fundo	-3 162	-	-3 162	-3 839	-	-3 839
Transferências para outros fundos de pensões	-	-	-	-338	-	-338
Alteração do perímetro	17 923	-	17 923	-395	-	-395
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	51 048	-	51 048	32 722	-	32 722

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	1 278	685	1 963	17 467	673	18 140
(Ganhos) e perdas atuariais						
- Nas responsabilidades	-962	-77	-1 039	3 879	1	3 880
- Nos ativos do plano	-3 129	-	-3 129	-2 287	-	-2 287
Utilização de reservas para redução de capital	-	-	-	-18 514	-	-18 514
Alteração do perímetro	1 967	-	1 967	733	11	744
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	-846	608	-238	1 278	685	1 963

O saldo acima indicado não considera o montante de 527 milhares de euros, relativo à contribuição para o Plano de Contribuição Definida, a qual foi efetuada por transferência parcial do excesso existente no Plano de Benefício Definido.

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	10 637	706	11 343	7 766	778	8 544
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-962	-77	-1 039	3 879	1	3 880
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-3 129	-	-3 129	-2 287	-	-2 287
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	186	27	213	383	27	410
- Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	121	-	121	221	-	221
- Custo com ativos admitidos em 2015	-	-	-	689	-	689
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	-	-79	-79	-179	-89	-268
Curtailment	-3 271	-	-3 271	-	-	-
Alteração do perímetro	-627	193	-434	165	-11	154
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	2 955	770	3 725	10 637	706	11 343

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016			2015		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	186	27	213	383	27	410
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	121	-	121	221	-	221
Custo com ativos admitidos em 2015	-	-	-	689	-	689
Curtaiment	-3 271	-	-3 271	-	-	-
Custos do Exercício	-2 964	27	-2 937	1 293	27	1 320

Tendo em atenção que coexistem dois fundos em 31 de dezembro de 2016, os ativos do fundo de pensões total são reportados em separado, conforme 2 quadros seguintes.

Os valores de ativos abaixo divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, do qual algumas entidades do Grupo detém cerca de 58,7% (2015: 64,7%) e podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Ações e outros títulos de rendimento variável	3 495	4 535
Títulos de rendimento fixo	35 674	31 451
Imobiliário	14 969	10 841
Liquidez	1 774	1 976
Outros ativos	676	1 392
	56 588	50 195

Com referência a 29 de dezembro de 2016 a Açoreana Seguros extinguiu a adesão coletiva n.º2 ao Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP, procedendo à constituição do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, fundo fechado constituído em 29 de dezembro de 2016, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2012.

Este Fundo é um Património Autónomo, exclusivamente afeto à realização dos três Planos de Pensões previstos no seu contrato constitutivo (dois Planos de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida) e os valores dos seus ativos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2016
Ações e outros títulos de rendimento variável	3 637
Títulos de rendimento fixo	13 776
Imobiliário	2 803
Liquidez	656
Outros ativos	2 393
	23 265

Destes ativos, ao fundo afeto a contribuição definida correspondem a 5 430 milhares de euros.

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Varição na taxa de desconto das responsabilidades	- 604	632	- 805	855
Varição na evolução das pensões	562	- 539	609	- 586

NOTA 24 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as empresas do Grupo com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sendo este imposto apurado em cada uma das empresas de forma individual, pelo que o Grupo não determina o imposto sobre o seu resultado consolidado.

O cálculo do imposto corrente na empresa mãe do Grupo nos exercícios de 2016 e 2015 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 22,5% e 25,5%, respetivamente, que correspondiam às taxas nominais aprovadas à data do balanço.

As empresas do Grupo têm sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último relatório se refere ao exercício de 2013. Genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspecionadas.

Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Grupo, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nas seguintes situações de benefícios fiscais não aceites por parte da Autoridade Tributária, não obstante a empresa mãe do Grupo ter uma interpretação divergente e encontrarem-se em 31 de dezembro de 2016 reclamadas e em apreciação judicial, os respetivos cálculos de impostos a pagar foram entretanto regularizados pela empresa mãe do Grupo:

- Reporte fiscal de fusão ocorrida em 2004, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda em 2006 de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

As entidades do Grupo apresentaram resultados fiscais negativos nos exercícios descritos conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte não Reconhecido	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2012	3 009	-	3 009	-	2017
2013	2 404	-	2 404	-	2018
2014	116 568	272	-	116 296	2026
2015	2 668	360	-	2 308	2027
2016	85 855	-	-	85 855	2028
Total	210 504	632	5 413	204 459	

Para efeito do cálculo de impostos diferidos e apuramento do valor base de diferenças temporárias, as empresas do Grupo realizaram um teste de recuperabilidade face aos planos de negócio aprovados pelos órgãos de gestão e os lucros tributáveis expectáveis decorrentes.

Desta análise resultou o não reconhecimento dos prejuízos referidos de 2012 e 2013, gerados pela entidade fusionada do Grupo, Seguros LOGO, S.A., no valor total de cerca de 5,4 milhões de euros, que apesar de ainda não terem atingido o ano limite de utilização, não foram considerados para efeitos do cálculo de imposto diferido, tendo em atenção as expectativas de lucro tributável do referido plano de negócio.

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Em virtude da fusão ocorrida os prejuízos fiscais das entidades fusionadas, com exceção dos referentes à entidade incorporante, ficam sujeitos a uma limitação anual de dedução correspondente ao rácio entre o respetivo capital próprio de cada uma e do último período encerrado anterior à fusão e a totalidade dos capitais próprios de todas as entidades envolvidas na fusão nesse mesmo período.

Sobre os prejuízos fiscais de 2015 da entidade fusionada do Grupo, Açoreana Seguros, S.A., tendo em atenção a alteração da titularidade de mais de 50% do capital social no decurso de 2016 e a limitação à dedução dos prejuízos fiscais consagrada no n.º 8 do Código do IRC, o Grupo entendeu não reconhecer nas suas contas o ativo por impostos diferidos decorrentes dos prejuízos reportáveis no montante de 4 816 milhares de euros, os quais seriam passíveis de utilização nos 12 exercícios posteriores.

A entidade fusionada do Grupo, Açoreana Seguros, S.A. entregou em 2016, dentro dos prazos legais, os respetivos requerimentos de pedido de autorização para manutenção destes prejuízos fiscais, estando a aguardar o deferimento dos mesmos por parte da Autoridade Tributária.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2016 e 2015 explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2016		2015	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	1 454	3 157	4 275	8 516
Retenção de imposto na fonte	7	2 048	20	1 091
Imposto sobre o valor acrescentado	84	527	154	577
Outros impostos e taxas	334	12 379	268	6 476
Contribuições para a segurança social	185	1 814	418	710
Tributos das autarquias locais	0	95	0	95
Total	2 064	20 020	5 135	17 465

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo por impostos correntes – Imposto sobre o rendimento incluía o montante de 7 134 milhares de euros relativo a um passivo para fazer face às responsabilidades resultantes das correções efetuadas pela Administração Fiscal às estimativas de imposto da empresa mãe do Grupo referentes aos exercícios de 2006 e 2009, devido à utilização de prejuízos fiscais reportáveis da ESIA - Inter-Atlântico Companhia de Seguros.

Em 2016 a empresa mãe do Grupo aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES), através do qual liquidou os valores devidos tendo-lhe sido perdoados os juros calculados até ao momento da liquidação.

Tendo em atenção as restrições das normas contabilísticas no registo de ativos, em 2016 o Grupo registou em Outros gastos não técnicos (Nota 20) os montantes liquidados i) à Autoridade Tributária no valor de 5 453 milhares de euros referente a impostos liquidados no âmbito do processo de fusão e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sobre os quais foi entregue um requerimento de isenção e ii) à Segurança Social no valor de 631 milhares de euros referente a diferenças em contribuições detetadas e relativas a anos transatos, cuja liquidação se encontra reclamada judicialmente.

Em ambas as situações, se os despachos das entidades em causa forem positivos para o Grupo o reembolso das quantias referidas resultará num proveito equivalente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço, pelo seu líquido, em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Investimentos	22 578	5 753	-	-	22 578	5 753
Benefícios pós-emprego	315	62	-	-	315	62
Provisão cobranças duvidosas	2 180	52	-	-	2 180	52
Prejuízos fiscais	42 936	521	-	-	42 936	521
Imóveis	-	1 412	-969	-	-969	1 412
Value in force	4 351	-	-	-	4 351	0
Provisões técnicas	17 672	-	-	-	17 672	0
Outras diferenças temporárias	2 833	2 160	-	-	2 833	2 160
Total	92 865	9 960	-969	-	91 896	9 960

Em 2016, e originado pela compra da Açoreana Seguros, S.A., encontra-se reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 14 462 milhares de euros decorrente das imparidades (ativos disponíveis para venda) ou perdas potenciais (ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através do ganhos e perdas) associadas à participação detida no BANIF, S.A..

O reconhecimento do aludido ativo decorre do facto de ser expectável que as referidas perdas concorram para efeitos da determinação do lucro tributável quando forem efetivamente realizadas, nomeadamente por via da liquidação do BANIF, S.A. nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2016, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 736 milhares de euros (2015: 1 326 milhares de euros) relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2016, e em função de i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2017 e ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a empresa mãe do Grupo alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 25,5% para 24,7% e 21%, consoante as situações específicas associadas a diferenças temporárias (redução de cerca de 930 milhares de euros).

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2016 e 2015 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2016	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Alteração de Perímetro	Total
Imposto Corrente	48	-3 526	-	-3 478
Estimativa de IRC	48	-2 568	-	-2 520
Imposto autónomo	-	-958	-	-958
Imposto Diferido	-3 261	32 782	52 415	81 936
Investimentos	-2 582	-7 762	27 169	16 825
Benefícios pós-emprego	-	24	229	253
Provisão cobranças duvidosas	-	-1 594	3 722	2 128
Prejuízos fiscais	-679	41 119	1 975	42 415
Imóveis com intenção de venda	-	-2 872	491	-2 381
Value in force	-	5 095	-744	4 351
Provisões técnicas	-	-	17 672	17 672
Outras diferenças temporárias	-	-1 228	1 901	673
Total	-3 213	29 256	52 415	78 458

(milhares de euros)

2015	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	73	-2 643	-2 570
Estimativa de IRC	73	-1 700	-1 627
Imposto autónomo	-	-943	-943
Imposto Diferido	3 632	1 119	4 751
Investimentos	2 090	565	2 655
Provisão cobranças duvidosas	-	11	11
Prejuízos fiscais	1 542	-1 033	509
Imóveis	-	-145	-145
Outras diferenças temporárias	-	1 721	1 721
Total	3 705	-1 524	2 181

Os valores apresentados no quadro acima não consideram o efeito dos interesses que não controlam.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2016	2015
Resultado antes de impostos	-33 387	31 544
Taxa de imposto	22,50%	25,50%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	7 512	-8 044
Imposto autónomo	-958	-943
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	-271	8 763
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	-290	-1 227
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-2 586	-2 117
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	-	-113
Reporte de prejuízos fiscais não considerados	24 422	-
Dividendos excluídos da tributação	1 312	2 006
Benefícios fiscais	114	151
Imposto Corrente + Diferido	29 256	-1 524
Taxa de Imposto Efetiva	87,6%	4,8%

No exercício de 2015, as Diferenças nas valias aceites fiscalmente incluem cerca de 9 158 milhares de euros relativos ao efeito fiscal das valias realizadas com a alienação das participações detidas pelo Grupo na AdvanceCare e na Esumédica.

NOTA 25 - CAPITAL

O capital do Grupo, em 31 de dezembro de 2014, no valor de 160 milhões de euros, foi objeto de redução integral, em 2015, pela cobertura da totalidade de resultados transitados negativos e reservas livres e por parte das reservas legais.

Na sequência do referido acima, efetuou-se em 2015 um aumento de capital no valor de 42 milhões de euros, representado por 42 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontrava em 31 de dezembro de 2015, realizado em 12,6 milhões de euros, pelo seu acionista, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l..

Em 2015, o acionista reforçou ainda os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 60 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Em 2016, o acionista procedeu a diversas operações de reforço e devolução de prestações acessórias, tendo o valor líquido destes movimentos refletido um reembolso de 32,9 milhões de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2016, o valor de prestações acessórias ascende a 27,1 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Efetuiu-se ainda em 2016 um aumento de capital no valor de 140 milhões de euros e realizado em 71,4 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social ascende a 182 milhões de euros, representado por 182 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontra realizado em 84 milhões de euros, pelo seu acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l.. O capital não realizado deverá ser realizado até ao termo do prazo de 5 anos a contar

do dia 30 de dezembro de 2016, podendo ser realizado antecipadamente mediante pedido fundamentado do Conselho de Administração nesse sentido.

NOTA 26 - RESERVAS

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos e correntes

Os impostos diferidos e correntes reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em Assembleia Geral.

Reserva desvios atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, o Grupo reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Reservas de Reavaliação	3 451	-10 032
Reservas de justo valor de ativos financeiros	7 108	-4 981
Reservas de diferenças de câmbio	-3 657	-5 051
Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	-2 544	669
Outras Reservas	43 430	38 334
- Reserva legal	39 188	36 252
- Reserva por desvios atuariais	238	-1 963
- Reservas livres	4 004	4 045
Reservas	44 337	28 971

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de reavaliação bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Reserva de justo valor em associadas e empreendimentos conjuntos	1 614	1 502
Títulos de rendimento variável	6 903	3 680
Títulos de rendimento fixo	161	-10 163
Reserva de diferenças de câmbio	-3 657	-5 051
<i>Shadow accounting</i>	-1 570	-
Reservas de Reavaliação	3 451	-10 032

A reserva de reavaliação líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	1 318 912	662 366
Imparidade	-1 774	-5 753
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	1 317 138	656 613
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1 324 202	650 130
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	7 064	-6 483
Reserva de justo valor de empresas associadas	1 614	1 502
Impostos diferidos e correntes	-2 544	669
<i>Shadow accounting</i>	-1 570	-
Reserva de diferenças de câmbio	-3 657	-5 051
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	907	-9 363

O movimento da reserva de justo valor líquida, nos exercícios de 2016 e 2015, é como segue:

-milhares de euros)		
	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	-9 363	7 328
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	13 953	-21 501
Imparidade reconhecida no ano	1 100	-2 386
Variação de <i>shadow accounting</i>	-1 570	3 491
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-3 213	3 705
Saldo a 31 de Dezembro	907	-9 363

NOTA 27 – RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação atribuível aos acionistas da empresa mãe, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016	2015
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-4 401	29 415
Número de ações (final do exercício)	182 000 000	42 000 000
Resultados por Ação (em euros)	-0,02	0,70

NOTA 28 – DIVIDENDOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha como acionista único a sociedade Calm Eagle Holdings, S.à.r.l., pertencente ao Grupo Apollo, ao qual não foram pagos dividendos nos exercícios de 2016 e 2015, resultando, nos seguintes dividendos por ação:

	2016	2015
Dividendos (em milhares de euros)	-	-
Número de ações (início do exercício)	42 000 000	32 000 000
Dividendos por Ação (em euros)	-	-

NOTA 29 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em 15 de janeiro de 2015, o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à.r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista do Grupo, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF.

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Seguradoras Unidas, S.A., (i) empresas subsidiárias; (ii) as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Apollo; (iii) os membros do Conselho de Administração e dos órgãos fiscalização; e, (iv) fundo de pensões. Para além dos membros do Conselho de Administração são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes a gestão de seguros do ramo saúde, consultadoria e serviços médicos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o montante global dos ativos e passivos do Grupo que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2016				2015			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	2 019	1 030	3 608	193	421	5 631	9 249	132
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	568	-	-	-	131	-
APOLLO MANAGEMENT HOLDINGS, LLP	-	-	317	-	-	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT VIII, LP	-	-	500	-	-	-	159	-
CALM EAGLE HOLDINGS	6 326	-	-	-	20 230	-	-	-
ESUMÉDICA	32	8	750	-	36	7	896	30
EUROP ASSISTANCE	-	158	-	1 833	-	-	-	2 021
GNB SEGUROS	-	-	-	1 375	-	-	-	2 122
	8 377	1 196	5 743	3 401	20 687	5 638	10 435	4 305

Em 2015 registaram-se ainda os seguintes factos significativos com partes relacionadas:

- (2015) Mais-valia na alienação à Calm Eagle Holdings S.à.r.l da participação que o Grupo detinha na AdvanceCare – Gestão de Serviços de Saúde, S.A. (AdvanceCare) (33,8 milhões de euros);
- (2015) Mais-valia na alienação à AdvanceCare da participação detida pelo Grupo na Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. (0,8 milhões de euros).

Relativamente aos outros benefícios a empregados, ver informação divulgada na Nota 22.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 foi registado um custo com um seguro de responsabilidade civil para as funções do Conselho de Administração no valor de 200 milhares de euros, em ambos os anos.

NOTA 30 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 - COMPROMISSOS

Tal como mencionado anteriormente nas Notas 9 e 13, em dezembro de 2016 foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda da maioria dos imóveis detidos pelo Grupo e pelo Fundo de Pensões da empresa mãe do Grupo bem como de fundos imobiliários participados pela mesma, nomeadamente Imoprime e Imocrescente.

No âmbito do contrato celebrado o Grupo assumiu o compromisso e garantia de pagamento de uma indemnização máxima de 15% do preço do portfólio dos imóveis alienados, caso se verifique desconformidade quanto às declarações e garantias prestadas pelo Grupo das quais se destacam: (i) inexistência de defeitos estruturais ou de construção, (ii) licenciamento dos imóveis, (iii) inexistência de litígios, dívidas ou compromissos com terceiros, e (iv) propriedade dos imóveis alienados. Em 31 de dezembro de 2016 esta possível contingência poderá assumir o valor máximo de 18 743 milhares de euros.

O Grupo detém também uma opção de compra de 2% do capital da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., que a efetivar-se alterará a participação para 51% do capital e direitos de votos desta entidade, estando todo o processo condicionado à autorização prévia pelas autoridades angolanas competentes.

O Grupo detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte e detinha até 31 de dezembro de 2015 contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2016	2015
Ativos tangíveis (valor bruto)	11 171	11 341
Amortizações acumuladas	-11 171	-11 323
Ativos Tangíveis (Valor Líquido)	-	18
Credores - Fornecedores de Bens	-	23

A maturidade das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

	(milhares de euros)		
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	394	960	1 148

NOTA 32 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Com o objetivo de aumento de quota de mercado e captação de sinergias, em 5 de agosto de 2016 a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. adquiriu 100% da Açoreana Seguros, S.A., que com data efeito de 30 de dezembro de 2016 foi fusionada com a própria Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e a Seguros LOGO, S.A., na agora denominada Seguradoras Unidas, S.A..

Em conformidade com a “IFRS 3 - Concentrações em atividades empresariais” e decorrente da diferença positiva entre o custo da aquisição da Açoreana Seguros, S.A. e a alocação do justo valor atribuível aos ativos e passivos na data de aquisição foi gerado um *goodwill* no montante de 65 981 milhares de euros suportado, como segue:

	(milhares de euros)		
	Valor Balanço	Justo Valor	Ajustamento
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12 392	12 392	-
Ativos disponíveis para venda	689 118	689 168	50
Terrenos e edifícios de uso próprio	33 691	33 691	-
Terrenos e edifícios de rendimento	40 327	40 327	-
Ativos por benefícios pós-emprego	2 478	2 478	-
Ativos tangíveis	1 360	1 360	-
Ativos intangíveis	3 304	8 896	5 592
Impostos diferidos ativos	34 907	52 284	17 377
Outros ativos	77 025	77 025	-
Ativo	894 603	917 622	23 019
Provisões técnicas	808 935	908 688	99 753
Passivos subordinados	8 540	8 540	-
Outros passivos	58 641	58 569	-72
Passivo	876 116	975 797	99 681
Capitais Próprios	18 487	-58 175	-76 662
Interesses minoritários*	682	682	-
Capitais Próprios Atribuíveis	17 805	-58 857	-76 662
Custo de aquisição		7 124	
Goodwill		65 981	

* Minoritários das participações GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, S.A. e CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes, S.A. detidas pela Açoreana.

O *goodwill* apurado deveu-se essencialmente à contabilização pelo justo valor das provisões matemáticas de acidentes de trabalho e vida financeiros, através do desconto dos *cash-flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (“EIOPA”) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de Solvência II.

A contabilização deste ativo (*Goodwill*) é consubstanciada pela captação de sinergias decorrentes do aumento da dimensão da Companhia, bem como pela fusão operacional da Açoreana Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A..

A variação de 17 377 milhares de euros na rubrica de impostos diferidos corresponde à componente de imposto resultante dos ajustamentos efetuados para o justo valor. A rubrica de outros ativos inclui essencialmente ativos ao custo amortizado líquidos de imparidade. Para estes itens considerou-se que o seu valor líquido contabilístico a melhor estimativa para o justo valor tendo em consideração a sua maturidade e recuperabilidade, como segue:

(milhares de euros)

	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Caixa e bancos	8 895	-	8 895
Contas a receber por operações de seguro directo	39 729	-6 134	33 595
Contas a receber por outras operações de resseguro	4 943	-1 059	3 884
Contas a receber por outras operações	18 180	-15 679	2 501
Empréstimos e contas a receber	1 306	-	1 306
Provisões técnicas de resseguro cedido	23 877	-	23 877
Ativos por impostos correntes	992	-	992
Outros	1 974	-	1 974
Total de Outros Ativos	99 897	-22 872	77 025

Importa referir que no âmbito desta transação, foram incorporados por via de aumento de capital 28 637 milhares de euros, respeitantes a dívida subordinada detida pelos anteriores acionistas da Açoreana Seguros, S.A..

O custo de aquisição apresentado desagrega-se maioritariamente em: (i) 3,6 milhões de euros liquidado em dinheiro; (ii) 3,3 milhões de euros através da emissão de uma nota com maturidade em julho de 2018 e uma taxa de remuneração de 5%.

De referir ainda que, de forma natural, os aumentos de capital realizados na Açoreana Seguros, S.A., no montante de 61 300 milhares de euros, (incluindo 27 000 milhares de euros de capital não realizado), bem como as prestações acessórias no montante de 51 000 milhares de euros concedidas em 2016, foram eliminados no âmbito do processo de consolidação.

Os resultados agora apresentados refletem os resultados da entidade adquirida desde 5 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

NOTA 33 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Em 24 de fevereiro de 2017, já após o encerramento contabilístico do exercício de 2016, foram celebradas as escrituras de venda da maior parte dos imóveis relativos aos dois contratos de promessa de compra e venda mencionados nas notas 9 e 11, tendo gerado uma valia contabilística positiva de 11 878 milhares de euros, que diz essencialmente respeito ao impacto da alienação do imóvel de uso próprio (edifício sede).

No caso dos imóveis de rendimento, os mesmos foram avaliados em 2016 de acordo com os valores descritos nos contratos de promessa de compra e venda, deduzidos dos eventuais custos de alienação, pelo que o impacto da venda já se encontrava reconhecido nas demonstrações financeiras de 2016.

De referir ainda que, na sequência do reconhecimento do estatuto de empresa em reestruturação pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade

e Segurança Social, a Seguradoras Unidas S.A. decidiu avançar com um plano de rescisões amigáveis que visa estabelecer um acordo de saída voluntária dirigido aos colaboradores interessados, e cujo custo final dependerá do grau de adesão, ainda incerto a esta data.

Este processo tem o objetivo de adequar e redimensionar a empresa para responder aos desafios da solidez, competitividade e sustentabilidade financeira, preparando-a para enfrentar as novas condições de mercado.

NOTA 34 – OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) – Planos de benefício definido: contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Grupo não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

- **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting):**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais:**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa:**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo:**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- **IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada:**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão:**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

(ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- **IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: Contratos de serviços prestados:**

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- **IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas:**

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros - não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- **IAS 19 – Benefícios dos empregados: Taxa de desconto: Emissão mercado regional:**

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- **IAS 34 – Relato financeiro intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar":**

As alterações esclarecem que "outras divulgações" exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Grupo não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

O Grupo não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

- **IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas: alterações no método de disposição:**

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de "detido para venda" para "detido para distribuição aos proprietários"

O Grupo não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis ao Grupo.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

O Grupo não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o

instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”),

a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades de algumas entidades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Grupo encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo

IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável ao Grupo.

IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e contra-prestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O Grupo não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 - Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
CNB SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	11,48	8 610 631,79
EUROPE ASSISTANCE	705 000			5,99	4 221 800,00	26,45	18 645 141,58
Subtotal	1 455 000	0,00			7 980 468,00	37,93	27 255 773,37
Subtotal	1 455 000	0,00			7 980 468,00	37,93	27 255 773,37
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV	2			1,00	2,00	1,00	2,00
Subtotal	2	0,00			2,00	1,00	2,00
Subtotal	2	0,00			2,00	1,00	2,00
Total	1 455 002	0,00			7 980 470,00	38,93	27 255 775,37
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,10	30 696,00
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	4,15	583 543,66
BANIF SGPS old	6 454 651 167			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	247,87	49 077,37
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	1 924,60	76 983,97
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	1,72	95 632,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	12,65	94 845,30
B.P.G. SA	10 472			2,09	21 905,33	2,09	21 905,33
IMOVALORSII	90 000			0,00	0,00	0,00	0,00
LUSITANIA GASCOMP GAS DO CENTRO	595			2,80	1 666,54	2,80	1 666,54
NORMA ACORES	4 000			35,77	143 082,80	35,77	143 082,80
NOS ACORES	13 936			24,65	343 497,32	24,65	343 497,32
NOS MADEIRA	17 314			62,39	1 080 220,46	56,16	972 354,24
Portugal Capital Ventures S.C.R. S.A.	2 525			6,06	15 300,49	6,06	15 300,49
S.N.I.SOC NAC IMOBILIARIA SA	7 500			0,00	0,00	0,00	0,00
SOCIEDADE PORTUGUESA EMPREENDIMENTOS	4 441			0,13	576,89	0,13	576,89
AUDATEX PORTUGAL	150			301,47	45 220,35	301,47	45 220,35
Subtotal	6 455 323 944	0,00			3 036 871,88		2 474 383,26
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES LOGISTICA	80 000			5,00	400 000,00	3,10	247 888,00
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	3 500			567,04	1 984 641,61	706,32	2 472 135,36
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	200 000 000			0,01	1 800 000,00	0,01	1 740 000,00
EXPLORER II	113			8 758,03	987 704,65	12 749,55	1 437 856,00
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	10 075			997,11	10 045 409,87	1 571,73	15 834 416,60
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	2 400			0,00	0,00	0,00	0,00
BANIF IMOGEST	257 879			21,91	5 650 696,22	17,96	4 632 615,72
LUSO CARBON FUND	10			10 657,95	106 579,53	10 454,30	104 542,98
SC1 Classe A Fundo Capital Risco	1 000 000			0,77	772 572,72	0,71	713 190,00
Subtotal	201 353 976	0,00			21 747 604,60		27 182 644,66
Subtotal	6 656 677 920	0,00			24 784 476,48		29 657 027,92

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PORT OT 4.75% 06/14/19		1 000 000,00	110,02%	110,5%	1 105 320,00	112,6%	1 126 187,40
PT OT 2.875% 10/25/25		680 000,00	94,95%	101,0%	686 949,60	95,6%	649 750,24
PT OT 4.45% 06/15/18		1 100 000,00	106,34%	107,4%	1 181 477,00	108,8%	1 196 438,81
PT OT 4.8% 06/15/20		5 000 000,00	111,55%	112,6%	5 631 300,00	114,2%	5 708 299,31
PT OT 4.95% 10/25/23		5 250 000,00	111,53%	116,0%	6 090 472,50	112,4%	5 902 870,58
PT OT 5.65% 02/15/24		1 750 000,00	114,53%	120,1%	2 101 627,50	119,5%	2 090 775,59
O.T. Fev 3.875% /15-02-2030		1 300 000,00	95,89%	106,3%	1 382 316,00	99,3%	1 290 561,71
BT 0% 09/22/17		50 000,00	100,01%	100,0%	50 007,08	100,0%	50 005,00
Subtotal	0	16 130 000,00			18 229 469,68		18 014 888,64
2.1.2.3 - De outros emissores							
BCP FINANCE VAR 49-14		1 500 000,00	43,40%	52,7%	790 500,00	43,4%	651 000,00
BRISA 1.875% 04/25		3 200 000,00	97,80%	102,7%	3 287 096,00	99,1%	3 169 841,98
BRISA 3.875% 04/21		1 200 000,00	113,10%	116,0%	1 391 532,00	116,0%	1 392 082,86
BRISA 6.875% 04/18		3 100 000,00	108,21%	111,0%	3 440 380,00	113,4%	3 513 915,82
EDP FINANCE 2.625% 01/22		2 000 000,00	105,60%	108,7%	2 174 800,00	108,1%	2 161 918,03
EDP FINANCE 4.125% 01/21		500 000,00	112,00%	114,5%	572 500,00	115,9%	579 497,95
EDP FINANCE 4.875% 09/20		2 500 000,00	114,20%	116,5%	2 912 500,00	115,6%	2 891 061,65
EDP FINANCE 5.75% 09/17		600 000,00	104,20%	106,3%	637 626,00	105,8%	634 746,58
GALP ENERGIA 3% 01/14/21		5 000 000,00	104,79%	104,4%	5 220 650,00	107,7%	5 383 712,30
GALP ENERGIA 4.125% 01/19		1 100 000,00	106,62%	107,2%	1 178 802,00	110,5%	1 215 139,62
MOTA ENGL 5.5% 04/19		1 800 000,00	96,25%	92,0%	1 656 000,00	97,3%	1 751 750,00
REN FINANCE 4.75%		2 400 000,00	115,00%	117,9%	2 829 000,00	116,0%	2 783 784,98
REN FINANCE BV 2.5% 02/25		2 450 000,00	104,20%	109,6%	2 684 570,00	106,4%	2 606 929,46
VERSE 1 SNR 4.172% 16/02/17		195 374,87	100,33%	100,0%	195 374,87	100,5%	196 336,59
BANIF 09/19 TV 30/06/2019		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.G.D. TV CMS Cap-Floor/05-08-2021		1 000 000,00	80,00%	80,0%	800 000,00	82,0%	820 273,98
E.D.P. 5.375%/16-09-2075		1 500 000,00	104,31%	101,6%	1 524 150,00	108,6%	1 628 708,22
EDP FINANCE 2% 04/22/25		2 150 000,00	98,35%	104,4%	2 245 524,50	99,7%	2 144 330,48
Rentiglobo SGPS 6.00%/20-06-2016		3 511 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Saudaçor TV /15-07-2020		900 000,00	99,91%	99,5%	895 770,00	101,2%	911 013,03
Semapa SGPS TV /17-04-2019		5 000,00	102,25%	101,5%	5 075,00	102,9%	5 144,23
Semapa TV /30-11-2020		1 000 000,00	101,50%	101,5%	1 015 000,00	101,7%	1 017 437,81
A. GAUDENCIO TF 25/05/1995		49 900,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BCP FINANCE 05/49 TF/TV 4,239% 13/10/2049 CALL 2015		3 000 000,00	42,00%	43,0%	1 290 000,00	42,0%	1 260 000,00
FNAC INVEST 22/05/1995		24 950,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
GEOFINANÇA 1E 21/05/1995		34 530,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Subtotal	0,00	45 720 754,87			36 746 850,37		36 718 625,57
Subtotal	0	61 850 754,87			54 976 320,05		54 733 514,21
Total	6 656 677 920	61 850 754,87			79 760 796,53		84 390 542,13
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
AXA	50 400			24,87	1 253 404,42	23,98	1 208 592,00
ALLIANZ AG	7 796			160,01	1 247 470,60	156,55	1 220 463,80
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	279 000			4,54	1 265 591,91	4,95	1 381 608,01
BASF SE	18 250			69,12	1 261 528,66	87,96	1 605 270,00
BAYERISCHE MOTOREN WERKE	13 000			96,59	1 255 635,81	88,73	1 153 490,00
BNP PARIBAS	23 755			53,00	1 258 905,12	60,38	1 434 326,90
CINTRA CONCESIONES INFRA TRANSP	25 760			18,11	466 578,00	17,00	437 791,20
DAIMLER CHRYSLER AG	16 500			76,13	1 256 121,70	70,59	1 164 735,00
MUENCHENER RUECKVER AG	6 940			183,13	1 270 948,39	178,95	1 241 913,00
PUBLICIS GROUP	20 500			60,37	1 237 653,50	65,55	1 343 775,00
RENAULT SA	13 590			92,13	1 252 077,75	84,51	1 148 490,90
ROYAL DUTCH PETROLEUM COMPANY	61 500			20,28	1 247 370,02	25,99	1 598 077,51
SCHNEIDER ELECTRIC SA	23 960			52,32	1 253 486,34	65,98	1 580 880,80
SIEMENS AG	14 400			87,81	1 264 442,22	116,33	1 675 080,00
SOCIETE GENERALE	29 300			42,83	1 254 975,75	46,62	1 365 966,00
UNILEVER NV-CVA	31 700			38,79	1 229 519,58	39,11	1 239 787,00
NCG BANCO NC	185 838			0,50	92 919,00	0,73	135 661,74
Subtotal	822 189	0,00			19 368 628,77		20 935 908,86

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DBX S&P 500 EUR UCITS ETF	139 490			31,80	4 435 394,80	34,97	4 877 965,30
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	89 153			11,97	1 066 990,08	14,38	1 282 015,11
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	56 580			9,88	559 092,25	14,40	814 753,30
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	25 345			10,42	264 039,06	14,99	379 922,30
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	7 471			21,23	158 585,30	31,96	238 783,71
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	11 243			20,31	228 326,90	32,03	360 111,69
FIDELITY TARGET 2045 ACÇÕES	39			12,77	499,95	13,43	525,78
FIDELITY TARGET 2050 ACÇÕES	83			12,12	1 009,91	13,44	1 119,55
INCOMETRIC FUND	871 447			5,74	5 000 025,00	6,15	5 359 400,80
ISHARES EURO CORP EX-FIN 1-5	676 088			110,42	74 654 552,85	110,19	74 498 136,72
ISHARES EURO ULTRASHORT BOND	201 109			100,44	20 198 455,45	100,48	20 207 432,32
ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	372 159			106,44	39 614 420,86	104,42	38 860 842,78
Aberdeen GlobalIMManager World Equity Fund A-2	47 275			15,80	747 002,04	16,83	795 791,73
Aris EuroDefensive HF Fund	44			174,24	7 744,45	214,13	9 517,57
ISHARES CORE EURO CORP BOND	26 390			131,68	3 474 993,99	130,03	3 431 491,70
ISHARES EURO CORP EX-FINCL	58 150			119,38	6 941 751,71	117,56	6 836 114,00
ISHARES EURO GOVT 15-30 YR	64 521			252,95	16 320 290,32	232,12	14 976 614,52
ISHARES EURO HY CORP	255 424			105,13	26 853 910,69	106,40	27 177 113,60
ISHARES JPM USD EM BND EURH	57 156			106,05	6 061 228,93	98,80	5 647 012,80
ES TRADING FUND	20 000			104,80	2 096 000,00	123,40	2 468 000,00
Dublin Real Estate Fund Class ID	2 000 000			1,44	2 872 220,00	1,42	2 838 860,00
	Subtotal	4 979 168	0,00		211 556 534,54		211 061 525,28
	Subtotal	5 801 357	0,00		230 925 163,31		231 997 434,14
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
B.T.P.S. ITALIA 04/24 TF 5,125% 31-07-2024	3 500 000,00	125,04%	130,3%	4 559 450,00	127,2%	4 451 590,07	
B.T.P.S. ITALIA 08/19 TF 4,5% 01/03/2019	4 000 000,00	109,88%	111,7%	4 467 160,00	111,4%	4 454 540,00	
B.T.P.S. ITALIA 09/20 TF 4,25% 01/03/2020	10 500 000,00	112,92%	114,9%	12 066 180,00	114,3%	12 004 005,42	
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2018	400 000,00	105,08%	106,9%	427 472,00	106,9%	427 786,00	
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2020	630 000,00	113,38%	115,5%	727 448,40	115,2%	726 046,65	
B.T.P.S. Italia 2.00% /01-12-2025	2 000 000,00	102,75%	107,8%	2 155 741,50	102,9%	2 058 262,24	
B.T.P.S. Italia 3.50%/01-03-2030	680 000,00	115,87%	125,1%	850 659,60	117,0%	795 796,82	
B.T.P.S. Italia 4.50% /01-08-2018	6 400 000,00	107,40%	109,1%	6 980 224,00	109,3%	6 992 480,00	
B.T.P.S. Italia 4.75% /01-09-2021	2 500 000,00	119,28%	122,4%	3 059 000,00	120,8%	3 021 203,48	
B.T.P.S. Italia 5,50%/01-09-2022	1 050 000,00	125,56%	129,5%	1 359 999,90	127,4%	1 337 448,58	
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 5.85% 01/22	8 300 000,00	127,44%	130,5%	10 835 152,00	132,8%	11 022 193,17	
BTPS 3.75% 09/24	6 970 000,00	116,86%	121,8%	8 488 344,80	118,1%	8 231 750,03	
BTPS 4.5% 03/01/26	600 000,00	123,48%	130,6%	783 612,00	125,0%	749 799,00	
BTPS 4.5% 03/24	1 800 000,00	121,87%	126,8%	2 281 986,00	123,4%	2 220 435,00	
BTPS 4.5% 05/23	3 900 000,00	120,99%	125,4%	4 888 845,00	121,7%	4 747 216,50	
BTPS 5.5% 11/22	3 620 000,00	125,85%	130,2%	4 712 154,00	126,8%	4 588 545,07	
Belgium Kingdom 4.00%/28-03-2022	3 200 000,00	122,97%	125,5%	4 014 400,00	126,0%	4 032 530,42	
Bonos Spanish 4,6% 30/07/2019	3 700 000,00	112,10%	113,9%	4 214 152,00	114,0%	4 219 621,41	
Bonos Spanish 4,85% 31/10/2020	11 650 000,00	118,01%	120,4%	14 024 852,50	118,8%	13 842 943,33	
Bonos Spanish 5.15% /31-10-2028	4 231 000,00	138,92%	144,2%	6 100 128,88	139,8%	5 914 036,15	
Bonos Spanish 5.50% /30-04-2021	4 350 000,00	122,76%	125,5%	5 461 207,50	126,5%	5 500 608,95	
Bund Deutschland 4.75% /04-07-2028	2 900 000,00	149,82%	158,9%	4 609 231,00	152,2%	4 412 769,51	
Bund Deutschland 4.75% /04-07-2034	500 000,00	168,85%	182,9%	914 630,00	171,2%	855 977,33	
Finnish Gov. 3.875% /15-09-2017	500 000,00	103,26%	105,0%	525 075,00	104,4%	521 999,80	
IRISH GOVT 0.8% 03/22	2 000 000,00	104,78%	103,5%	2 069 700,00	105,4%	2 108 356,16	
IRISH GOVT 5% 10/18/20	1 250 000,00	120,98%	122,4%	1 530 525,00	122,0%	1 524 933,73	
IRISH GOVT 5.92% 05/42	5 687 348,24	167,43%	158,6%	9 018 842,28	171,1%	9 729 990,16	
Irish Treasury Gov. 4.40%/18-06-2019	1 150 000,00	112,31%	114,0%	1 311 172,50	114,7%	1 318 679,01	
Irish Treasury Gov. 4.50% /18-04-2020	670 000,00	116,39%	118,1%	791 276,70	119,6%	801 068,70	
Netherlands Gov. 3.75%/15-01-2023	5 000 000,00	124,61%	127,3%	6 365 100,00	128,2%	6 410 515,57	
O.A.T. 3.75%/25-04-2021	4 500 000,00	117,87%	120,0%	5 398 830,00	120,4%	5 419 597,19	
O.A.T. 4.00% /25-04-2055	1 000 000,00	165,78%	195,4%	1 953 510,00	168,5%	1 685 217,26	
O.A.T. 5.75% /25-10-2032	2 000 000,00	168,01%	183,8%	3 675 320,00	169,1%	3 381 249,60	
REPUBLIC OF ICELAND 2.5% 07/20	1 300 000,00	106,21%	99,7%	1 295 996,00	107,4%	1 395 712,95	
REPUBLIKA OF SLOVENIJA 1.50% 03/35	5 550 000,00	95,85%	86,8%	4 814 745,00	97,0%	5 383 488,59	

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
REPUBLIKA SLOVENIJA 4.625% 09/24		1 000 000,00	130,91%	131,5%	1 315 260,00	132,3%	1 323 428,49
Republic Austria 3.90% /15-07-2020		7 250 000,00	115,73%	117,6%	8 526 072,50	117,5%	8 521 559,63
Republic Austria 4.65% /15-01-2018		700 000,00	105,53%	107,6%	753 158,00	110,0%	769 932,98
Republic Austria 6.25% /15-07-2027		1 350 000,00	160,64%	168,4%	2 273 656,50	163,5%	2 207 706,78
Republica Slovakia 4%/27-04-2020		200 000,00	114,38%	116,2%	232 480,00	117,1%	234 199,62
Republica Slovenia 4.125%/26-01-2020		3 000 000,00	112,99%	114,9%	3 446 100,00	116,8%	3 504 569,02
Republica Slovenia 4.375%/18-01-2021		1 000 000,00	117,30%	119,5%	1 195 000,00	121,5%	1 214 548,36
SPANISH GOV 4% 04/30/20		3 150 000,00	113,12%	114,9%	3 619 854,00	115,8%	3 647 949,85
SPANISH GOVT 1.95% 07/30		6 900 000,00	101,76%	104,7%	7 227 705,00	102,6%	7 078 209,06
SPANISH GOVT 2.1% 04/30/17		2 000 000,00	100,82%	102,3%	2 046 400,00	102,2%	2 044 591,78
SPANISH GOVT 2.15% 10/25		2 980 000,00	107,58%	110,3%	3 288 088,15	107,9%	3 216 680,98
SPANISH GOVT 2.75% 10/24		2 720 000,00	112,69%	115,3%	3 136 568,00	113,1%	3 077 532,84
SPANISH GOVT 5.4% 01/31/23		1 550 000,00	128,42%	131,7%	2 041 505,00	133,4%	2 067 105,16
SPGB 4.2% 01/31/37		2 200 000,00	132,20%	124,9%	2 748 680,00	136,0%	2 992 973,77
SPGB 4.4% 10/31/23		3 920 000,00	123,81%	126,9%	4 976 400,80	124,5%	4 882 216,62
SPGB 4.9% 07/30/40		4 400 000,00	144,81%	151,9%	6 681 450,00	146,9%	6 462 385,47
SPGB 5.15% 10/31/44		1 700 000,00	150,78%	144,5%	2 456 500,00	151,6%	2 577 806,64
SPGB 5.9% 07/30/26		550 000,00	140,47%	139,1%	765 215,00	143,0%	786 248,74
SPGB 6% 01/31/29		4 000 000,00	148,00%	144,5%	5 778 800,00	153,5%	6 139 472,12
SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/18		7 000 000,00	101,37%	102,3%	7 160 500,00	102,2%	7 151 822,16
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24		1 300 000,00	97,63%	99,5%	1 293 318,00	99,0%	1 286 488,01
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/26		15 122 700,00	104,29%	103,8%	15 695 619,13	104,8%	15 850 710,93
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/31		7 701 400,00	100,08%	100,3%	7 724 352,40	100,6%	7 748 149,60
BELGIUM KINGDOM 4.25% 09/28/21		600 000,00	122,27%	122,1%	732 823,00	123,4%	740 187,12
BELGIUM KINGDOM 5% 03/28/35		7 610 000,00	165,16%	165,2%	12 570 394,42	169,0%	12 858 481,48
BOTS 0% 05/12/17		50 000,00	100,10%	100,1%	50 067,50	100,1%	50 052,00
BTPS 0.65% 11/01/20		50 000,00	101,59%	101,5%	50 770,00	101,7%	50 848,42
BTPS 5% 03/01/25		9 282 000,00	126,88%	132,9%	12 332 343,66	128,5%	11 930 319,60
BUNDES 0% 08/10/21		3 680 000,00	102,62%	102,1%	3 755 690,00	102,6%	3 776 416,00
BUNDES 0% 15/08/26		77 540 900,00	98,15%	97,5%	75 611 112,05	98,1%	76 103 291,71
BUNDES 4% 01/04/37		37 350 000,00	161,38%	160,5%	59 933 490,05	165,3%	61 751 608,14
BUNDES 5.5% 01/04/31		21 337 400,00	168,37%	168,4%	35 939 350,86	173,8%	37 086 724,99
FRANCE GOVT 0% 05/25/22		2 940 000,00	100,67%	100,4%	2 950 866,20	100,7%	2 959 756,80
FRANCE GOVT 0.25% 25/11/26		60 714 300,00	95,91%	95,6%	58 016 970,30	95,9%	58 243 627,21
FRANCE GOVT 1.25% 05/25/36		47 400 000,00	98,63%	98,6%	46 744 999,21	99,4%	47 106 795,30
FRANCE GOVT 1.5% 05/25/31		26 565 100,00	105,87%	106,3%	28 229 917,54	106,8%	28 363 586,39
FRENCH T BILL 0% 03/08/17		2 800 000,00	100,15%	100,2%	2 805 318,42	100,1%	2 804 144,00
GERMAN T BILL 0% 05/24/17		7 500 000,00	100,30%	100,4%	7 531 125,00	100,3%	7 522 725,00
I.C.O. 4.375%/10-05-2019		750 000,00	110,56%	112,2%	841 290,00	113,3%	849 426,88
NETHERLANDS GOVT 0% 01/15/22		820 000,00	101,88%	101,5%	831 937,80	101,9%	835 448,80
NETHERLANDS GOVT 0% 04/15/18		50 000,00	100,93%	101,0%	50 485,00	100,9%	50 464,00
NETHERLANDS GOVT 0.5% 15/07/2026		17 309 700,00	101,48%	100,9%	17 473 159,64	101,7%	17 606 649,10
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/15/33		6 617 900,00	127,57%	127,9%	8 466 963,60	130,0%	8 601 320,44
NETHERLANDS GOVT 4% 01/15/37		8 780 000,00	159,72%	159,0%	13 956 385,01	163,6%	14 360 222,56
REPUBLIC OF AUSTRI 2.4% 05/23/34		3 430 000,00	124,11%	124,4%	4 266 617,00	125,6%	4 307 110,20
REPUBLIC OF AUSTRI 4.15% 03/15/37		4 460 000,00	157,57%	157,0%	7 003 085,36	160,9%	7 175 008,50
REPUBLIC OF AUSTRIA 0.75% 10/20/2026		8 538 000,00	103,19%	102,5%	8 754 635,21	103,3%	8 823 079,14
REPUBLIC OF AUSTRIA 3.5% 09/15/21		350 000,00	118,37%	118,3%	413 953,50	119,4%	417 879,09
REPUBLIC OF PERU 2.75% 01/30/26		1 500 000,00	108,00%	110,6%	1 659 000,00	110,5%	1 657 868,85
REPUBLIC OF POLAND 4% 03/23/21		2 000 000,00	115,71%	118,2%	2 364 000,00	118,8%	2 376 207,40
REPUBLIC OF TURKEY 5.125% 05/18/20		750 000,00	107,75%	109,2%	818 625,00	110,9%	832 029,97
REPUBLIKA SLOVENIJA 1.75% 11/03/40		5 000 000,00	97,68%	97,7%	4 884 692,58	98,0%	4 897 754,11
Republic Austria TV CMS Floor/28-07-2025		1 000 000,00	105,13%	106,5%	1 064 600,00	105,6%	1 055 573,97
Republic Poland 4.2% /15-04-2020		1 000 000,00	113,25%	115,5%	1 155 000,00	116,2%	1 162 417,81
SPGB 0.75% 07/30/21		50 000,00	102,19%	102,6%	51 275,00	102,5%	51 250,72
DEUTSCHLAND REP 5.625% 98-04/01/2028		5 000 000,00	158,42%	159,9%	7 995 100,00	163,6%	8 178 138,54
DEUTSCHLAND REP 5.5% 00-04/01/2031		4 500 000,00	169,31%	171,1%	7 697 385,00	174,1%	7 833 228,00
DEUTSCHLAND REP 5.5% 00-04/01/2031		500 000,00	169,31%	168,2%	840 930,00	174,1%	870 358,67
DEUTSCHLAND REP 0% 16-15/08/2026		2 000 000,00	98,40%	98,5%	1 969 160,00	98,2%	1 963 330,00
US TREASURY N/B 1.5% 16-15/08/2026		500 000,00	91,59%	92,9%	433 137,30	87,7%	438 658,57
Obrigações BT Mozambique		573 599,00	100,00%	1,00	573 599,00	1,00	573 599,00
Subtotal	0	580 581 347,24			681 935 060,25		687 340 270,94

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
FINMECCANICA FIN. 03/18 TF 5,75% 12/12/2018		570 000,00	110,55%	112,6%	641 962,50	110,9%	631 852,50
FLOWERVE CORPORATION 1.25% 03/17/22		2 500 000,00	99,81%	99,3%	2 483 400,00	100,8%	2 519 968,15
Fortis TV CMS Floor /05-12-2017		900 000,00	103,58%	106,5%	958 500,00	103,9%	935 309,00
GAS NATURAL 5.625% 02/17		100 000,00	100,58%	103,0%	102 959,00	105,6%	105 594,25
GAS NATURAL FENOSA 2.875% 03/24		1 000 000,00	113,56%	99,7%	997 340,00	115,9%	1 158 786,30
GAZPROM 3.6% 02/26/21		1 000 000,00	105,50%	103,3%	1 032 500,00	108,5%	1 085 393,44
GDF SUEZ 1% 03/13/26		2 400 000,00	100,25%	99,2%	2 381 664,00	101,1%	2 425 337,76
GENERAL ELECTRIC FLOAT 05/28/20		300 000,00	100,17%	100,0%	300 000,00	100,2%	300 507,00
GENERAL MOTORS FINANCIAL 1.875% 10/15/19		500 000,00	103,86%	99,9%	499 410,00	104,3%	521 282,74
GIE PSA TRESORERIE 03/33 TF 6% 19/09/2033		1 500 000,00	118,62%	122,5%	1 837 500,00	120,3%	1 804 742,26
GOLDMAN SACHS GROUP 1.375% 07/26/22		1 050 000,00	103,22%	99,2%	1 041 967,50	103,8%	1 090 017,65
GROUPAMA SA 7.875% 10/27/39		3 500 000,00	106,86%	107,8%	3 771 250,00	108,3%	3 789 008,90
HEIDELBERGCEMENT FIN 9,5% 12/15/18		1 500 000,00	118,36%	121,6%	1 824 375,00	118,8%	1 781 292,50
HSBC 5.25% 12/29/49		1 000 000,00	98,50%	95,8%	957 500,00	100,0%	1 000 246,58
HUTCHISON 1.375% 10/21		500 000,00	103,36%	99,7%	498 740,00	103,6%	517 948,97
I.N.G. Bank 5.25% /07-06-2019		500 000,00	111,27%	114,0%	570 155,00	114,3%	571 256,99
IBERDROLA 2.5% 10/22		1 000 000,00	110,74%	99,7%	997 200,00	111,2%	1 112 077,53
IBERDROLA FIN 4.125% 03/20		2 000 000,00	112,65%	115,2%	2 303 040,00	115,9%	2 317 005,76
IBM CORP 1.25% 05/26/23		2 000 000,00	104,58%	99,8%	1 995 560,00	105,3%	2 106 540,00
INTESA SANPAOLO 1.125% 01/20		1 000 000,00	101,29%	99,4%	994 460,00	102,4%	1 023 729,67
INTESA SANPAOLO 1.125% 03/22		500 000,00	100,23%	99,6%	498 195,00	101,2%	505 784,11
INTESA SANPAOLO 2.25% 11/22/17		4 200 000,00	101,56%	103,5%	4 344 900,00	101,6%	4 265 688,00
ITALCEMENTI FINANCE 6.625% 03/20		2 500 000,00	115,58%	119,3%	2 982 225,00	120,8%	3 019 606,17
JP MORGAN CHASE 1.5% 01/27/25		1 000 000,00	103,06%	99,9%	999 450,00	104,4%	1 044 483,44
KELLOGG CO 1.25% 03/10/25		1 500 000,00	100,18%	100,0%	1 499 295,00	101,2%	1 517 965,48
LA POSTE 03/23 TF 4,375% 26/06/2023		1 500 000,00	124,68%	128,3%	1 924 305,00	126,9%	1 904 001,37
Landbk Baden-Wuerttemberg 6.00% Put /15-06-2020		1 000 000,00	116,77%	118,7%	1 187 090,00	120,0%	1 200 190,00
Landbk Sachsen Giro 6.195% /21-05-2031		1 000 000,00	140,31%	146,4%	1 464 160,00	144,1%	1 440 796,25
MACQUARIE BANK 1% 09/16/19		200 000,00	102,56%	100,0%	200 000,00	102,8%	205 694,82
MAPFRE SA 5.921% 07/24/37		2 200 000,00	101,67%	104,9%	2 307 250,00	104,3%	2 293 775,15
METRO AG 1.5% 03/25		500 000,00	98,46%	99,8%	499 170,00	99,6%	498 202,26
MOODY'S CORP 1.75% 03/27-26		1 000 000,00	101,68%	99,0%	990 430,00	103,1%	1 031 019,72
MORGAN STANLEY 1.75% 01/30/25		1 000 000,00	103,37%	99,8%	998 090,00	105,0%	1 049 805,57
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		400 000,00	121,68%	122,0%	488 000,00	125,4%	501 728,00
Merrill Lynch & Co TV Floor /28-05-2019		500 000,00	106,38%	107,3%	536 250,00	108,9%	544 508,56
NATIONAL GRID NA INC 0.75% 02/22		1 000 000,00	101,41%	99,3%	993 230,00	102,1%	1 020 709,34
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.25% 03/25		1 000 000,00	101,52%	99,9%	999 160,00	102,6%	1 025 616,71
OBRASCON HUARTE LAIN 4.75% 03/15/22		200 000,00	72,75%	70,0%	140 020,00	74,1%	148 284,93
PETROBRAS 5.875% 03/22		1 500 000,00	105,85%	97,5%	1 462 500,00	110,7%	1 659 940,07
PETROLEOS MEXICANOS 5.5% 01/17		1 000 000,00	99,93%	108,5%	1 085 000,00	105,3%	1 052 937,54
PEUGEOT 6.5% 01/19		3 180 000,00	113,15%	114,8%	3 649 050,00	119,3%	3 794 704,44
PGE SWEDEN 1.625%		1 100 000,00	102,85%	99,5%	1 093 994,00	103,8%	1 141 378,38
POHJOLA BANK PLC 0.75% 03/22		500 000,00	102,17%	99,7%	498 270,00	102,8%	513 938,01
PPG INDUSTRIES 1.4% 03/13/27		1 000 000,00	100,66%	98,6%	986 280,00	101,8%	1 017 798,36
PROLOGIS LP 1.375% 10/07/20		1 000 000,00	103,52%	99,8%	998 340,00	103,8%	1 038 382,05
R.B.S. TV CMS FLOOR /10-06-2019		500 000,00	105,75%	102,5%	512 500,00	108,4%	541 884,24
RABOBANK 2.5% 05/26/26		1 000 000,00	103,74%	103,8%	1 037 980,00	105,2%	1 052 430,00
RABOBANK 6.875% 03/19/20		6 300 000,00	117,88%	119,8%	7 544 570,00	123,3%	7 767 132,78
RABOBANK FLOAT 20		400 000,00	100,37%	100,0%	400 000,00	100,4%	401 496,00
RCI BANQUE 0.625% 03/20		2 000 000,00	100,82%	99,8%	1 996 660,00	101,3%	2 026 802,46
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		2 000 000,00	109,10%	99,4%	1 987 460,00	111,1%	2 222 212,88
REPSOL INTL FINANCE 4.875% 02/19		1 300 000,00	110,19%	112,0%	1 456 624,00	114,4%	1 487 226,21
ROYAL BANK OF SCOTLAND 3.625% 03/25/24		2 500 000,00	99,91%	99,1%	2 477 150,00	102,7%	2 567 418,84
SANTANDER CONSUMER BANK 0.625% 04/18		1 000 000,00	100,76%	99,9%	998 940,00	101,2%	1 011 946,44
SFR GROUP SA 5.375% 05/15/22		1 400 000,00	104,75%	103,5%	1 449 000,00	106,8%	1 494 718,76
SINOPEC GRP OVERSEA 2015 0.5% 04/18		1 500 000,00	100,54%	99,7%	1 495 740,00	100,9%	1 513 195,89
SMURFIT KAPPA ACQUISITIO 3.25% 06/01/21		2 000 000,00	107,40%	108,3%	2 165 440,00	107,7%	2 153 136,11
SOCIETE GENERALE 9.375% 09/29/49		2 000 000,00	118,82%	123,3%	2 465 000,00	121,9%	2 437 056,44
SODEXO 1.75% 01/24/2022		700 000,00	106,76%	99,9%	699 629,00	108,4%	758 773,72
STATE GRID EUROPE DEV 1.5% 01/22		1 000 000,00	102,81%	99,7%	997 360,00	104,2%	1 041 984,43
STORA ENSO OYJ 5.5% 03/19		4 200 000,00	110,75%	111,9%	4 699 506,00	115,3%	4 840 730,14
SVENSKA CELLULOSA 1.125% 03/25		1 000 000,00	99,57%	99,8%	997 650,00	100,5%	1 004 927,40
TDC 1.75% 02/27		500 000,00	96,96%	99,0%	495 195,00	98,4%	492 163,39
TELECOM ITALIA 3.25% 01/23		3 150 000,00	105,53%	108,9%	3 430 854,00	108,6%	3 422 094,59

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
TELECOM ITALIA 5.25% 02/22		3 800 000,00	116,15%	118,3%	4 493 500,00	120,8%	4 590 851,65
TELECOM ITALIA FIN SA 03/33 TF 7,75% 24/01/2033		500 000,00	128,06%	136,6%	682 925,00	135,3%	676 524,01
TELEFONICA 3.987% 23		600 000,00	117,59%	123,1%	738 378,00	121,3%	727 934,70
TELEKOM FINANZ 4% 04/04/22		1 400 000,00	118,06%	121,2%	1 697 388,00	121,0%	1 694 390,08
TEOLLISUUUDEN 2.125% 02/04/25		1 500 000,00	94,68%	99,3%	1 489 605,00	96,6%	1 448 951,85
TESCO CORP 1.375% 07/19		1 700 000,00	101,27%	99,7%	1 694 628,00	102,0%	1 733 309,52
TEVA PHARM FNC NL II 1.25% 23-22		2 000 000,00	99,52%	99,1%	1 981 180,00	100,5%	2 009 135,62
THYSENKRUPP AG 4% 08/27/18		2 000 000,00	105,49%	106,5%	2 130 380,00	106,9%	2 137 436,44
TS ENERGY ITALY 4.2% 30/06/2032		14 628 900,00	100,00%	100,0%	14 628 900,00	100,0%	14 628 900,00
TYCO INT FINANCE 1.375% 02/25/25		500 000,00	100,12%	99,8%	499 165,00	101,3%	506 428,09
UBS AG TFXV 4.75%/12-02-2026		3 000 000,00	107,40%	107,8%	3 232 500,00	111,6%	3 347 875,00
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		1 100 000,00	100,13%	99,7%	1 096 392,00	100,9%	1 110 186,00
Univ Politec Valencia 6.6%/15-12-2022		498 840,00	116,00%	116,0%	578 654,40	116,3%	580 097,62
VEOLIA Env. Call 18 4,45% 16/04/2048		3 000 000,00	104,30%	105,8%	3 172 500,00	107,5%	3 223 730,14
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		500 000,00	106,10%	99,9%	499 585,00	106,6%	532 879,11
WELLS FARGO FLOAT 06/20		400 000,00	100,21%	100,0%	400 000,00	100,2%	400 882,16
WENDEL 2.75% 10/24		100 000,00	106,42%	99,5%	99 466,00	107,1%	107 093,08
WESFARMERS 1.25% 10/21		1 500 000,00	104,71%	100,5%	1 506 880,00	105,0%	1 575 061,44
WHIRLPOOL CORP 0.625% 03/12/20		500 000,00	100,82%	99,6%	497 870,00	101,3%	506 637,12
A2A SPA 4.375% 01/10/21		500 000,00	116,01%	118,7%	593 720,00	120,3%	601 302,32
AMERICA MOVIL 6.375% 09/06/73		2 500 000,00	108,10%	116,9%	2 921 875,00	110,1%	2 753 150,69
AURIZON NETWORK PTY 3.125% 06/01/26		8 500 000,00	108,31%	110,3%	9 374 268,52	110,1%	9 361 018,60
AVIS BUDGET FINANCE 6% 03/01/21		408 333,33	103,89%	103,6%	423 176,25	105,9%	432 363,75
BANIF FINANCE 3% 31/12/2019 CALL 2014		200 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BARCLAYS 6.625% 03/30/22		1 950 000,00	122,23%	122,2%	2 382 607,50	127,2%	2 481 191,49
BG ENERGY CAPITAL 3.625% 07/19/19		1 000 000,00	109,16%	110,9%	1 108 960,00	110,8%	1 108 234,93
BOMBARDIER 6.125% 05/15/21		1 100 000,00	105,88%	100,1%	1 101 485,00	106,6%	1 173 046,88
Barclays Bank CMS Floor/25-06-2018		1 000 000,00	105,95%	108,3%	1 083 250,00	108,4%	1 084 423,63
C10 CAPITAL SPV LTD 07/49 TF/TV 6,277% 30/06/2049 CALL 2017		1 000 000,00	79,50%	82,0%	820 000,00	82,7%	826 642,96
CARREFOUR 3.875% 04/25/21		3 000 000,00	115,37%	118,4%	3 551 280,00	118,0%	3 540 753,30
CEZ AS 5%/19-10-2021		400 000,00	121,85%	123,4%	493 560,00	122,9%	491 408,00
CIE DE SAINT-GOBAIN 3.625% 06/15/21		300 000,00	114,90%	116,7%	350 013,00	116,9%	350 629,11
CITIGROUP INC 05/30 TF/TV 4,25% 25/02/2030 CALL 2025		3 500 000,00	116,63%	116,0%	4 060 000,00	120,2%	4 207 865,44
CREDIT SUISSE 5.75% 09/18/25		3 500 000,00	109,50%	108,3%	3 788 750,00	111,1%	3 889 842,46
CREDIT SUISSE LONDON 09/19 TF 4,75% 05/08/2019		1 550 000,00	111,93%	113,7%	1 762 815,00	113,9%	1 764 706,41
ELECTRICITÉ DE FRANCE 09/21 TF 6.25% 25/01/2021		1 500 000,00	124,49%	128,0%	1 919 295,00	130,3%	1 954 636,31
ENEL 5% 01/15/75		3 000 000,00	106,00%	107,6%	3 228 750,00	110,8%	3 323 852,46
ENEL FINANCE 4.875% 04/17/23		1 000 000,00	125,01%	130,7%	1 306 820,00	128,5%	1 284 558,90
ENERGIE AG OBEROSTERREICH 05/25 TF 4,5% 04/03/2025		2 920 000,00	126,17%	128,4%	3 748 258,00	129,9%	3 792 796,40
Eni Spa 4.125%/16-09-2019		700 000,00	110,83%	112,9%	790 174,00	112,0%	784 188,62
FIAT CHRYSLER FINANCE		2 200 000,00	106,80%	108,4%	2 383 700,00	112,1%	2 465 800,68
FRESENIUS SE & CO 4% 02/01/24		2 500 000,00	116,75%	119,8%	2 994 875,00	118,4%	2 960 188,88
Finmeccanica Fin. 5.25% /21-01-2022		3 100 000,00	116,50%	119,8%	3 712 250,00	121,4%	3 764 911,88
GAS NATURAL FENOSA 4.125% 11/29/49		2 500 000,00	101,20%	102,0%	2 550 000,00	101,7%	2 542 148,98
GAZPROM 3.389% 03/20/20		1 500 000,00	104,51%	103,1%	1 546 500,00	107,2%	1 607 482,35
GENERAL ELECTRIC 05/35 TF 4,125% 19/09/2035		500 000,00	137,86%	150,2%	751 200,00	139,0%	695 130,21
GOLDMAN SACHS GROUP 06/21 TF 4,75% 12/10/2021		1 000 000,00	117,38%	117,4%	1 174 109,50	118,4%	1 184 230,96
GOLDMAN SACHS GROUP 3.25% 02/01/23		1 585 000,00	112,93%	115,2%	1 825 603,00	115,9%	1 836 885,78
GRAND CITY PROPERTIES 3.75% 12/29/49		2 000 000,00	100,30%	101,0%	2 019 568,20	103,5%	2 070 959,00
Gas Natural Capital 5.125%/02-11-2021		2 000 000,00	122,75%	125,9%	2 518 840,00	123,6%	2 471 508,49
Goldman Sachs CMS Floor / 28-06-2020		2 000 000,00	103,38%	102,8%	2 055 000,00	104,4%	2 087 722,23
HALIFAX BK SCOTLAND 05/30 TF/TV 4,5% 18/03/2030 CALL 2025		4 300 000,00	109,63%	110,4%	4 746 125,00	113,2%	4 866 554,45
Heidelberg Cement 7.5%/03-04-2020		800 000,00	122,88%	124,0%	992 384,00	124,7%	997 500,00
IBERDROLA 5.75% 02/27/49		800 000,00	105,65%	107,8%	862 000,00	110,5%	883 910,38
INTESA SANPAOLO 6.625% 09/13/23		1 285 000,00	118,36%	120,0%	1 542 257,00	120,3%	1 546 297,36
KENNEDY WILSON EUR 3.25% 11/12/25		8 600 000,00	101,65%	104,1%	8 955 778,44	102,1%	8 779 765,95
KONINKLIJKE 6.125% 03/29/49		2 000 000,00	107,05%	107,4%	2 147 500,00	108,9%	2 177 246,58
KPN NV 5.625%/30-09-2024		1 125 000,00	135,37%	138,7%	1 560 858,75	136,8%	1 538 806,60
Merrill Lynch TV CMS Floor/04-10-2019		800 000,00	109,38%	110,5%	884 000,00	110,6%	884 643,84
Morgan Stanley TV CMS10/27-02-2017		500 000,00	99,94%	99,8%	498 815,00	100,4%	501 927,95
ORANGE 5.25% 12/29/49		2 200 000,00	109,30%	111,5%	2 453 000,00	114,0%	2 508 108,20
P TELECOM 05/25 TF 4,5% 16/06/2025		1 700 000,00	31,00%	20,7%	351 050,00	31,0%	527 000,00
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 4.25% 10/02/23		1 080 000,00	97,75%	88,3%	953 100,00	98,8%	1 067 017,81
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 4.875% 03/07/18		385 000,00	103,20%	102,3%	393 662,50	107,2%	412 694,95

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Pemex TR 5.50%/24-02-2025		2 000 000,00	109,55%	111,5%	2 230 000,00	114,2%	2 284 469,94
RABOBANK 5.5% 01/22/49		500 000,00	101,00%	98,6%	493 000,00	101,0%	505 150,68
RABOBANK NEDERLAND 08/18 TF 4,75% 15/01/2018		850 000,00	105,13%	107,1%	910 035,50	109,7%	932 299,78
REPSOL 3.875% 12/29/49		1 800 000,00	99,25%	92,0%	1 656 000,00	102,2%	1 840 197,95
SES SA 4.625% 12/29/49		2 000 000,00	101,03%	103,4%	2 067 072,15	103,6%	2 072 378,62
SHELL INT. FIN. 09/18 TF 4,375% 14/05/2018		2 000 000,00	106,08%	108,1%	2 161 160,00	108,8%	2 176 976,71
SOCIETE GENERALE 4% 06/07/2023		3 000 000,00	113,62%	114,1%	3 423 510,01	115,9%	3 476 714,80
STANDARD CHARTERED 3.625% 11/23/22		500 000,00	106,76%	106,1%	530 460,00	107,1%	535 696,99
Sanofi-Aventis 4.125%/10-10-2019		250 000,00	111,52%	113,7%	284 212,50	112,4%	281 076,03
TELEFONICA 4.693%/11-11-2019		3 150 000,00	112,58%	115,3%	3 630 658,50	113,2%	3 566 583,61
TELENET FINANCE VI 4.875% 15/07/27		2 000 000,00	104,50%	105,8%	2 115 300,00	106,7%	2 134 687,45
TOTAL 2.625% 12/29/49		2 500 000,00	93,95%	95,3%	2 381 370,90	96,2%	2 404 154,71
TRASM. ELET. RETE NAZIONALE 04/24 TF 4,9% 28/10/2024		3 550 000,00	130,68%	137,6%	4 885 936,00	131,5%	4 669 534,32
UNICREDIT 5.75% 10/28/25		2 200 000,00	105,70%	104,5%	2 298 450,00	106,7%	2 347 580,84
UNICREDIT SPA 6.95% 10/31/22		5 500 000,00	114,88%	113,0%	6 215 910,04	116,0%	6 382 062,87
UNICREDITO ITALIANO 04/20 TF 4,375% 29/01/2020		2 500 000,00	112,02%	112,9%	2 821 876,01	116,0%	2 901 208,68
VATTENFALL 3% 03/19/77		2 000 000,00	89,95%	87,8%	1 755 000,00	92,3%	1 846 178,08
VNESHECONOMBANK 4.032% 02/21/23		750 000,00	102,17%	97,6%	732 187,50	105,6%	792 196,11
VOLKSWAGEN 5.125% 09/29/49		3 000 000,00	106,63%	106,0%	3 178 807,72	108,3%	3 248 455,47
VOLVO 4.85% 03/10/78		2 500 000,00	104,38%	103,3%	2 581 250,00	108,3%	2 707 703,76
WASHINGTON MUTUAL BANK 06/17 TF 4,5% 17/01/2017		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
WP CAREY 2% 01/20/23		9 000 000,00	101,69%	102,6%	9 238 265,39	103,6%	9 322 083,94
NATIONAL GRID 4.375% 05-10/03/2020		400 000,00	113,40%	113,7%	454 676,00	116,9%	467 537,72
TESCO PLC 6% 99-14/12/2029		500 000,00	109,71%	110,5%	620 291,89	128,8%	644 167,45
BRAMBLES FINANCE 4.625% 11-20/04/2018		500 000,00	106,03%	106,4%	532 200,00	109,1%	545 674,70
BG ENERGY CAP 3% 11-16/11/2018		256 000,00	105,75%	106,0%	271 406,08	106,1%	271 570,12
BG ENERGY CAP 3% 11-16/11/2018		123 000,00	105,75%	106,0%	130 324,65	106,1%	130 480,96
BG ENERGY CAP 3% 11-16/11/2018		121 000,00	105,75%	106,0%	128 250,32	106,1%	128 359,32
AKZO NOBEL NV 4% 11-17/12/2018		300 000,00	107,99%	108,4%	325 281,00	108,1%	324 278,86
SVENSKA HANDELSBANKEN 4% 12-18/01/2019		500 000,00	106,80%	106,8%	626 693,67	129,6%	647 829,49
COMPASS GROUP 3.125% 12-13/02/2019		200 000,00	106,76%	107,1%	214 120,00	109,5%	218 953,75
BAA FUNDING LTD 6% 12-20/03/2020		200 000,00	114,21%	113,9%	267 519,08	139,3%	278 641,35
GE CAP EUR FUND 2.875% 12-18/06/2019		500 000,00	107,31%	107,4%	537 185,00	108,8%	544 110,49
AMERICA MOVIL SA 3.125% 12-16/07/2022		700 000,00	98,67%	102,3%	648 215,27	94,9%	663 986,99
BNP PARIBAS 2.5% 12-23/08/2019		500 000,00	106,57%	106,7%	533 400,00	107,4%	537 185,59
LEONARDO S.P.A 4.5% 13-19/01/2021		500 000,00	113,01%	112,0%	560 000,00	117,3%	586 265,99
VERIZON COMM INC 4.15% 14-15/03/2024		800 000,00	104,39%	105,3%	796 361,06	100,4%	802 966,52
AON PLC 2.875% 14-14/05/2026		900 000,00	109,81%	111,7%	1 004 985,00	111,5%	1 003 453,32
WP CAREY INC 2% 15-20/01/2023		1 000 000,00	102,14%	102,8%	1 027 900,00	103,9%	1 039 391,66
HARMAN FINANCE 2% 15-27/05/2022		100 000,00	105,76%	105,7%	105 669,00	106,9%	106 949,54
HARMAN FINANCE 2% 15-27/05/2022		100 000,00	105,76%	105,6%	105 609,00	106,9%	106 949,54
CELGENE CORP 3.875% 15-15/08/2025		800 000,00	101,30%	102,3%	773 960,00	97,7%	781 716,43
MEDTRONIC INC 3.15% 15-15/03/2022		800 000,00	102,33%	105,5%	769 888,71	98,0%	784 370,52
MICROSOFT CORP 2.65% 15-03/11/2022		1 000 000,00	100,48%	103,7%	934 445,00	95,8%	958 353,95
KENNEDY WILSON E 3.95% 15-30/06/2022		500 000,00	101,99%	101,4%	564 721,28	121,9%	609 280,75
COMCAST CORP 3.15% 16-01/03/2026		1 000 000,00	98,45%	103,7%	931 870,90	94,6%	946 436,12
ANHEUSER-BUSCH 2% 16-17/03/2028		900 000,00	106,27%	108,5%	976 455,00	107,6%	968 495,62
TARGET CORP 2.5% 16-15/04/2026		700 000,00	95,18%	100,1%	630 163,62	91,1%	637 399,41
JAPAN TOBACCO 2% 16-13/04/2021		1 000 000,00	97,36%	100,1%	902 609,40	92,8%	928 336,37
JOHNSON&JOHNSON 1.15% 16-20/11/2028		600 000,00	101,69%	100,6%	603 720,00	101,7%	610 454,71
INTEL CORP 1.7% 16-19/05/2021		1 000 000,00	97,41%	100,1%	907 064,21	92,8%	928 320,56
JAB HOLDINGS 1.75% 16-25/05/2023		300 000,00	104,40%	104,0%	311 967,00	105,4%	316 079,27
DNB BANK ASA 2.375% 16-02/06/2021		700 000,00	98,92%	99,6%	659 566,88	94,1%	658 628,64
AMGEN INC 4.563% 16-15/06/2048		900 000,00	96,65%	101,0%	819 519,58	92,3%	830 350,16
AROUNDTOWN PROP 1.5% 16-15/07/2024		500 000,00	94,21%	96,3%	481 485,00	94,8%	473 969,43
TEVA PHARM FNC 1.625% 16-15/10/2028		1 000 000,00	94,19%	97,9%	979 000,00	94,4%	943 728,56
BUNGE LTD FIN CP 3.25% 16-15/08/2026		700 000,00	95,89%	99,9%	632 930,79	92,4%	646 688,84
LANDSBANKINN HF 1.625% 16-15/03/2021		1 000 000,00	101,50%	100,6%	1 005 500,00	102,0%	1 019 769,18
SHELL INTL FIN 2.5% 16-12/09/2026		975 000,00	93,60%	96,7%	850 138,13	89,8%	875 359,12
ALTRIA GROUP INC 2.625% 16-16/09/2026		700 000,00	94,55%	95,6%	633 021,89	90,7%	634 840,33
3M CO 2.25% 16-19/09/2026		1 000 000,00	93,64%	98,2%	890 371,11	89,7%	897 079,40
MPLX LP 4.875% 16-01/06/2025		500 000,00	102,71%	104,6%	473 376,18	98,0%	490 067,36
CKH FIN 16 0.875% 16-03/10/2024		1 000 000,00	96,69%	98,7%	986 590,00	96,8%	968 150,89
FORTIS INC 3.055% 16-04/10/2026		700 000,00	93,39%	98,5%	619 836,38	89,5%	626 841,66

(valores em euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
CRH FINANCE 1.375% 16-18/10/2028		100 000,00	98,45%	100,1%	100 051,00	98,5%	98 530,18
CRH FINANCE 1.375% 16-18/10/2028		168 000,00	98,45%	100,2%	168 299,04	98,5%	165 530,69
CRH FINANCE 1.375% 16-18/10/2028		382 000,00	98,45%	100,0%	381 935,06	98,5%	376 385,27
GELF BOND ISSUER 1.625% 16-20/10/2026		800 000,00	97,71%	99,2%	793 920,01	97,8%	782 245,57
WELLS FARGO CO 3% 16-23/10/2026		1 000 000,00	94,90%	99,3%	895 425,66	90,9%	909 230,31
GOLDMAN SACHS GP 1.25% 16-01/05/2025		1 000 000,00	98,67%	98,6%	985 880,00	98,8%	987 888,55
UNITED TECH CORP 2.65% 16-01/11/2026		600 000,00	95,79%	100,2%	540 534,03	91,6%	549 410,03
PROCTER & GAMBLE 2.45% 16-03/11/2026		1 000 000,00	95,59%	99,9%	910 956,03	91,3%	913 382,48
G4S INTL FIN PLC 1.5% 16-09/01/2023		300 000,00	100,50%	99,9%	299 706,00	100,6%	301 902,43
STATOIL ASA 1.625% 16-09/11/2036		200 000,00	97,37%	99,9%	199 728,00	96,9%	193 821,04
CAPGEMINI SA 0.5% 16-09/11/2021		200 000,00	100,27%	99,8%	199 538,00	100,3%	200 571,86
MORGAN STANLEY 2.625% 16-17/11/2021		1 100 000,00	98,55%	99,5%	1 020 590,32	94,1%	1 034 784,70
AMERICAN EXPRESS 0.625% 16-22/11/2021		300 000,00	101,04%	99,6%	298 752,00	101,0%	303 123,62
HEINEKEN NV 1.375% 16-29/01/2027		200 000,00	101,28%	99,7%	199 300,00	101,2%	202 352,06
BP CAPITAL PLC 1.117% 16-25/01/2024		300 000,00	101,93%	100,0%	300 000,00	101,9%	305 845,97
UBS GROUP FUNDIN 1.5% 16-30/11/2024		600 000,00	100,70%	99,8%	598 608,00	100,7%	604 336,73
ADECCO INT FIN 1% 16-02/12/2024		500 000,00	99,77%	98,9%	494 525,00	99,7%	498 693,19
ARION BANKI HF 1.625% 16-01/12/2021		700 000,00	100,46%	99,5%	696 738,00	100,5%	703 758,37
SIEMENS FINAN 1.3% 16-13/09/2019		500 000,00	98,09%	98,3%	463 501,34	93,4%	467 074,97
BPCE 1.6125% 14-25/07/2017		500 000,00	99,93%	100,1%	472 087,32	95,4%	477 015,27
AA BOND CO LTD 2.875% 16-31/01/2022		200 000,00	100,83%	99,9%	235 345,39	118,2%	236 351,07
BANK OF AMER 7% 08-31/07/2028		500 000,00	140,24%	139,5%	783 414,74	167,6%	838 249,79
DEUTSCHE TEL FIN 8.25% 00-15/06/2030 SR		600 000,00	146,78%	153,2%	832 118,77	140,0%	840 229,72
PRESTIGEIDCO 6.25% 16-15/12/2023		306 000,00	103,40%	100,0%	306 000,00	103,6%	316 919,95
CARLSON TRAVEL 16-15/06/2023		991 000,00	102,13%	100,0%	991 000,00	102,3%	1 013 889,62
OBERTHUR TECHNOLOGIES TLB2 14/12/2023		751 564,29	100,48%	99,5%	747 806,47	100,5%	755 205,62
SES 16-29/12/2049		100 000,00	102,47%	99,3%	99 304,00	103,0%	102 992,74
LANXESS 16-06/12/2076		230 000,00	104,28%	98,7%	226 906,50	104,3%	239 940,35
HSBC HLDGS PLC 6.75% 08-11/09/2028		600 000,00	123,43%	123,0%	832 365,05	146,9%	881 224,32
ABN AMRO BANK NV 7.125% 12-06/07/2022		600 000,00	127,96%	129,8%	778 560,00	131,3%	787 933,06
RAIFFEISEN BK IN 6% 13-16/10/2023		400 000,00	107,76%	106,0%	423 900,00	109,0%	436 031,51
CRD MUTUEL ARKEA 3.25% 16-01/06/2026		200 000,00	104,86%	103,2%	206 472,00	106,5%	213 076,96
CITIGROUP INC 4.125% 16-25/07/2028		500 000,00	98,68%	102,8%	462 172,97	95,6%	477 759,86
DE VOLKSBANK NV 15-05/11/2025 FRN		400 000,00	104,94%	102,5%	409 832,00	105,5%	422 038,27
BARCLAYS PLC 15-11/11/2025 FRN		700 000,00	99,43%	97,8%	684 831,00	99,7%	698 085,48
EIG INVESTORS T/LIST LIEN 09/11/2019		875 000,00	99,64%	99,3%	806 685,71	94,5%	826 598,13
VERISURE HOLDING % 16-21/10/2022		1 000 000,00	101,10%	100,0%	1 000 000,00	101,1%	1 011 025,00
LSF9 ROBIN INVES % 16-06/12/2023		1 000 000,00	100,48%	99,0%	1 172 360,71	117,7%	1 177 073,57
SEBIA SA % 16-31/12/2049		1 527 691,57	100,00%	100,0%	1 433 039,32	94,8%	1 448 392,10
ACTION HOLDING BV T/L 25/02/2022		1 591 508,35	101,42%	100,0%	1 591 508,35	101,4%	1 614 052,07
AXALTA COATING S % 16-01/02/2023		1 000 000,00	100,00%	100,0%	1 000 000,00	100,0%	1 000 397,88
NFP CORP % 16-09/12/2023		1 191 617,00	101,03%	99,5%	1 125 233,86	95,8%	1 141 342,56
CONTINENTAL FOOD % 16-09/12/2023		1 000 000,00	100,64%	100,0%	1 000 000,00	100,6%	1 006 425,00
GTT COMMUNICATIO % 16-13/12/2023		500 000,00	101,71%	99,5%	467 531,25	96,4%	482 145,06
YORK RISK SVCS % 14-01/10/2021		66 308,30	95,13%	95,4%	59 365,01	90,2%	59 801,63
YORK RISK SVCS % 14-01/10/2021		66 000,00	95,13%	99,4%	62 974,08	90,2%	59 523,58
SLV HOLDING GMBH % 16-13/12/2023		1 185 928,49	101,00%	99,8%	1 182 963,67	101,0%	1 197 787,77
APTEAN HOLDINGS % 16-14/12/2022		536 896,00	101,00%	99,0%	510 347,61	95,8%	514 117,05
OBERTHUR TECHNOLOGIES TLB1 14/12/2023		460 636,17	100,48%	99,5%	458 332,99	100,5%	462 867,95
ELSAN GROUPE SAS % 16-30/10/2022		1 000 000,00	101,27%	100,0%	1 000 000,00	101,3%	1 012 710,00
INFORMATION RESO % 16-20/12/2023		501 266,00	100,88%	99,5%	480 593,25	95,6%	479 404,67
Subtotal	0	402 802 489,50			424 736 768,75		431 460 307,99
Subtotal	0	989 683 836,74			1 113 989 979,00		1 126 131 253,67
Total	5 801 357	989 683 836,74			1 344 915 142,31		1 358 128 687,81

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Cambiais EUR/USD							-1 039 907,52
US 5YR NOTE FUTURE (CBT) 31/03/2017							2 962
EURO-BUND FUTURE 08/03/2017							308 480
US 10YR NOTE FUT (CBT) 22/03/2017							33 865
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							84 052
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							52 088
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-205
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-579
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-902
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-468
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-707
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-225
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							204
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							250
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-1 484
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-1 133
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-3 982
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							899
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							-40
FORWARD EXCHANGE CONTRACTS							9 724
	Total	0	0,00		0,00		-557 108,36
	Total	6 662 479 277,41	1 051 534 591,61		1 424 675 938,84		1 441 962 121,58
3 - TOTAL GERAL		6 663 934 279,41	1 051 534 591,61		1 432 656 408,84		1 469 217 896,95



08

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS



DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2016;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, da ASF.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. Introdução

De acordo com o definido na Lei nº. 28/2009, de 19 de junho, as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/235 da Comissão de 10 de outubro, bem como pelas disposições constantes da Norma Regulamentar nº 5/2010-R e da Circular nº 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.

É pois, com base neste enquadramento legal e regulamentar, que se procede à elaboração da presente Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração, Fiscalização, bem como da Mesa da Assembleia Geral, da Seguradoras Unidas, S.A. (a “Companhia”) para o ano de 2017, que se submete à aprovação da Assembleia Geral.

2. Processo de Aprovação e Revisão da Política de Remuneração

A política de remuneração dos órgãos sociais da Companhia é, nos termos previstos no Artigo 13º do Contrato de Sociedade, aprovada em sede de Assembleia Geral, sob proposta do Comité de Remuneração, composto por dois administradores não executivos, eleitos em Assembleia Geral para o período de 2016 a 2018.

Na definição da referida política de remuneração não são utilizados serviços de Consultores Externos.

A Política é submetida a uma avaliação interna independente executada pelo Departamento de Risco, com uma periodicidade mínima anual, com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário, bem como pela Unidade de Compliance, a quem compete analisar a política à luz das recomendações da ASF.

A Política é revista no mínimo anualmente, nos termos previstos no n.º 5 artigo 64º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RIAS).

3. Divulgação da Política

A Política de Remunerações será divulgada internamente através de publicação no Portal da Empresa, constando ainda nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no sítio institucional durante um período mínimo de 5 anos.

4. Princípios Aplicáveis

A Política de Remuneração e as suas respetivas práticas são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com a atividade da Companhia bem como a estratégia de gestão de risco em vigor na companhia nomeadamente no que diz respeito ao perfil de risco, objetivos e desempenho da Empresa a longo prazo.

A Política de remuneração obedece ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

A Política de remuneração obedece aos limites previstos nos Estatutos da Companhia.

5. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

5.1 Membros do Conselho de Administração com Funções Executivas

As remunerações de cada membro do Conselho de Administração serão fixadas pela Comissão de Vencimentos em conformidade com a presente política de remuneração.

a) Componente Fixa

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa paga catorze vezes ao ano.

A parte fixa terá os limites que forem fixados em sede de Assembleia Geral sendo que, por regra, não deverá ser inferior a 60% da Remuneração Total Anual.

b) Componente Variável

À componente fixa poderá acrescer uma remuneração variável, nos termos que vierem a ser definidos pelo acionista em Assembleia Geral.

A parte variável, quando existente, representará em média cerca de 40% da remuneração, oscilando contudo o seu valor exato, em cada ano, em função da avaliação do desempenho individual e global dos membros do Conselho Administração com funções executivas, bem como do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Sociedade, designadamente, do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, tendo sempre em consideração no processo de avaliação, a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

Para todos os efeitos, a parte variável não poderá exceder 5% dos lucros do exercício conforme determinado no artigo 13º dos Estatutos da Companhia.

A remuneração variável, quando existente, é referente ao desempenho de curto prazo e depende de decisão a tomar pela acionista única em Assembleia Geral de acordo com a avaliação e com base nos critérios acima referidos.

A remuneração variável pode assumir a forma de bônus de performance, prêmio de desempenho ou mesmo distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em sede de Assembleia Geral pela acionista única.

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é feito de uma só vez, em numerário, em mês posterior à aprovação das contas do exercício do ano a que diz respeito.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

c) Fundo de Pensões

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas poderão ainda ter direito a uma contribuição para um Fundo de Pensões nos termos e condições constantes na Decisão de Acionista Única, datada de 10 de julho de 2016, correspondente à Ata número 53 do Livro de Atas da Assembleia Geral.

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não são consideradas outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

5.2 Membros do Conselho de Administração Sem Funções Executivas

Os vogais do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a serem definidos pela Comissão de Vencimentos. Não haverá lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

6. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 25º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal, definido em Assembleia Geral, pago 12 vezes ao ano.

7. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

8. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 15º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário.

Os respetivos membros poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização, sendo o mesmo definido pela Comissão de Vencimentos, caso haja lugar ao seu pagamento.

Quadro de Remunerações Pagas Durante o Ano de 2016 aos Membros dos Órgãos Sociais da Seguradoras Unidas, S.A.

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
Conselho de Administração			1 806,7
Gustavo Alexandre P.T. Mesquita Guimarães (Presidente)	100,0	-	100,0
Alexander Wallace Humphreys (Vogal)	-	-	-
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal)	240,9	289,8	530,7
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal)	-	-	-
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)	400,0	100,0	500,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal)	201,5	-	201,5
Pedro Luís Francisco Carvalho (Vogal)	240,9	233,6	474,5
Conselho Fiscal			110,0
Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	50,0	-	50,0
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal Efetivo)	30,0	-	30,0
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal Efetivo)	30,0	-	30,0
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	-	-	-
Total Remunerações	1 293,4	623,3	1 916,7

O custo em 2016 com pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais foi negativo em -3 271 milhares de euros, em virtude do *curtailment* ocorrido no plano de fundo de pensões respetivo.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS “COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE”

1. Âmbito de aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos no Regulamento Delegado (UE) 2015/235 da Comissão de 10 de outubro, bem como na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Adiante também abreviadamente designada por “ASF”), a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno e *compliance*, mas também;
- Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF;
- A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais – o desempenho destes colaboradores tem um impacto material sobre o perfil de risco da Seguradoras Unidas (“Companhia”).

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam diversos quadros dos principais Departamentos da Companhia, em particular do Departamento de Recursos Humanos, sendo a mesma também avaliada pelo Departamento de Risco Global com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de Recursos Humanos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Alexander Wallace Humphreys
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Jan Adriaan de Pooter
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Dinis Clemente
Pedro Luís Francisco Carvalho

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Divulgação da Política

A Política de Remunerações será divulgada aos colaboradores da empresa através de publicação no seu Portal interno, constando ainda nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no site institucional durante um período mínimo de 5 anos.

4. Remuneração

a) Composição da Remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível corporativo, como também a nível departamental e individual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por outras prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia.

A remuneração variável poderá ser composta por prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

b) Limites e Equilíbrios da Remuneração

A parte fixa será definida dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará em média, na Companhia, aproximadamente, entre 80% e 85% da Remuneração Total Anual.

A parte variável, caso haja lugar à atribuição da mesma, não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual por regra não deverá exceder os 40% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

c) Critérios de Definição da Componente Variável e Momento do seu Pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) situar-se-á dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração. A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios definidos na alínea a), ficando em qualquer caso sempre consignado para todos os efeitos que a RVA não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo Conselho de Administração, estando sujeita a aprovação anual pelo Conselho de Administração em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores.

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor na Companhia nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Competências;
- Avaliação de Objetivos Corporativos;
- Avaliação de Objetivos Departamentais;
- Avaliação de Objetivos Individuais.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA. Assim, caso a mesma seja atribuída, o seu pagamento é, em regra, feito de uma só vez, em numerário, salvo decisão em contrário do Conselho de Administração.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

5. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” poderão auferir, se aplicável, ainda os seguintes benefícios, conforme definido no IRCT aplicável ao setor segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- a) Seguro de Saúde;
- b) Seguro de Vida;
- c) Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

6. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.

Salvo mediante decisão contrária aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será, em regra, igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (Nº. 1 DO ARTIGO 4º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular nº 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1	Cumpre	
I.1	Cumpre	
I.2	Cumpre	
I.3	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1	Cumpre	
II.2	Cumpre	
II.3	Cumpre	
II.4	Cumpre	
II.5	Cumpre	
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1	Cumpre	
III.2	Cumpre Parcialmente	O CR é composto por dois membros do Conselho de Administração não executivos e não remunerados de forma a garantir a independência
III.3	Não Aplicável	
III.4	Cumpre	
III.5	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas		
IV.1	Cumpre	Os critérios de avaliação assentam em indicadores de gestão, sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)		
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2017.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2017.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do Órgão de Administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos		
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição		
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do Órgão de Administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável		
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador. A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2017.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável		
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre	
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre Parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumpre	
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável		
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação em 2017.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável (continuação)		
V.7	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave		
V.8	Cumpre	
V.9	Cumpre Parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma
VI. Avaliação da Política de Remuneração		
VI.1	Cumpre	
VI.2	Cumpre	
VI.3	Cumpre	
VII. Grupos Financeiros		
VII.1	Cumpre	
VII.2	Cumpre	
VII.3	Cumpre Parcialmente	Os valores e remunerações pagos pelas filiais, tendo em consideração as respetivas estruturas, não foram até à data considerados materialmente relevantes
VII.4	Cumpre Parcialmente	



09

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Seguradoras Unidas, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 2.278.474 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas de 176.764 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos accionistas de 4.401 milhares de euros, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das variações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da **Seguradoras Unidas, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2016, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 1.340.735 milhares de euros e 101.784 milhares de euros, respectivamente, conforme nota 7 às demonstrações financeiras consolidadas, representando cerca de 59% e 4% do activo, respectivamente.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na nota 3 – Activos financeiros às demonstrações financeiras consolidadas. No que respeita aos activos disponíveis para venda, o Grupo determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para a maioria dos activos acima referidos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pelo Grupo e entidades do Grupo ao nível da mensuração da sua carteira de activos; ▪ Teste à valorização da carteira de activos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo; ▪ Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade; e, ▪ Avaliação das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2016, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 654.581 milhares de euros e 151.610 milhares de euros, respectivamente, e representam, cerca de 31% e 7% respectivamente, do passivo à mesma data.

O risco

O Grupo procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro e contratos de investimento, que estão reflectidas nas provisões matemáticas e nos passivos financeiros, tendo por base métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 5 relativas a contratos de seguro e de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo sobre resultados futuros, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento técnico.

Adicionalmente, efectuámos testes os quais compreenderam, entre outros: (i) avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades associadas aos contratos de seguro do ramo vida e aos contratos de investimento e, (ii) análise da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto incluindo garantias.



Provisões para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2016, a provisão para sinistros, no valor de 895.028 milhares de euros, representa 43% do passivo à mesma data dos quais 408.892 milhares de euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 5 anexa às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- (i) **Provisão para sinistros - excepto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (Pensões) no montante de 486.136 milhares de euros**

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, excepto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 5 relativas a contratos de seguro e de investimento.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, o Grupo calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>).</p> <p>Avaliámos a metodologia e os pressupostos utilizados pelo Grupo na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros.</p> <p>Ainda nesta área, avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários responsáveis do Grupo e avaliámos as divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</p>



(ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho no montante de 408.892 milhares de euros

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento, é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pelo Grupo na projecção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho e, avaliámos as divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</p>

Concentração de actividades empresariais

Em 5 de Agosto de 2016, o Grupo adquiriu a totalidade do capital social da Açoreana Seguros, S.A. tendo esta Entidade sido entretanto fusionada na Seguradoras Unidas, S.A. com referência a 30 de Dezembro de 2016. Decorrente desta operação o Grupo reconheceu nas demonstrações financeiras consolidadas, o montante de 65.981 milhares de euros de *goodwill*.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>De acordo com as políticas contabilísticas definidas na nota 3, as concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O <i>goodwill</i> é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos e passivos contingentes da adquirida.</p> <p>A determinação do justo valor é efectuada tendo por base a utilização de metodologias de avaliação, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade, entre outros. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisamos (i) a documentação suporte à transação e, (ii) das autorizações dos Reguladores; ▪ Analisamos os pressupostos chave utilizados na determinação do <i>goodwill</i>; ▪ Analisamos se o justo valor dos activos e passivos reconhecidos pelo Grupo é consistente com a informação obtida no que respeita ao racional da concentração referida; ▪ Verificamos o custo da concentração bem



Outras matérias

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu uma Certificação Legal das Contas datada de 15 de Junho de 2016 sem reservas e com duas ênfases. A nossa nomeação como revisores ocorreu a 9 de Dezembro de 2016 para efectuarmos a revisão legal das contas do ano findo em 31 de Dezembro de 2016.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas do Grupo pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 9 de Dezembro de 2016 para completar o ano civil em curso.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 6 de Julho de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

6 de Julho de 2017

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS **2016** CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas da Seguradoras Unidas, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da **Seguradoras Unidas, SA** (“**Seguradoras Unidas**”) e suas subsidiárias (“**Grupo Seguradoras Unidas**”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo Seguradoras Unidas.

Durante o exercício de 2016, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade do **Grupo Seguradoras Unidas**, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, tendo tido durante o exercício 12 reuniões conforme as atas exaradas ao livro respetivo, bem como a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, tivemos durante o exercício diversas reuniões quer com o Conselho de Administração quer com os diversos serviços das principais empresas englobadas na consolidação que se fundiram em 30 de Dezembro de 2016, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Gestão de Risco Global, Compliance e Controlo Interno, de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, verificámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações consolidadas de resultados, do rendimento integral, de variação de capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Nesta análise, observámos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e dos critérios valorimétricos em vigor. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão preparado pelo Conselho de Administração.

No cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados, SROC que, no exercício das suas funções, examinou as presentes demonstrações financeiras consolidadas de 2016, emitindo a correspondente Certificação Legal das Contas em 6 de Julho de 2017, sem reservas nem ênfases, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida e que foram determinantes para a emissão deste Relatório e Parecer.

Pela relevância do documento, este Conselho Fiscal recebeu ainda da KPMG um documento designado Relatório de Adicional ao Órgão de Fiscalização que incluiu de forma muito detalhada (i) a análise das áreas consideradas como de maior relevância para a auditoria do Consolidado, (ii) as deficiências de controlo interno que foram detetadas bem como (iii) as conclusões obtidas sobre a auditoria efetuada e (iv) a carta de independência.

Em complemento, julga este Conselho Fiscal ser importante referir que recebeu ainda da KPMG os seguintes três relatórios, todos datados de 5 de Julho de 2017, com as respetivas conclusões sobre as quais este Conselho Fiscal tomou boa nota: (i) sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 3º da Norma Regulamentar nº 2/2017 de 24 Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativamente ao “Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira” da Seguradoras Unidas; (ii) sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do nº 1 do artº 3º da Norma Regulamentar nº 2/2017 de 24 Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e (iii) sobre as conclusões factuais a que se refere a alínea a) do nº 1 do artº 15º da Norma Regulamentar nº 2/2017 de 24 Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O Conselho Fiscal salienta também ter analisado o “Relatório de Certificação Atuarial da Seguradora Unidas, SA” da Milliman, na qualidade de Atuário Responsável nos termos previstos na Norma Regulamentar 2/2017-R de 24 de março, referente a 31 de dezembro de 2016 e datado de 6 de julho de 2017, sobre as seguintes matérias avaliadas em coerência com as especificações regulamentares e técnicas do Solvência II : (i) provisões técnicas, (ii) montantes recuperáveis de contrato de resseguro, (iii) SCR do risco específico de seguros de vida, não-vida e de acidentes e doença e (iv) do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do SCR, registando que na opinião deste Atuário nada existe a apontar.

Estes três relatórios da KPMG e o relatório da Milliman estão em Anexo ao referido “Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira” da Seguradoras Unidas.

Durante o corrente exercício, que apresenta um resultado líquido negativo atribuível aos Acionistas de 4,4 milhões de euros, e da análise efetuada às presentes demonstrações financeiras, merece particular relevância o seguinte:

- Em 5 de Agosto de 2016, a Companhia de Seguros Tranquilidade adquiriu a totalidade do capital da Açoreana Seguros; nesta aquisição e, conforme expresso na Nota 32 do Anexo, foi reconhecido um *goodwill* de 66 milhões de euros.
- Em 30 de Dezembro de 2016, realizou-se a fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, SA das sociedades Açoreana Seguros, SA, Seguros Logo, SA e T-Vida – Companhia de Seguros, SA, todas integralmente detidas pela Companhia de Seguros Tranquilidade que, em simultâneo à fusão, mudou a sua denominação social para **Seguradoras Unidas, SA**; este Conselho Fiscal acompanhou esta matéria, não tendo sido solicitado a emitir qualquer parecer sobre a mesma, conforme opiniões legais e entendimento validado com a ASF, que nos foram transmitidos pelo Conselho de Administração.
- Operacionalmente, registou-se um aumento significativo de cerca de 5% da atividade do mercado não-vida, nomeadamente nos ramos de Acidentes de Trabalho e Saúde, que foram os principais dinamizadores do crescimento do setor, tendo-se alcançado uma quota de 15,4% neste mercado; merece ainda destaque pela positiva o crescimento do Automóvel; no ramo Vida cresceu o segmento de Vida-Risco e houve significativa contração dos produtos financeiros, resultante de opção estratégica e de diminuição do canal financeiro.
- A atividade financeira foi caracterizada por uma estratégia de natureza conservadora e focalizada em ativos de rendimento fixo e *rating* médio, privilegiando-se obrigações de dívida subordinada de países *core* da Europa.
- Pela sua relevância nos resultados, merecem ser mencionados os proveitos decorrentes do reconhecimento de impostos diferidos ativos de 24,5 milhões de euros e uma mais-valia imobiliária de 5,3 milhões de euros, valor líquido de imposto; em contrapartida, houve um ajustamento de pressupostos quer na mortalidade quer nas taxas de desconto das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho (custo de 13,5 milhões de euros, líquido de imposto) e ainda o reconhecimento de imparidade do *Value in force* da T-Vida, no valor líquido de imposto de 15,5 milhões de euros.
- Durante o exercício houve um aumento de capital e prestações acessórias de 38,5 milhões de euros, e ajustamentos positivos no justo valor de ativos financeiros de 8,9 milhões de euros, líquido de imposto.

Além destes temas, mereceu particular atenção a este Conselho Fiscal o seguinte:

- A suficiência das provisões para sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho bem como da provisão para despesas de regularização de sinistros.
- Análise dos riscos de recuperabilidade dos investimentos.
- O cumprimento do programa de *Compliance*, sustentado num Código de Conduta devidamente aprovado, contemplando ainda o tema do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e prevenção de práticas de suborno e corrupção; neste âmbito foi implementada uma linha de Ética em conformidade com as melhores práticas internacionais; de salientar que nesta análise temos presente o relatório anual das atividades de *Compliance*.
- Sempre que entendeu relevante, este Conselho Fiscal reuniu com o Departamento de Auditoria Interna e acompanhou as suas funções.
- Tal como referido na Nota 33 do Anexo, em 24 de Fevereiro de 2017, foram celebradas diversas escrituras de compra e venda de imóveis que geraram uma mais-valia contabilística de cerca de 11,9 milhões de euros, essencialmente resultante do impacto da alienação do edifício-sede, dado que os restantes edifícios já estavam contabilizados ao justo valor em 31 de Dezembro de 2016.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas emitida pela KPMG acima mencionada, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas da **Seguradoras Unidas SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da **Seguradoras Unidas** o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 6 de Julho de 2017



Luis Palha da Silva



Manuel Maria Reis Boto



Pedro Aleixo Dias

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.



RELATÓRIO E CONTAS 2016

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

CONTAS CONSOLIDADAS

